

MENU

[G1](#)
[Política](#)

MENU

[G1](#)
[Política](#)



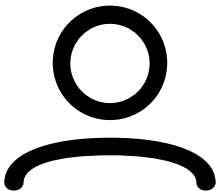
.



.



.



.

notificaçõesminha conta

[clear](#)



31/03/2016 12h31 - Atualizado em 31/03/2016 22h57

Em comissão, ministro da Fazenda diz que governo não cometeu

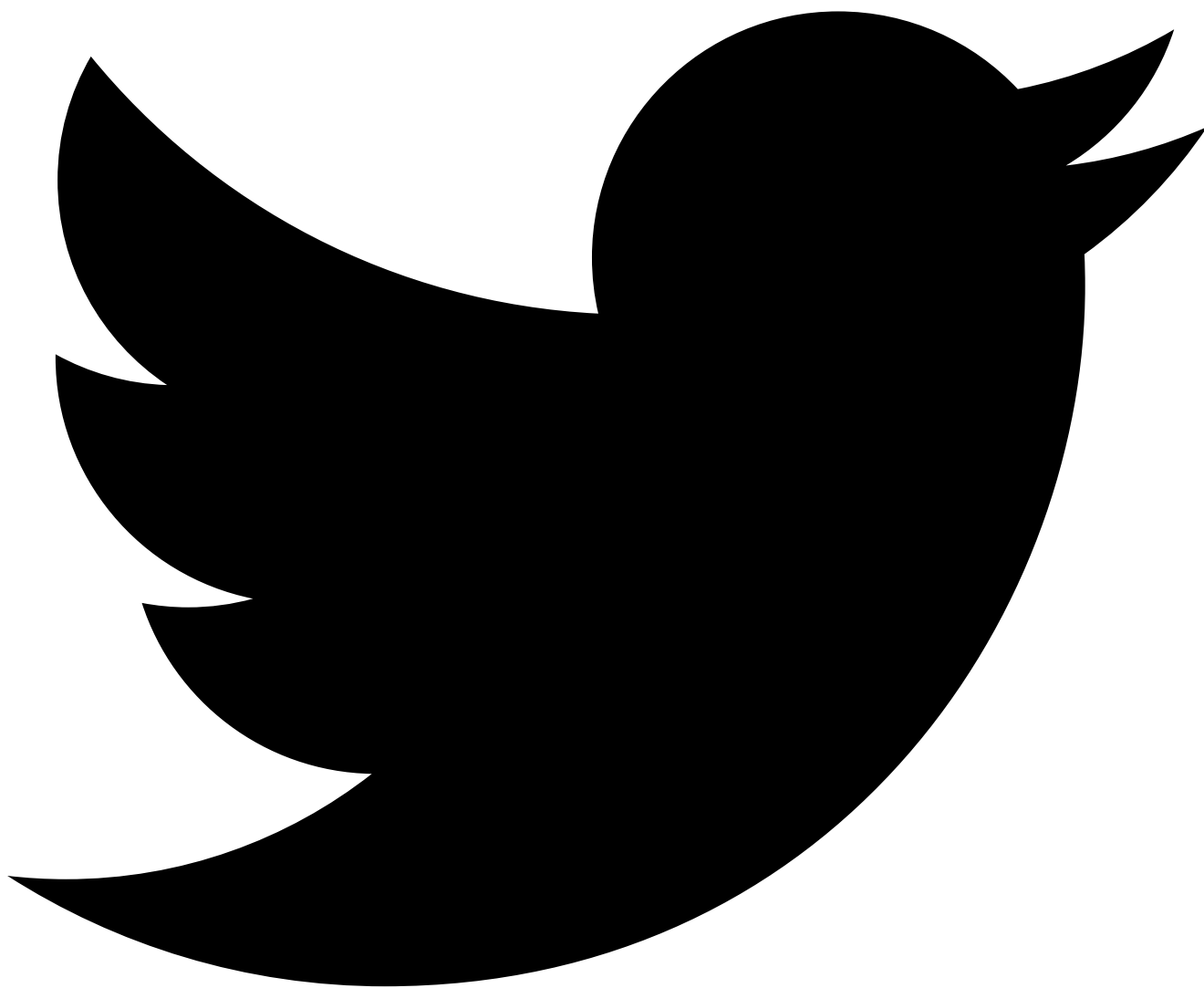
crime

**Ele disse que decretos que são alvo de contestação respeitaram a lei.
Nelson Barbosa deu explicações à comissão que analisa o impeachment.**

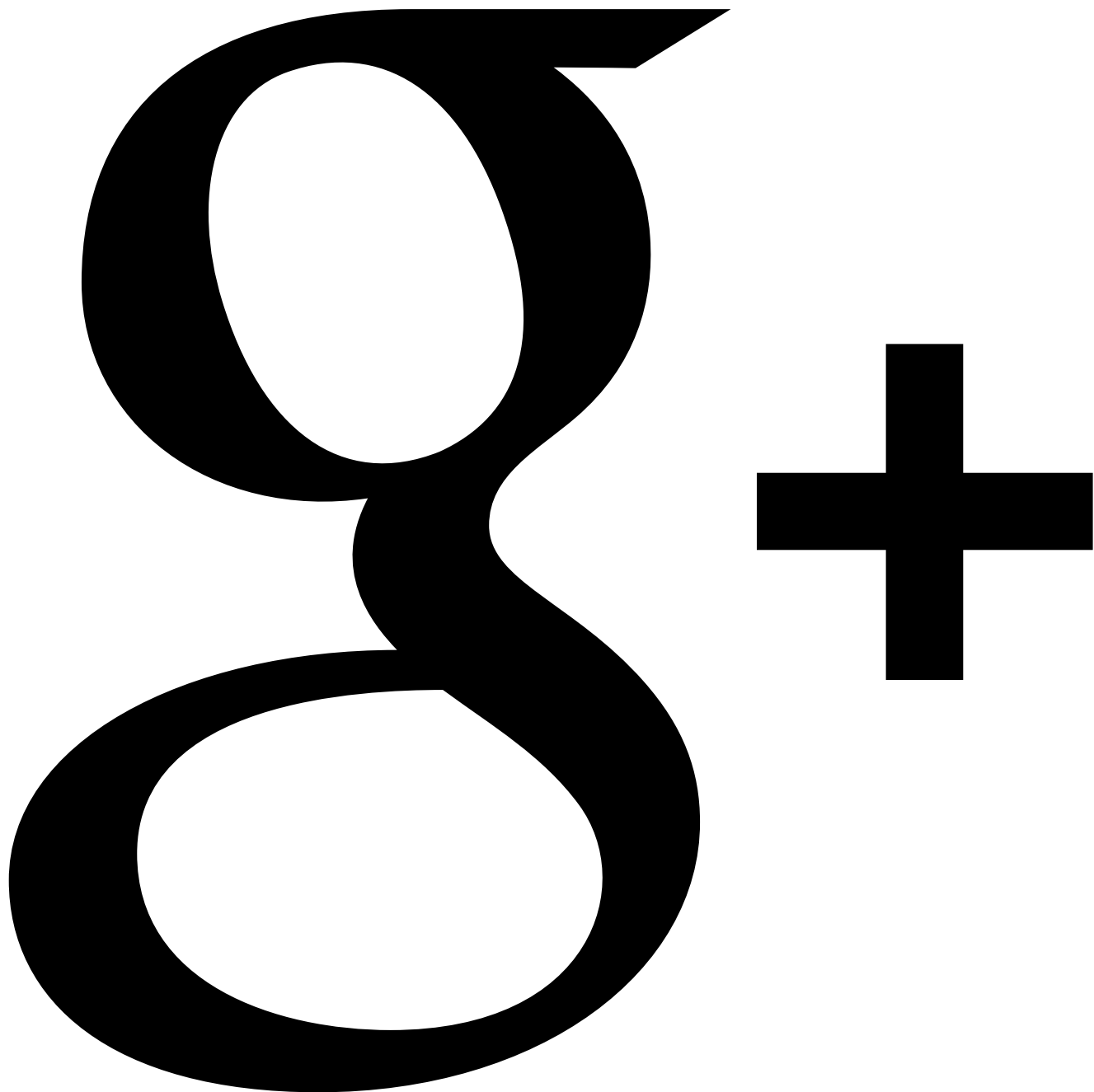
Nathalia PassarinhoDo G1, em Brasília



[Facebook](#)



[Twitter](#)



[Google+](#)



[Pinterest](#)

Chamado a falar em defesa da presidente Dilma Rousseff na comissão do impeachment, o ministro da Fazenda, [Nelson Barbosa](#), disse nesta quinta-feira (31) que os créditos suplementares citados no pedido de afastamento não aumentaram o gasto do governo e que o processo que corre na Câmara não tem base legal. Ele afirmou ainda que o governo fez o “maior corte da história” em 2015 e que não pode ser acusado de cometer crime de responsabilidade nem “irresponsabilidade fiscal”.

“No ano passado, o governo fez o maior contingenciamento da história. Não há que se falar de flexibilidade fiscal, de irregularidade fiscal ou de crime de responsabilidade fiscal no momento em que o governo fez o maior contingenciamento da história”, disse.



PROCESSO DE IMPEACHMENT

Possível afastamento de Dilma é analisado

- [o mandato em jogo](#)
- [como funciona o processo](#)
- [fotos](#)
- [perguntas e respostas](#)
- [decisão do STF sobre rito](#)
- [argumentos pró e contra](#)
- [pedido x defesa x parecer](#)
- [votação na comissão](#)
- [entenda a votação no plenário](#)

Nelson Barbosa afirmou ainda que a comissão do impeachment deve se ater a denúncias relacionadas ao atual mandato da presidente Dilma. O pedido de abertura de impeachment leva em conta atos cometidos em 2014, último ano do primeiro mandato, e 2015, primeiro ano do segundo mandato.

“Essa comissão deve averiguar fatos decorrentes do atual mandato. Dentre os fatos apontados no atual mandato as indagações dizem respeito a dois temas principais: uma suposta edição de decretos de crédito suplementar em desacordo com a legislação vigente e a realização ou não de alguns atos fiscais ao longo de 2015 que estaria em desacordo com o entendimento do [Tribunal de Contas da União](#)”, disse Nelson Barbosa, para logo acrescentar que, na visão dele, os decretos respeitaram a legislação e os “atos fiscais” estavam de acordo com o entendimento do TCU vigente na ocasião.

“Vou mostrar que esses atos estavam de acordo com o entendimento do TCU na época em que eles foram praticados. Uma vez mudado o entendimento, também mudaram os atos”, completou.

Barbosa afirmou que a edição de decretos de crédito suplementar pela petista, sem autorização do [Congresso](#), respeitou a Lei Orçamentária de 2015. De acordo com ele, os créditos extras não aumentaram o “limite global” de gastos do governo.

saiba mais

- ['Pedaladas constituem crime grave', diz autor de pedido de impeachment](#)
- [Tumulto entre deputados marca sessão da comissão do impeachment](#)
- [Entenda o que Cunha alegou para aceitar o pedido de impeachment](#)

Créditos suplementares

Uma das principais denúncias do pedido de afastamento da presidente é de que ela teria editado decretos para liberar R\$ 2,5 bilhões em crédito extra, no ano passado, sem aval do Congresso Nacional. A justificativa para liberar o dinheiro foi “excesso de arrecadação”, mas o país terminou o ano com déficit de mais de R\$ 117 bilhões.

“No dia a dia do governo, o Congresso aprova o orçamento e aprova também algumas regras para criação de créditos suplementares nas ações que já existem no orçamento. O que esses decretos de crédito suplementar fazem são um remanejamento de recursos com base ou de anulação de recursos de ações já existentes ou com base em fontes pré-definidas pela legislação que podem servir de fonte de recursos para ampliação de dotações orçamentárias. A criação de um crédito suplementar não implica necessariamente, nem gera automaticamente, um aumento de despesa [...] Nenhum dos seis decretos mencionados no pedido do processo de impeachment modificou a programação financeira de 2015. Nenhum desses seis decretos modificou o limite global de gastos discricionário do governo”, afirmou o ministro.

“Um exemplo que eu acho mais adequado é de uma ida ao supermercado. Você vai com uma lista do que você precisa comprar: arroz, feijão, macarrão molho de tomate. Isso é dotação orçamentária, digamos, onde você vai gastar o seu recurso, o que é o seu limite financeiro. O quanto de dinheiro que tenho para gastar naqueles itens. Ao caminho do supermercado, alguém da sua família te liga e fala assim: 'olha, em vez de comprar 1kg de arroz, compre 2kg'. Muda a lista de supermercado, muda a dotação orçamentária. Com R\$ 100 no bolso, se você for comprar mais 2kg de arroz, você vai ter que comprar menos das outras coisas, porque você continua com R\$ 100 no bolso. É essa a diferença entre o crédito suplementar e o limite financeiro de pagamento. O que os decretos fizeram foram aumentar as alternativas que o governo tem para aplicar o mesmo valor financeiro fixado no decreto de contingenciamento”, disse Barbosa.

“Sobre os decretos em si, gostaria de esclarecer que a edição desses decretos está em acordo com a legislação vigente e a LOA de 2015. No inciso 4º da LOA há uma série de especificações e regras para abertura de crédito suplementar. E todos os decretos foram amparados por pareceres técnicos do Ministério do Planejamento”, disse o ministro da Fazenda.

Ele destacou ainda que parte dos recursos liberados por Dilma atenderam a outros Poderes, principalmente ao Judiciário.

“Algumas dessas suplementações decorrem de pedidos feitos por outros poderes, principalmente do Poder Judiciário. Há um da Justiça Eleitoral para realizar concursos públicos para analistas e técnicos judiciários, com base em excesso de arrecadação em inscrições em concursos públicos. Houve uma receita maior na arrecadação do Poder Judiciário e o Poder Judiciário pediu para utilizar.”

Pedadas

Nelson Barbosa também dedicou tempo para explicar as chamadas “pedadas fiscais” – prática que consistia em atrasar os pagamentos do [Tesouro Nacional](#) a bancos públicos para melhorar, temporariamente, a situação fiscal do país. Por causa do atraso nos repasses, [BNDES](#) e Caixa Econômica Federal tiveram que desembolsar recursos próprios para pagar programas sociais, como o Bolsa Família.

"Uma das principais ações do governo federal no Brasil e no mundo consiste em transferência de renda. Previdência social, seguro desemprego, Bolsa Família, abono salarial e outras transferências desse tipo. Como essas transferências são realizadas. O governo faz um contrato de prestação de serviço com agente financeiro público. Nesse contrato, o governo tem uma programação de quanto vai ser o desembolso de cada mês e passa os recursos pro agente financeiro. Em determinado mês, pode ocorrer que o valor que é transferido para a população não é exatamente igual ao valor que o governo transferiu ao agente financeiro. Para lidar com isso, existe a conta suplemento, que acumula diferenças ou a favor da União ou bancos públicos. E essa conta deve ser sanada periodicamente", afirmou Barbosa.

"É uma conta que, se houver um desequilíbrio, ela é uma conta remunerada, tem uma taxa de penalização para as duas partes, mas é um procedimento necessário [...] Ao longo de 2013, e principalmente no primeiro semestre de 2014, o valor dessa conta suplemento durante alguns meses ficou com valor excessivamente negativo contra a União e por um período longo de tempo. Essa conta suplemento, que já existe há muito tempo, essa metodologia de pagamento, não foi objeto de questionado por parte do TCU [Tribunal de Contas da União] ao analisar as contas de 2011, 2012 e 2013. Foi objeto de questionamento do TCU ao analisar as contas de 2015, o que é perfeitamente normal. Então, ao analisar as contas de 2014, o TCU entendeu necessário fazer um aprimoramento dessa metodologia para que esses repasses não levassem a acúmulos de saldos excessivos, sejam a favor da União, seja a favor dos agentes financeiros, e o governo atuou para regularizar essa situação", disse o ministro da Fazenda.

Para Nelson Barbosa, essa prática estava de acordo com o entendimento do TCU vigente na época. O ministro da Fazenda também destacou que o atraso no pagamento foi implementado, segundo ele, “corretamente”, no governo do ex-presidente [Fernando Henrique Cardoso](#).

Barbosa também afirmou que, para ele, não há base legal para o impeachment da presidente Dilma. "Eu gostaria de dizer porque eu acho que não há base legal para o pedido de impeachment em análise por essa comissão. No caso dos decretos de crédito suplementar, em primeiro lugar, eles estavam de acordo com a legislação em vigor prevista no artigo 4 da lei orçamentaria de 2015. Em segundo lugar, a criação de um crédito suplementar não implica necessariamente um aumento de despesa financeira, porque esses créditos suplementares não alteraram o limite financeiro, não alteraram o decreto de contingenciamento de 2015. Muito pelo contrário, eles foram adotados depois de o governo aumentar o corte de despesas", disse.

"No caso das chamadas operações em questionamento pelo TCU, o governo questionou a interpretação do TCU – enquanto isso foi possível no trâmites legais. A partir do momento em que a determinação do TCU se tornou formal e final, a partir de um acórdão por parte do TCU, imediatamente o governo mudou a metodologia de pagamento de equalização de taxas de juros, imediatamente o governo mudou a metodologia de reembolso do FGTS e pagou todos os valores de exercícios anteriores apontados pelo TCU", disse Barbosa à comissão.

Professor da UERJ

Após a fala de Nelson Barbosa, o professor de Direito Financeiro da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) Ricardo Lodi Ribeiro começou sua exposição. Assim como o ministro da Fazenda, ele também foi chamado a falar em defesa do governo.

O professor afirmou considerar que a comissão do impeachment não pode tratar de acusações referentes ao primeiro mandato de Dilma, porque o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), ao autorizar o início do processo, se baseou apenas nos pontos da denúncia que se referem a 2015.

“É preciso lembrar que a decisão do presidente da Câmara limitou a decisão da comissão ao atual mandato de 2015. Portanto, está fora desse processo outras condutas indicadas na peça do jurista. Certamente, essa decisão não se trata mais de uma discussão sobre se o mandato anterior deve ou não ser considerado, mas do escopo da decisão do presidente da Câmara. Se esta Casa tratar de fatos anteriores, estará julgando em desacordo com a Constituição, em desacordo com a lei do impeachment”, disse.

O professor afirmou que o descumprimento da meta fiscal inicial do governo para 2015 e a edição de créditos suplementares não podem ser considerados crimes, porque o Congresso Nacional aprovou no final daquele ano revisão da meta e autorizou rombo de R\$ 119,9 bilhões. Para ele, o Congresso convalidou os atos fiscais do Executivo.

"No ano de 2015, assim como no ano de 2014, assim como nos anos anteriores, a aprovação da lei de orçamento inseriu no seu artigo 4, com a mesma redação, a autorização para a abertura de créditos suplementares condicionada ao superávit primário. Então, há autorização legislativa para abertura de crédito, mas essa autorização está condicionada ao cumprimento da meta de superávit primário. Como o orçamento é informado pelo princípio da anualidade, nós só podemos verificar a ocorrência dessa condição ao final do exercício. Em momento algum em 2014, ou 2015, nós tivemos o descumprimento da meta primária. E por uma razão muito fácil de entender. Antes do final do exercício financeiro, no ano de 2015, o Congresso Nacional aprovou o PLN 5/2015, que reduziu a meta primária, admitindo um déficit de até R\$ 100 bilhões, limite que ultrapassa a todos os valores que estamos discutindo aqui hoje. Então, na verdade, no momento em que o Congresso Nacional aprova uma lei alterando a meta do superávit primário, aquela condição que estava prevista na lei de orçamento, ela não será realizada", disse Lodi Ribeiro.

Sobre as pedadas, o professor deu a mesma justificativa apresentada pelo ministro da Fazenda, de que eram contratos de prestação de serviço – e fez uma analogia com o serviço de um arquiteto.

"Imaginem os senhores que alguém contratasse um arquiteto para fazer um projeto de reforma para a sua residência. Faz um contrato, o contrato prevê que o projeto será entregue no dia tal e pago no dia tal e prevê também as consequências para o inadimplemento recíproco. Pergunto aos senhores: o projeto foi entregue no prazo, o tomador de serviço não pagou. É claro que o arquiteto tem um direito de crédito em relação ao tomador de serviço, mas isso não constitui uma operação de crédito", afirmou.

Lodi Ribeiro disse ainda que, mesmo que tivesse havido pedada fiscal, a violação teria sido contra a lei de responsabilidade fiscal – o que para ele não aconteceu. O professor afirma que, na lei de impeachment, a violação dessa lei não pode ser considerada crime de responsabilidade.

"É preciso lembrar que a lei do impeachment, a lei dos crimes de responsabilidade, em nenhum momento define, tipifica como crime de responsabilidade, a violação da lei de responsabilidade fiscal. O que se pune é o atentado à lei de orçamento. Não dá pra confundir a lei de

orçamento com a lei de responsabilidade fiscal. A lei de orçamento – os senhores sabem melhor do que ninguém, os senhores aprovam o orçamento – é a que prevê receitas e despesas”, disse Lodi Ribeiro.

Bate-boca

No início da exposição do professor, o deputado Júlio Lopes (PSB-RJ) questionou se ele era professor titular ou adjunto da UERJ. O questionamento gerou um princípio de bate-boca com deputados petistas que defenderam respeito a Ricardo Losi Ribeiro.

Em seguida, o professor afirmou que não estava na comissão para falar em defesa de Dilma e que isso cabe à Advocacia-Geral da União, o que gerou novos protestos de Júlio Lopes, para quem a AGU defende a “União” e não a presidente.

A manifestação do deputado do PSB gerou novo bate-boca em plenário. O deputado Wadih Damous (PT-RJ) e o presidente da comissão do impeachment, Rogério Rosso (PSD-DF), destacaram que o professor tem direito de dar sua opinião livremente, como convidado do colegiado.

Sobre as "pedaladas fiscais", o professor da UERJ afirmou que o pedido de impeachment é evasivo quanto à ocorrência dessa manobra em 2015.

“A parte da denúncia que fala de pedalada em 2015 não diz muita coisa. A parte da decisão do presidente da Câmara sobre pedalada em 2015 também não diz muita coisa. Diz que teve pedalada em 2015, mas não descreve minimamente a ação da presidente da República. E não descreve porque esse ato não é da competência da presidente da República.”

Ricardo Losi encerrou a fala dizendo que o Congresso Nacional “não está autorizado” a afastar Dilma, porque não houve, segundo ele, crime de responsabilidade. Para o professor, “falta de apoio parlamentar, impopularidade, ou o conjunto geral da obra, não alicerça pedido de impeachment, como bem esclareceu o ministro Marco Aurélio Mello no dia de ontem”.

“Nos dois casos, tanto nos decretos quanto nas pedaladas, temos uma virada jurisprudencial do TCU. Ainda que considerássemos que a virada foi positiva, evidentemente que o novo entendimento só pode ser adotado em relação ao futuro. Me parece que nenhum dos atos apontados na peça dos juristas e que foi admitido pelo presidente da Câmara dos Deputados constitui crime de responsabilidade. Por essas razões, não está autorizado o parlamento a destituir o mandato da presidente da República”, disse.

tópicos:

- [BNDES](#),
- [Congresso](#),
- [Fernando Henrique Cardoso](#),
- [Ministério do Planejamento](#),
- [Nelson Barbosa](#),
- [Tesouro Nacional](#),
- [Tribunal de Contas da União](#)

veja também



- [TCU decide nesta quarta se rejeita as contas públicas de 2014; entenda](#)

07/10/2015

or que o TCU está
gestionando as contas
o governo?

- [Entenda por que o TCU pode rejeitar as contas públicas de 2014](#)

02/10/2015

or que o TCU está
gestionando as contas
o governo?

- [TCU vai avaliar defesa de Dilma no caso das 'pedaladas fiscais'; entenda](#)

22/07/2015

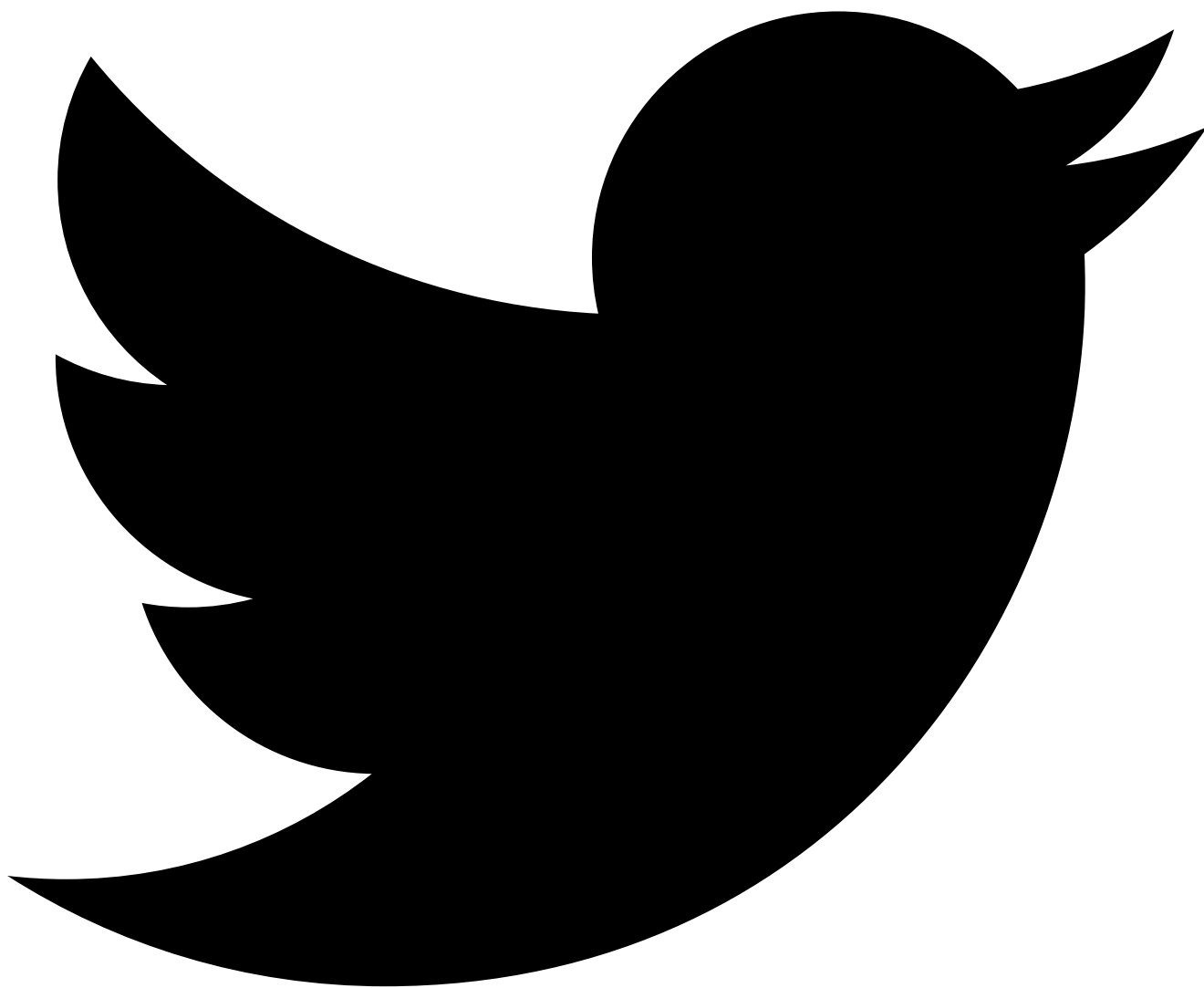
or que o TCU está
gestionando as contas
o governo?

- [Dilma tem até esta quarta para explicar 'pedaladas fiscais'; entenda](#)

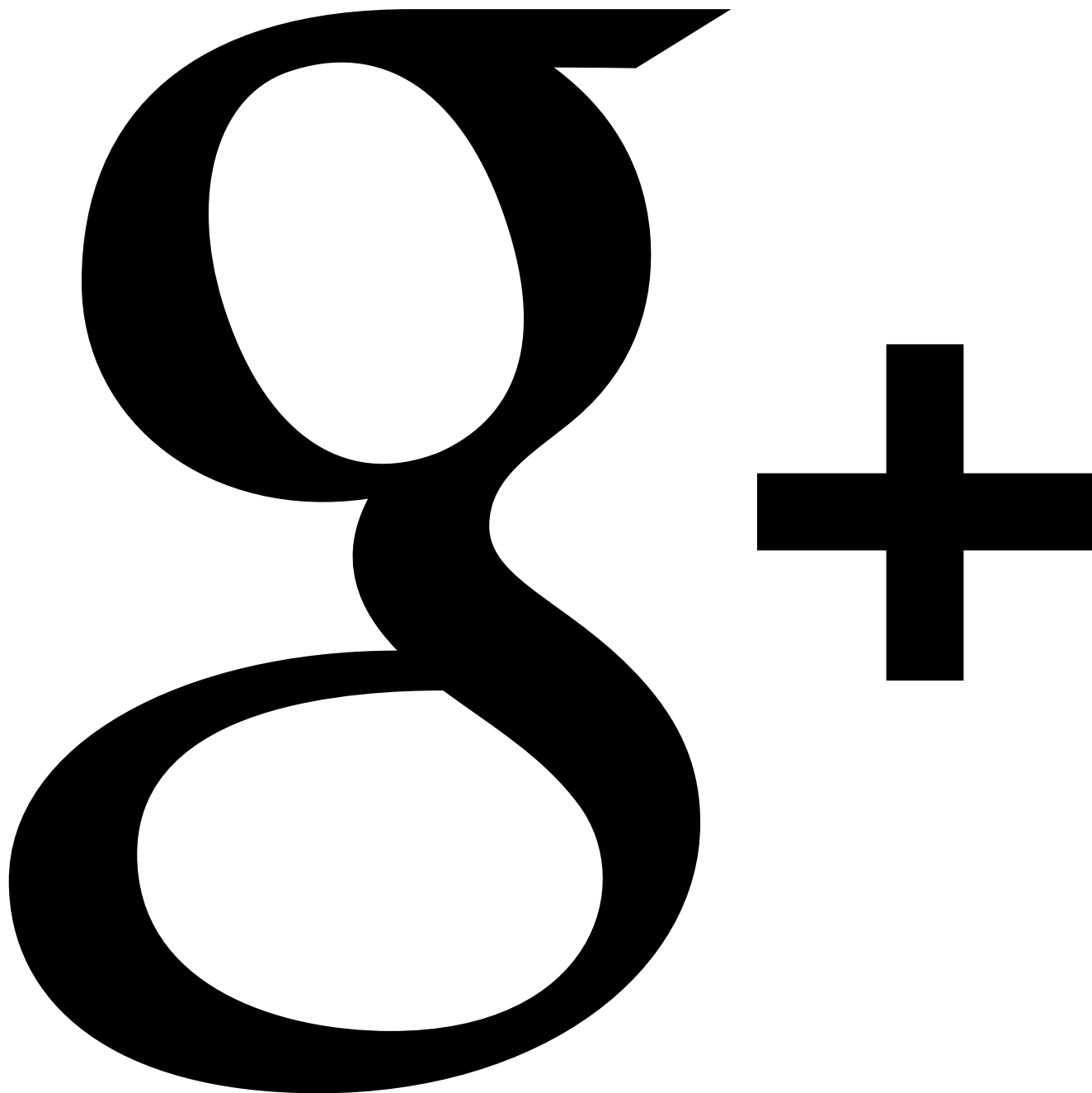
22/07/2015



[Facebook](#)



[Twitter](#)



[Google+](#)



[Pinterest](#)

Link

1044

comentários

Os comentários são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste site. Se achar algo que viole os [termos de uso](#), denuncie. Leia as [perguntas mais frequentes](#) para saber o que é impróprio ou ilegal.

Este conteúdo não recebe mais comentários.

recentes

populares

recentes

populares

•

Jose Filho

há 8 meses

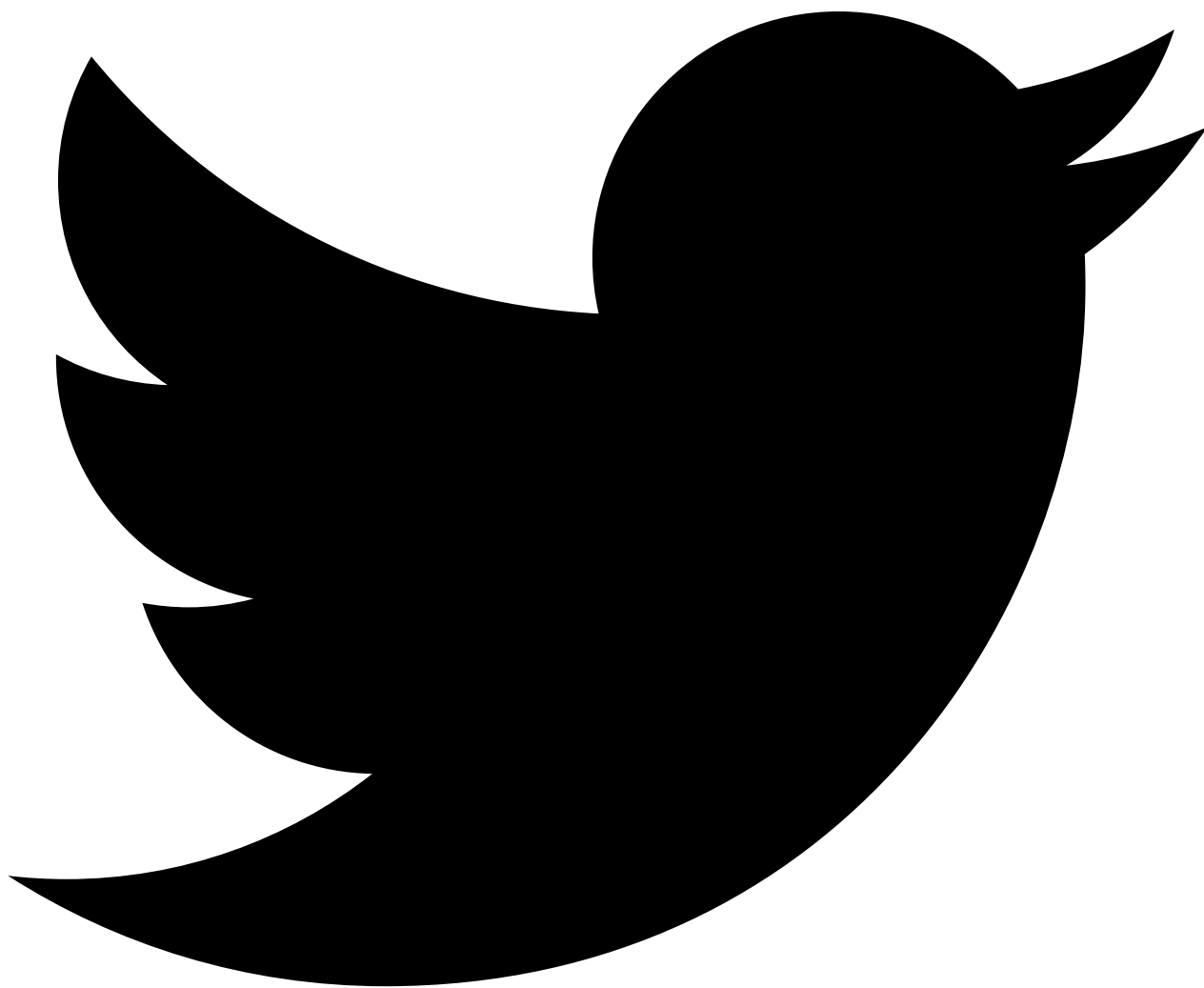
Porque será que no texto esta descrito toda a fala do Ministro, porem a repórter so fala do assunto de ontem quando a acusação discursou em plenário, que tendenciosismo feio no jornalismo não? Eu também sou contra tudo isso, agora Jornalismo tem que ser serio não?

5

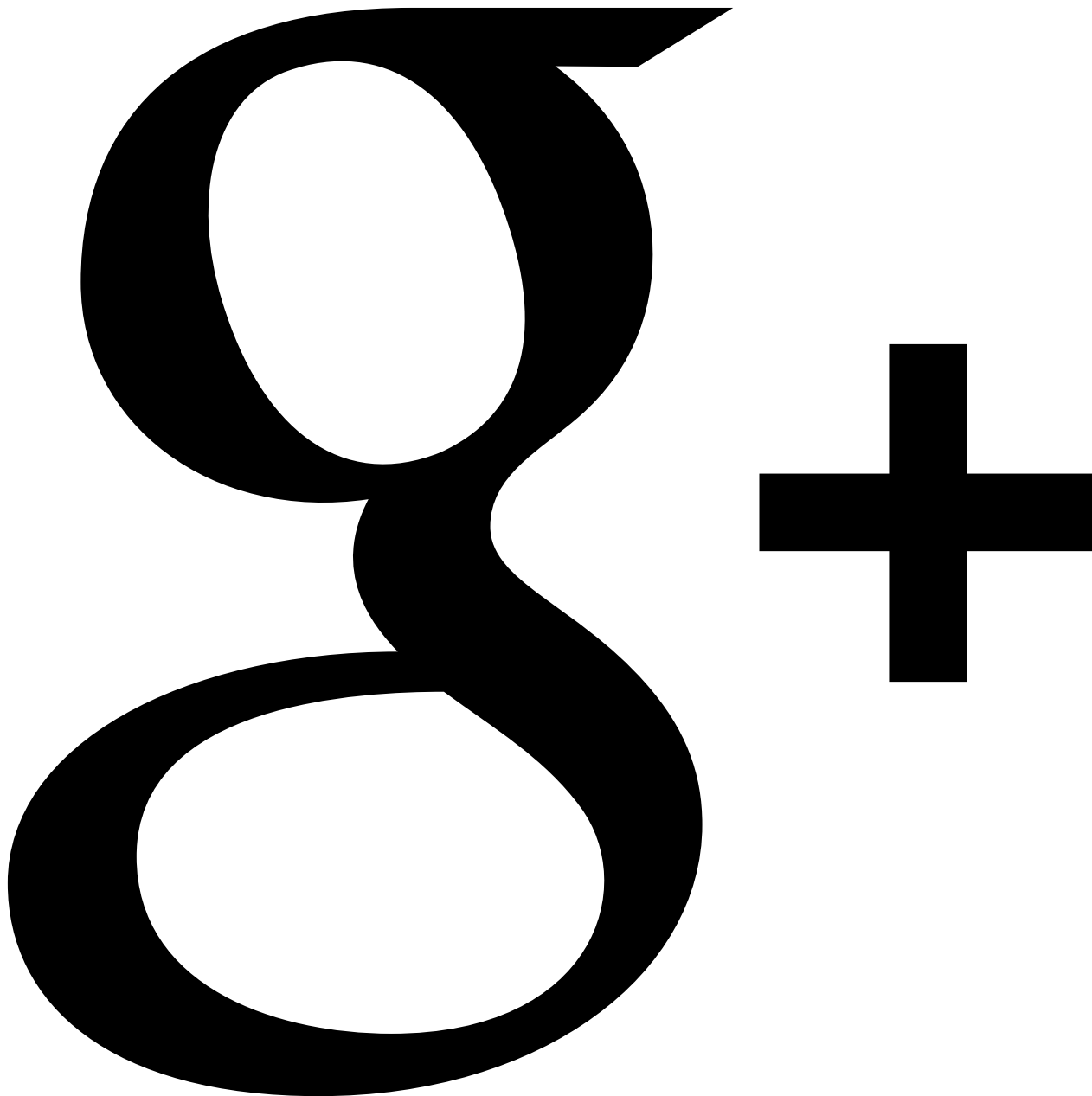
2



[Facebook](#)



[Twitter](#)



[Google+](#)

•

Comunista Carente

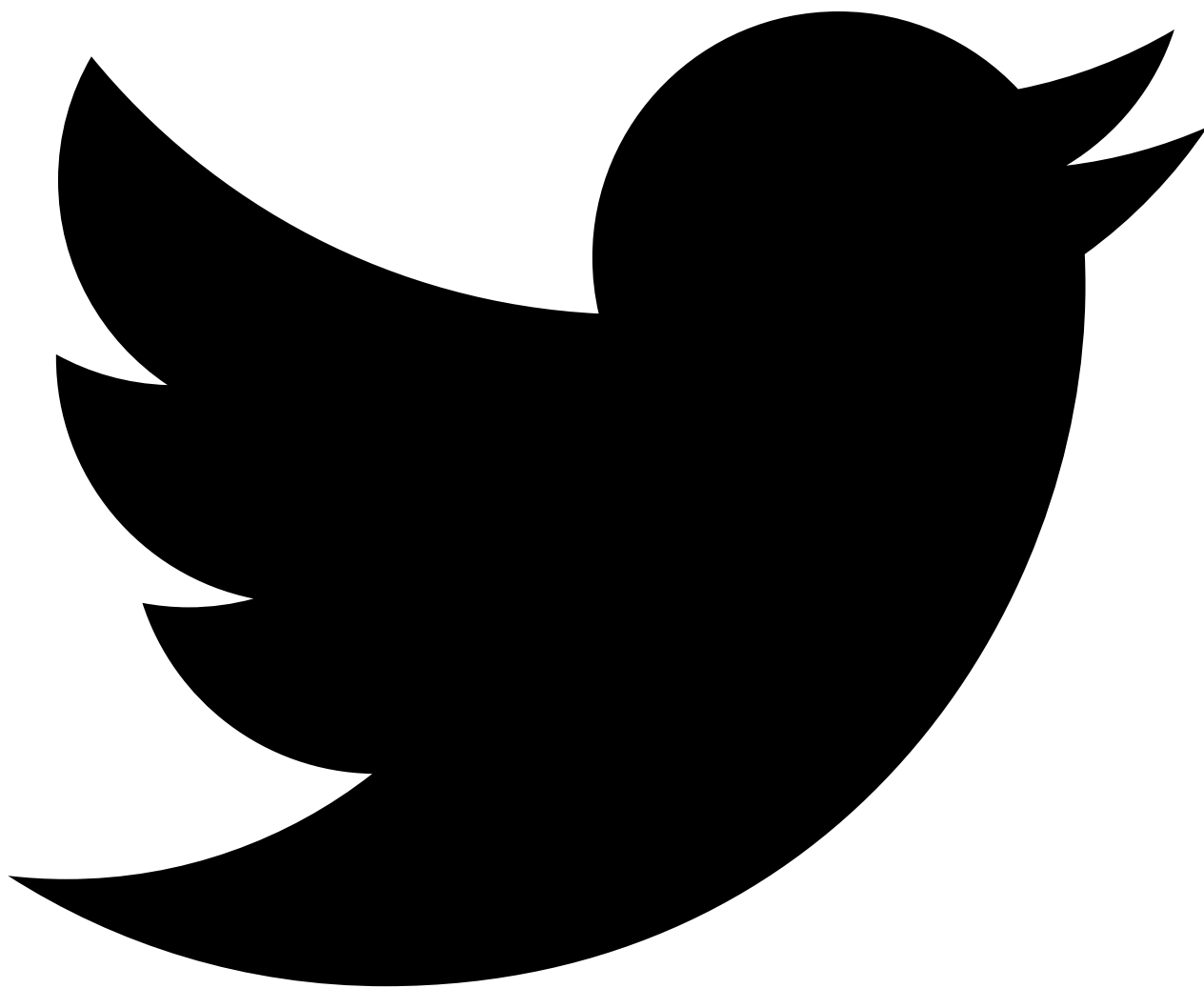


há 8 meses ..

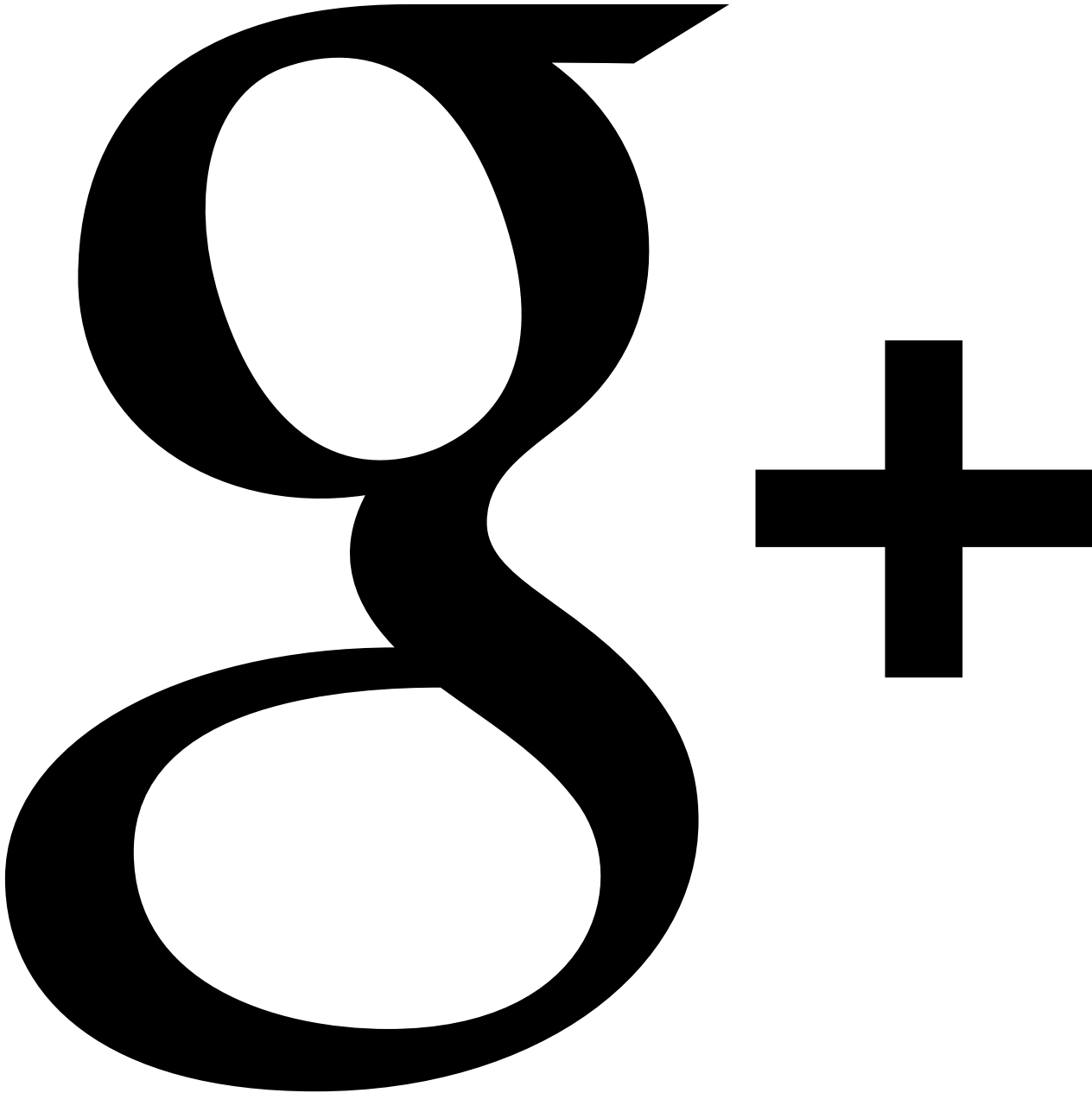
Porque vcs elite branca não vão pra EUA de uma vez ? fica aqui no Brasil enchendo o saco da gente vai curti seus bens lá



[Facebook](#)



[Twitter](#)



[Google+](#)
Ver Mais 33 comentários

- **Elizabeth Tjader**

denunciar

há 8 meses ..

g1 publique!

00
- **Elizabeth Tjader**

denunciar

há 8 meses ..

Donald Trump = Donald Duck,

00
- **João Ribeiro**

denunciar

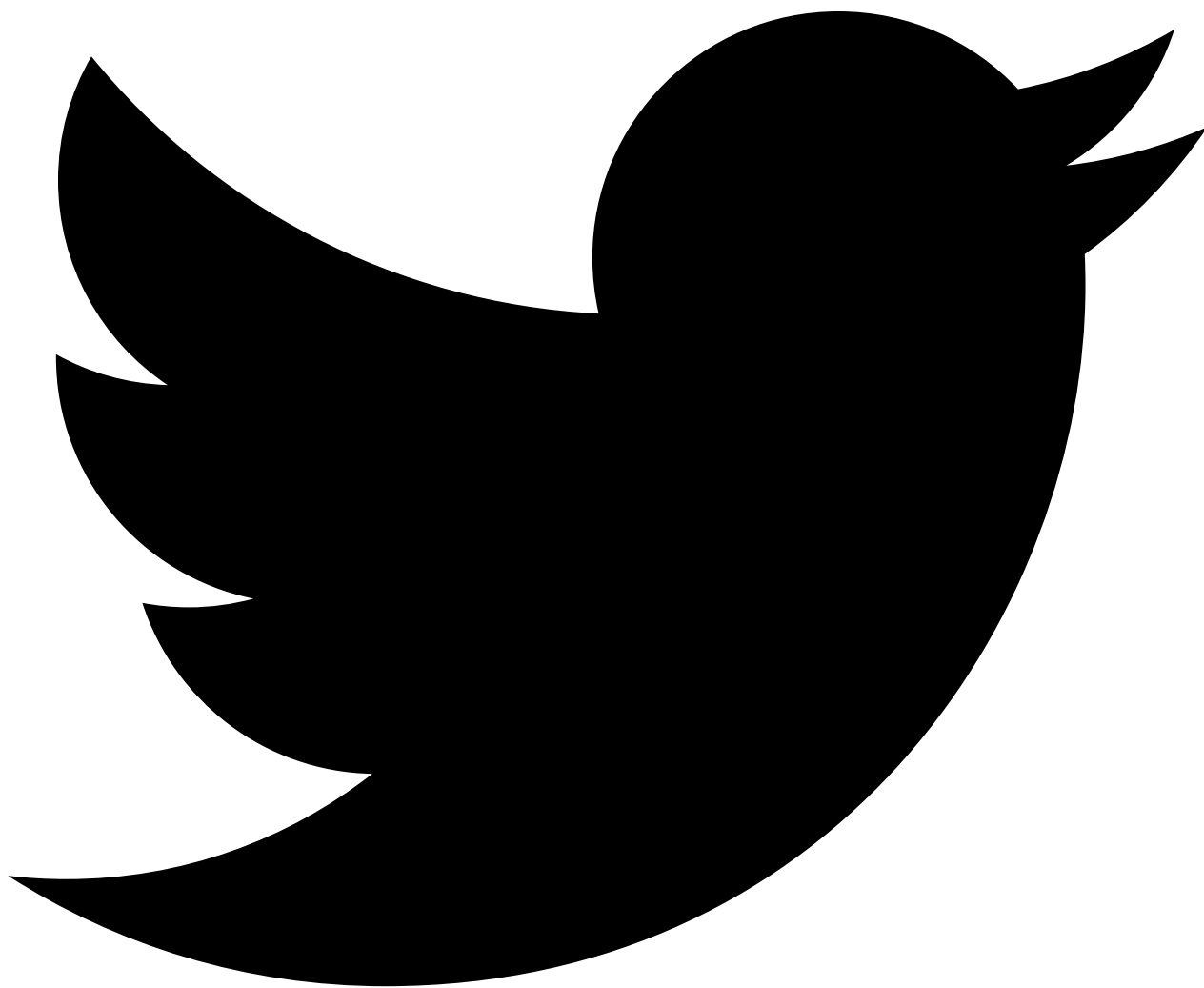
há 8 meses

Quer dizer que podemos dispensar os serviços do TCU

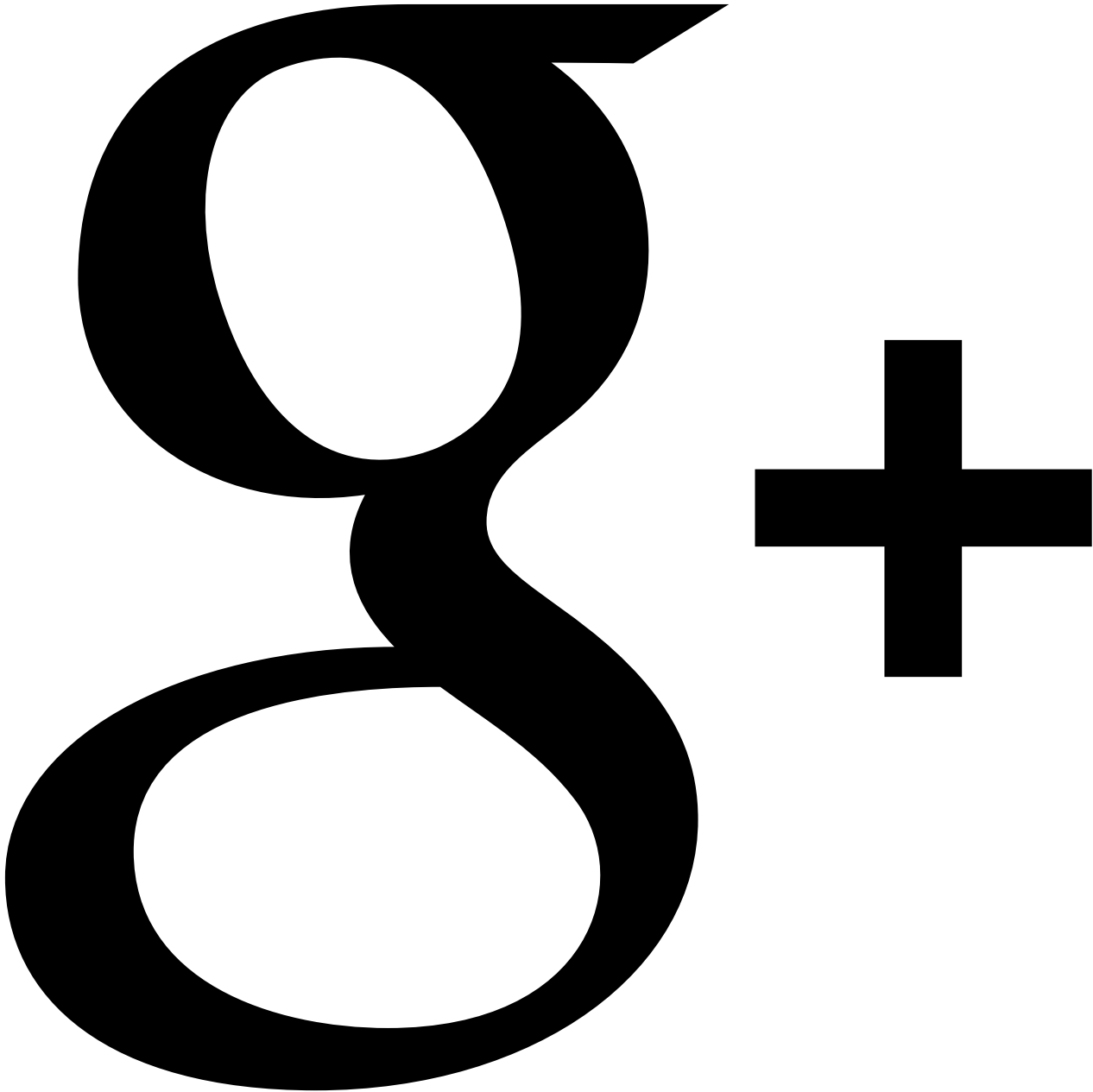
00



[Facebook](#)



[Twitter](#)



[Google+](#)

•

Wagner Xavier

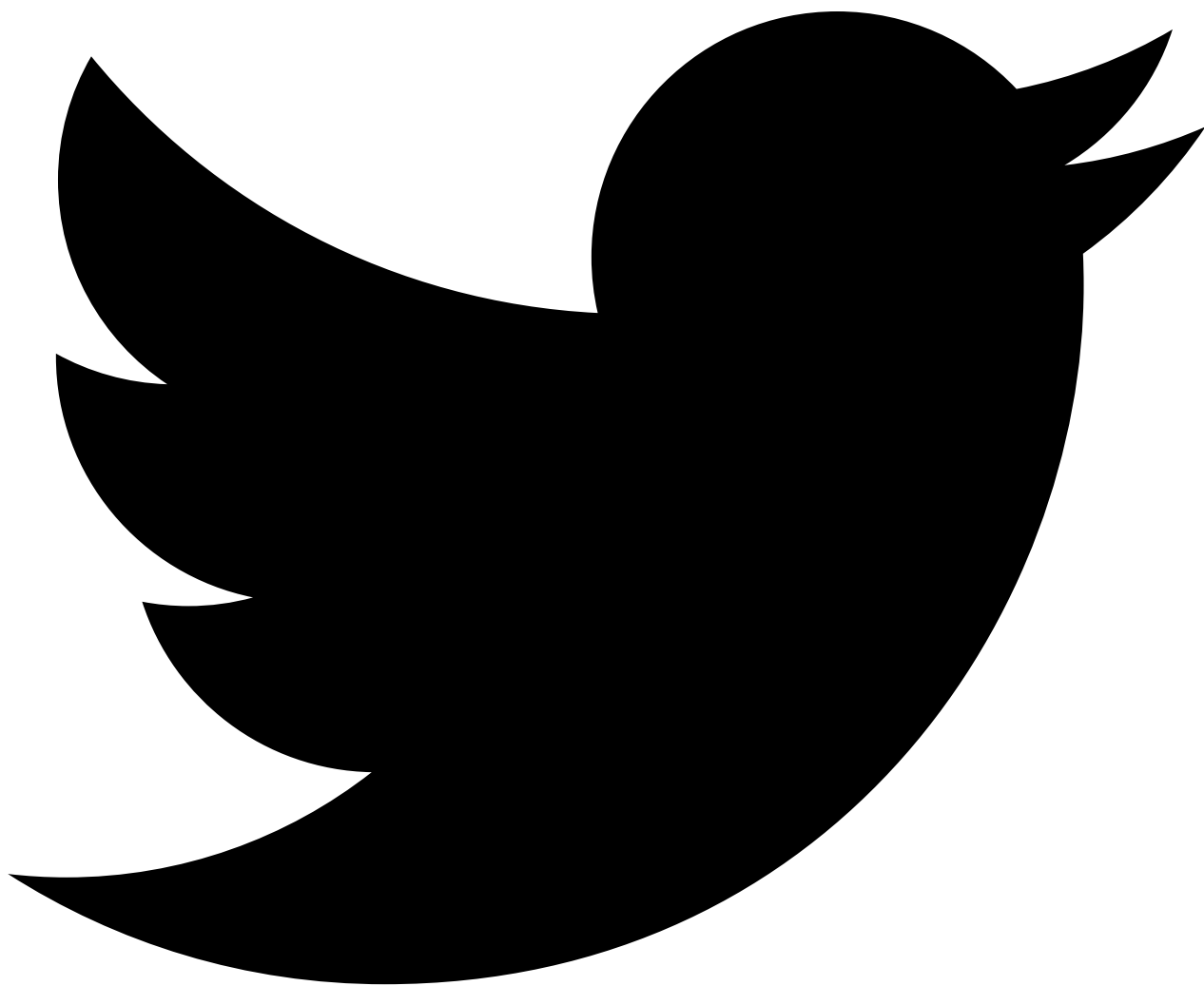


há 8 meses ..

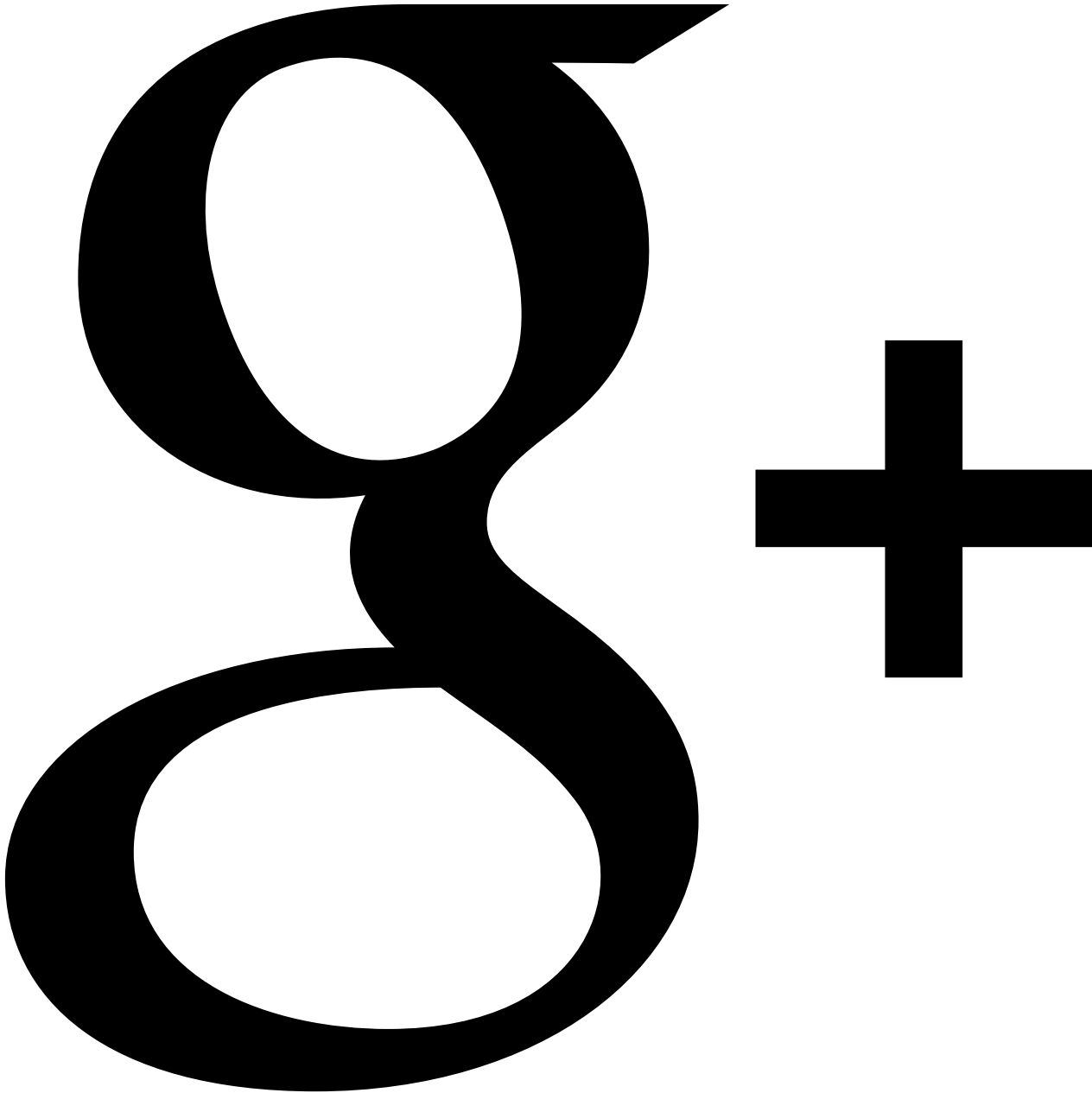
Fernandinho Beiramar não é traficante nem bandido, segundo advogados e amigos



[Facebook](#)



[Twitter](#)



[Google+](#)

o

Arione Amorim



há 8 meses ..

É verdade! todo criminoso é santo nas palavras da defesa.

o

Ricardo



há 8 meses ..

Viva o trafico Viva a insegurança via o sus via o inss

.

Maxwell

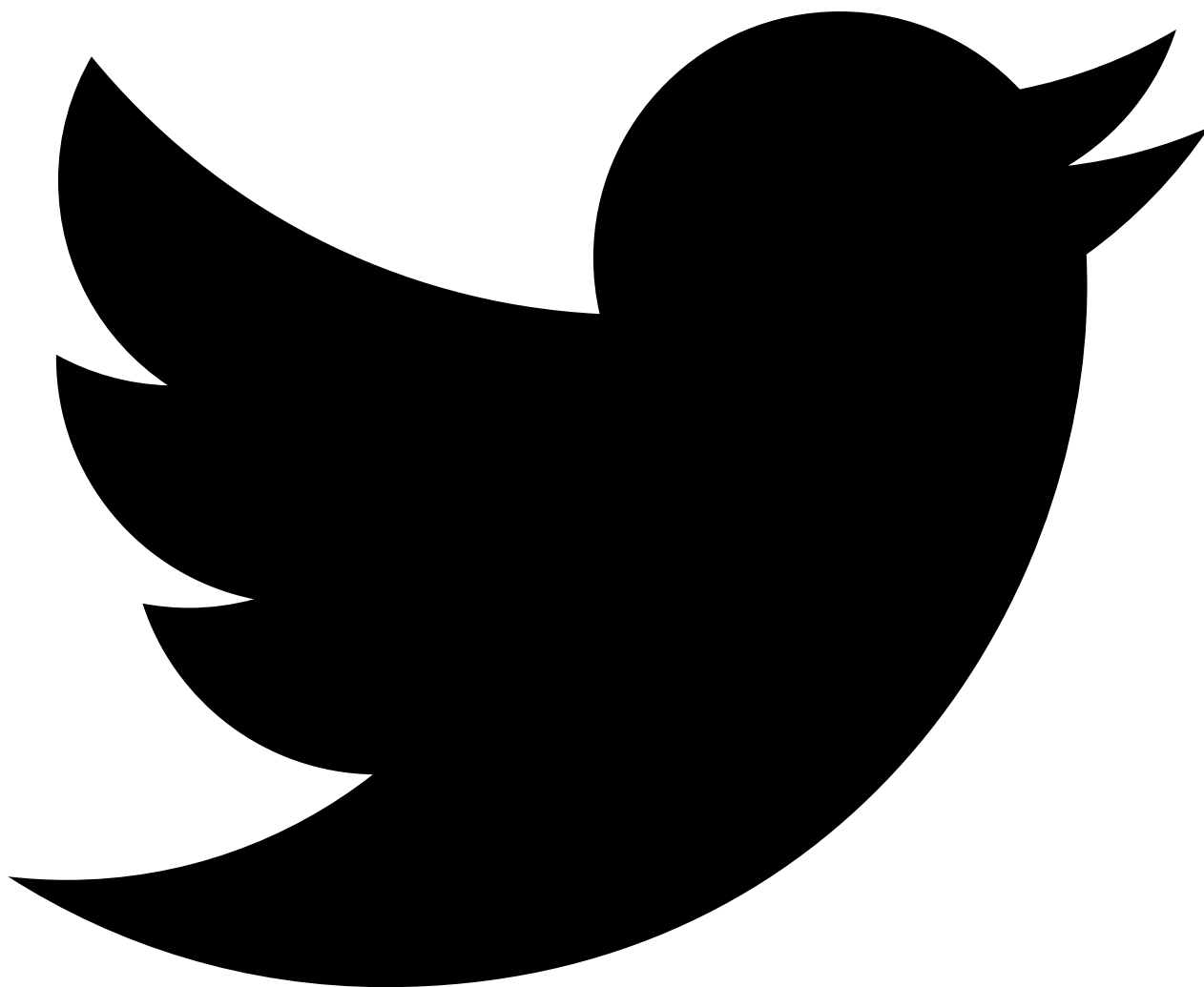


há 8 meses ..

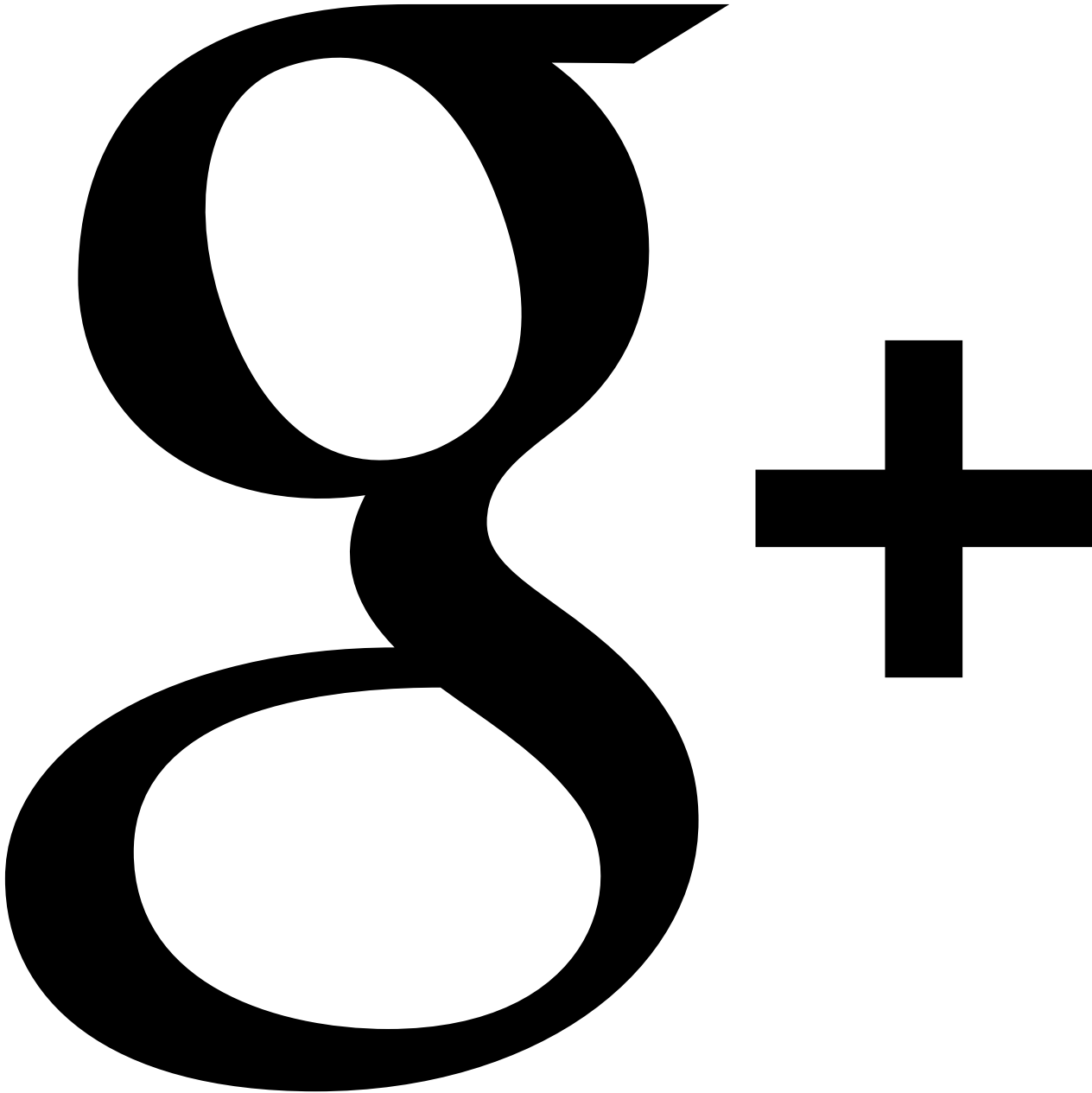
Collor foi absolvido pelo supremo posteriormente a sua destituição... Então aquele impeachment foi golpe?



[Facebook](#)



[Twitter](#)



[Google+](#)



Tirso Duarte

[denunciar](#)

[há 8 meses ..](#)

Foi sim. Impulsionado pela globo, inclusive. Mas ele não tinha apoio nas ruas. Dil-ma tem. Se houver golpe, haverá guerra.

[1](#) [8](#)

Rafael Silva

[denunciar](#)

[há 8 meses ..](#)

Que comparação sem nexo...

[0](#) [0](#)



Elcio Ribeiro

[denunciar](#)

[há 8 meses ..](#)

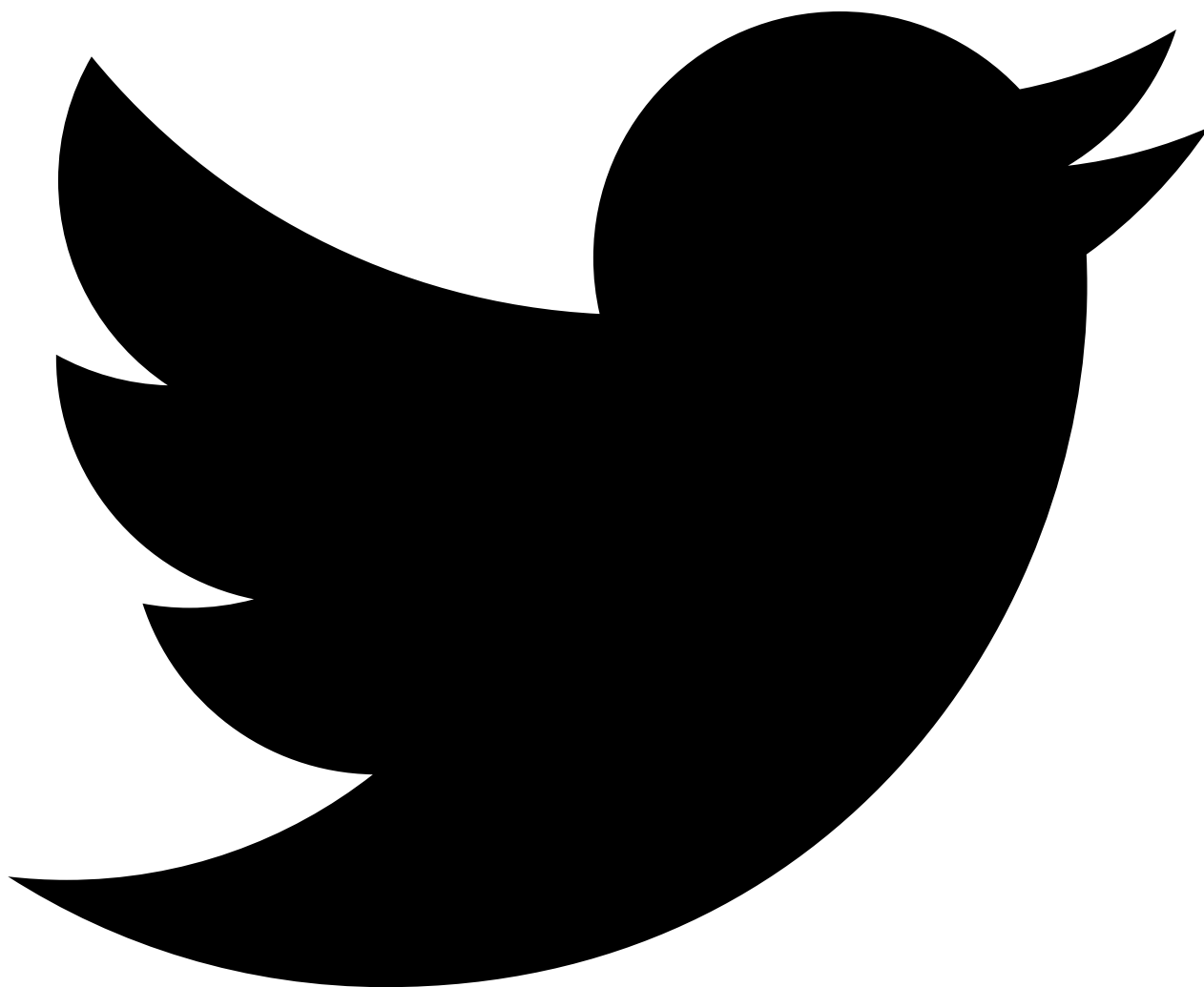
Coxinha respeite a constituição federal .vam estudar antes de fazer comentarios.

25

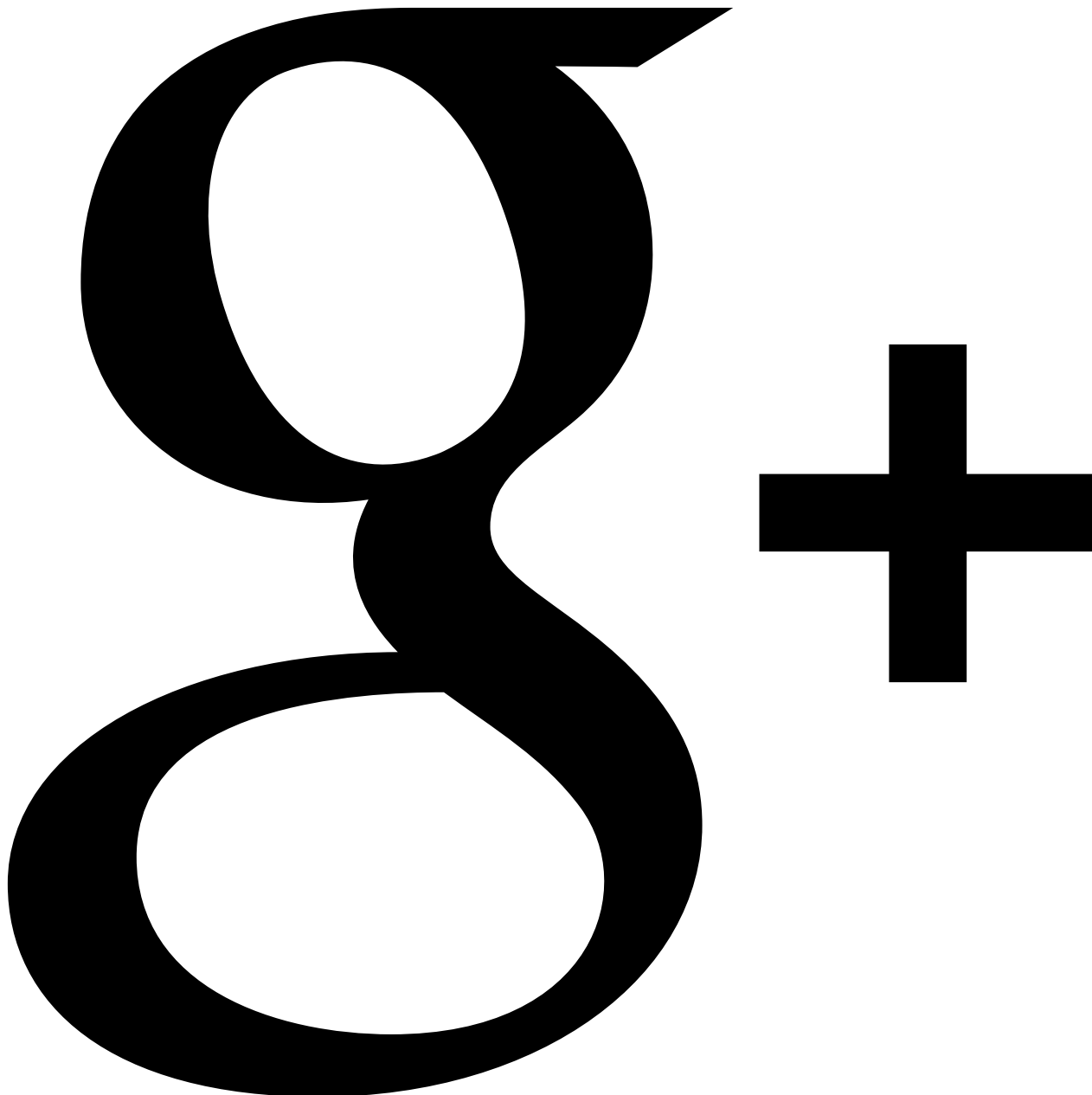
90



[Facebook](#)



[Twitter](#)



[Google+](#)

Ver Mais 10 comentários

◦

Elói Júnior

denunciar



há 8 meses ..

Você sabe ler?? Procure lei complementar 101 de 2000.

1

0

◦

Jones Pereira

denunciar



há 8 meses ..

parei no vam estudar. quanta mortadela estragada.

4

0



•

Elcio Ribeiro

denunciar



há 8 meses ..

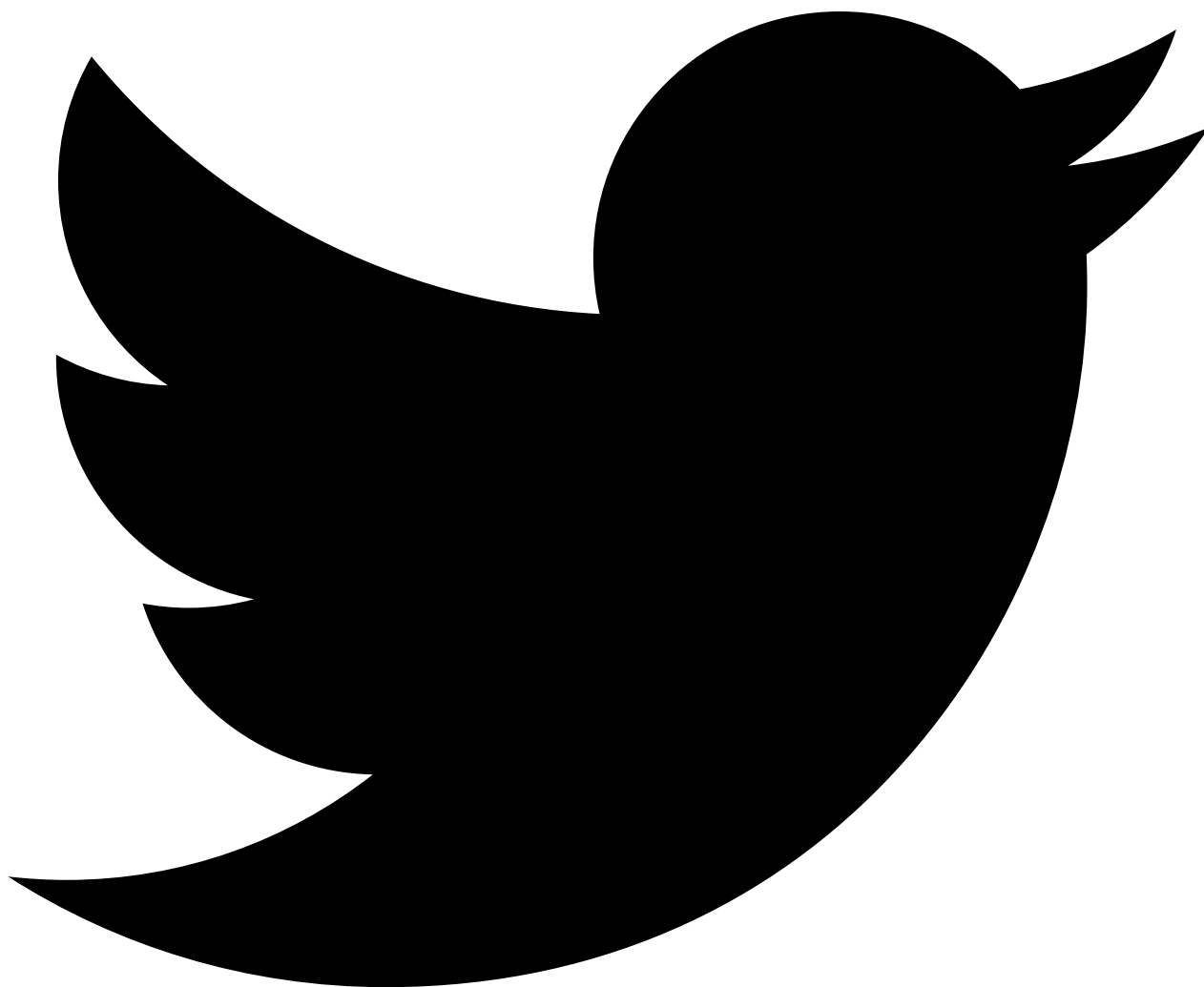
Moro quando voce vai prender a mulher e filha do cunha.kkkkk

43

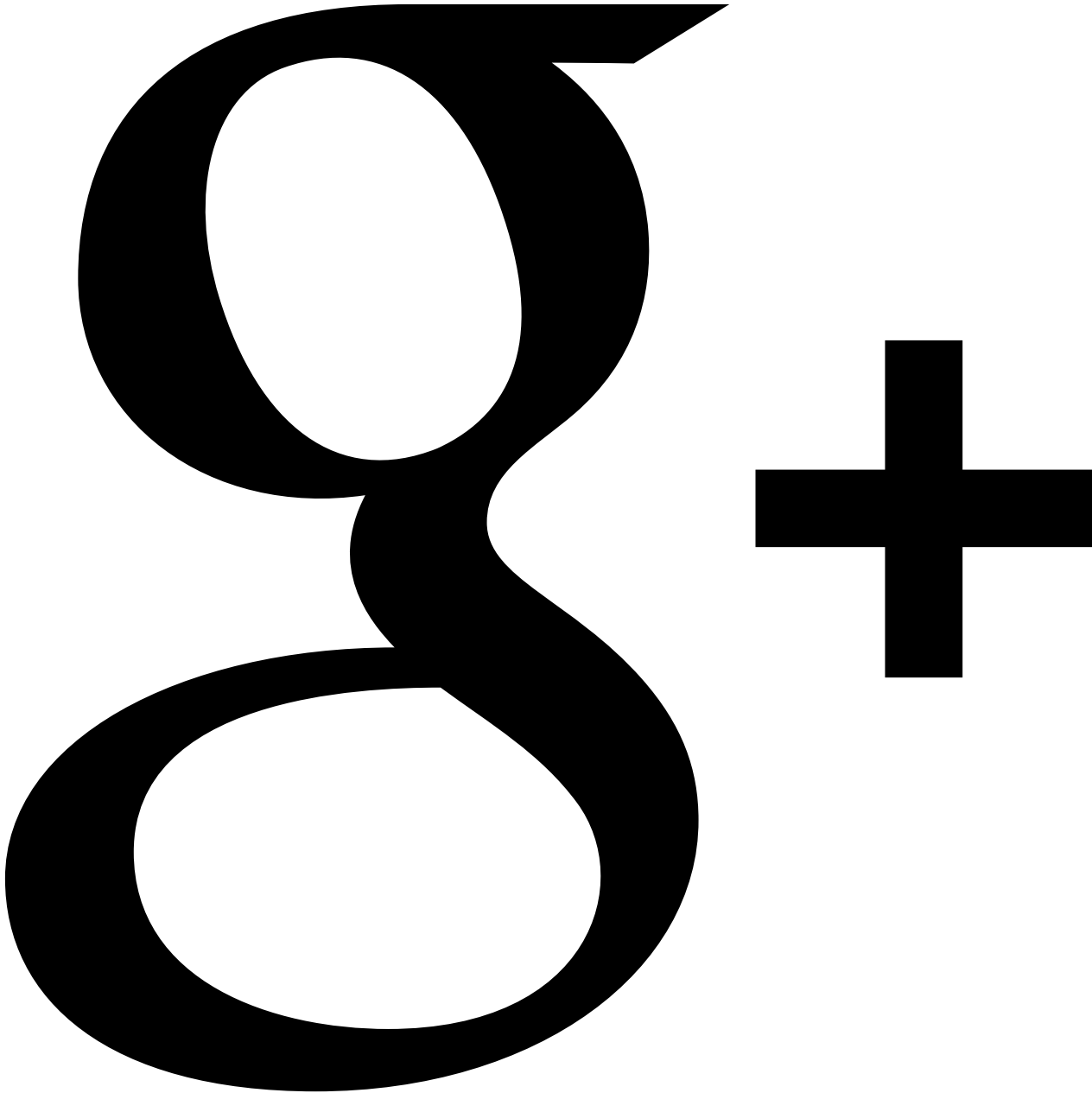
6



[Facebook](#)



[Twitter](#)



[Google+](#)

Ver Mais 5 comentários

◦

Renato Bala

denunciar

há 8 meses ..

barato...por míseros 40tinha e mais um x mortadela

0

0

◦

Marcelo

denunciar

há 8 meses ..

Para os loucos a mudança está com cunha,aécio,fhc. HÁHÀHÀ!

1

1

•

Glaucio

denunciar

há 8 meses ..

Não vai ter goupe

28

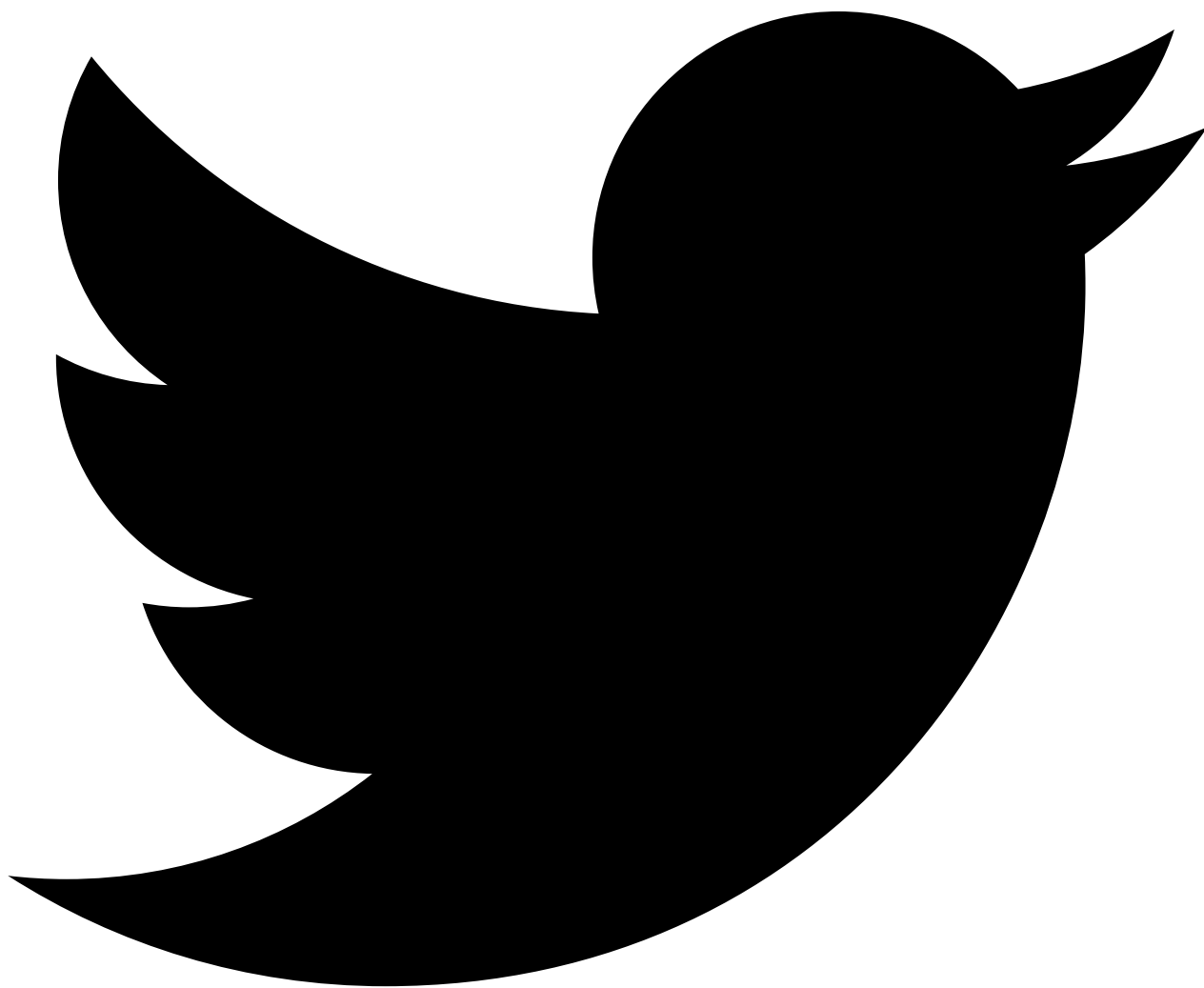
64

33 of 88

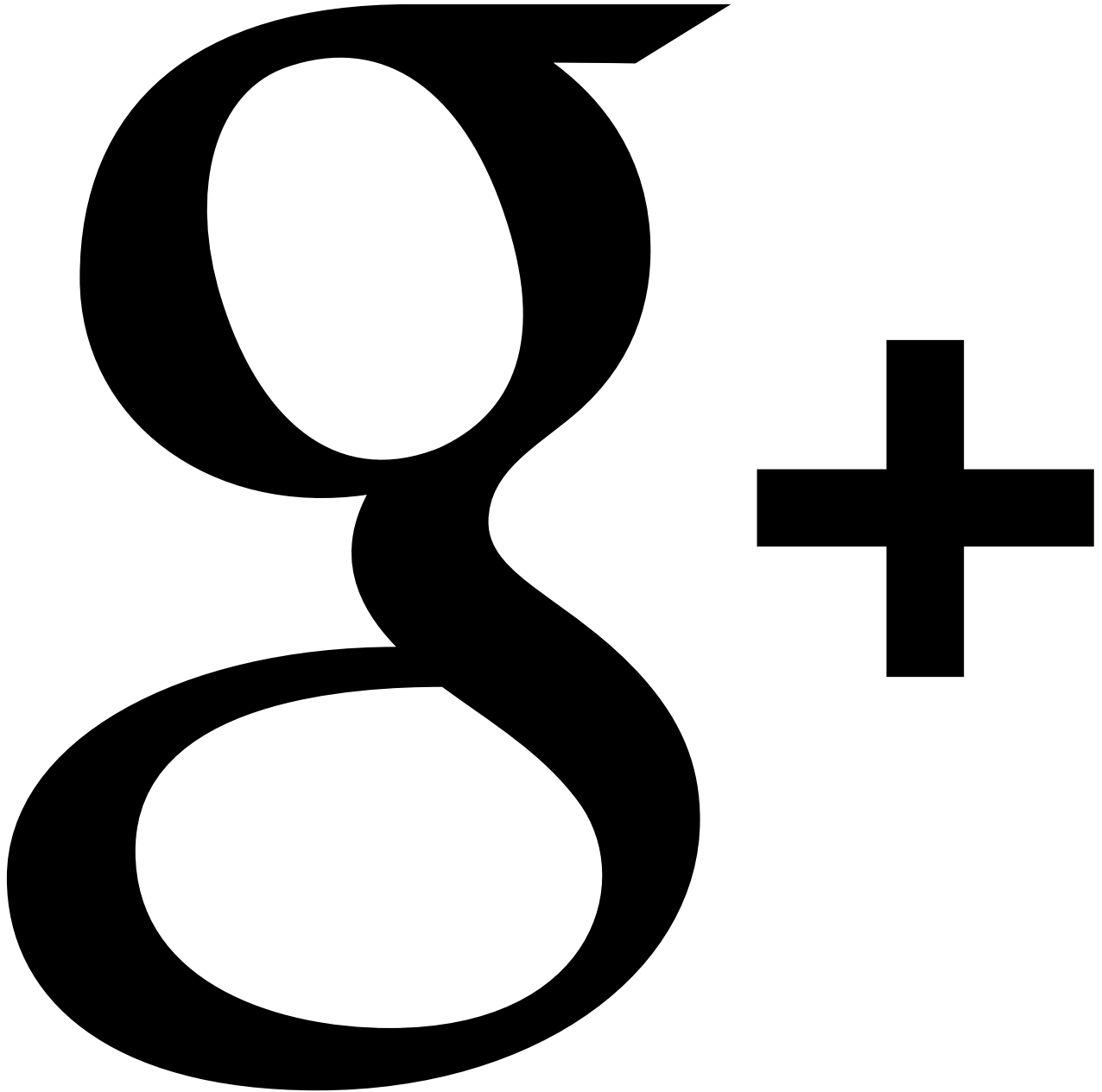
20/11/16 15:43



[Facebook](#)



[Twitter](#)



[Google+](#)

Ver Mais 12 comentários



o **Alfredo Vita**

denunciar

há 8 meses ..

Abel: Democracia ? Nós vivemos num mundo de DITADURA CAPITALISTA, onde quem comanda essa ditadura não tem nenhum sentimentos humanos, chama-se MERCADO.

2

1

o **Abel Carneiro**

denunciar

há 8 meses ..

Boa Alfredo. Concorde em gênero, número e grau.

2

0

• **Paulo Marcos**

denunciar

há 8 meses ..

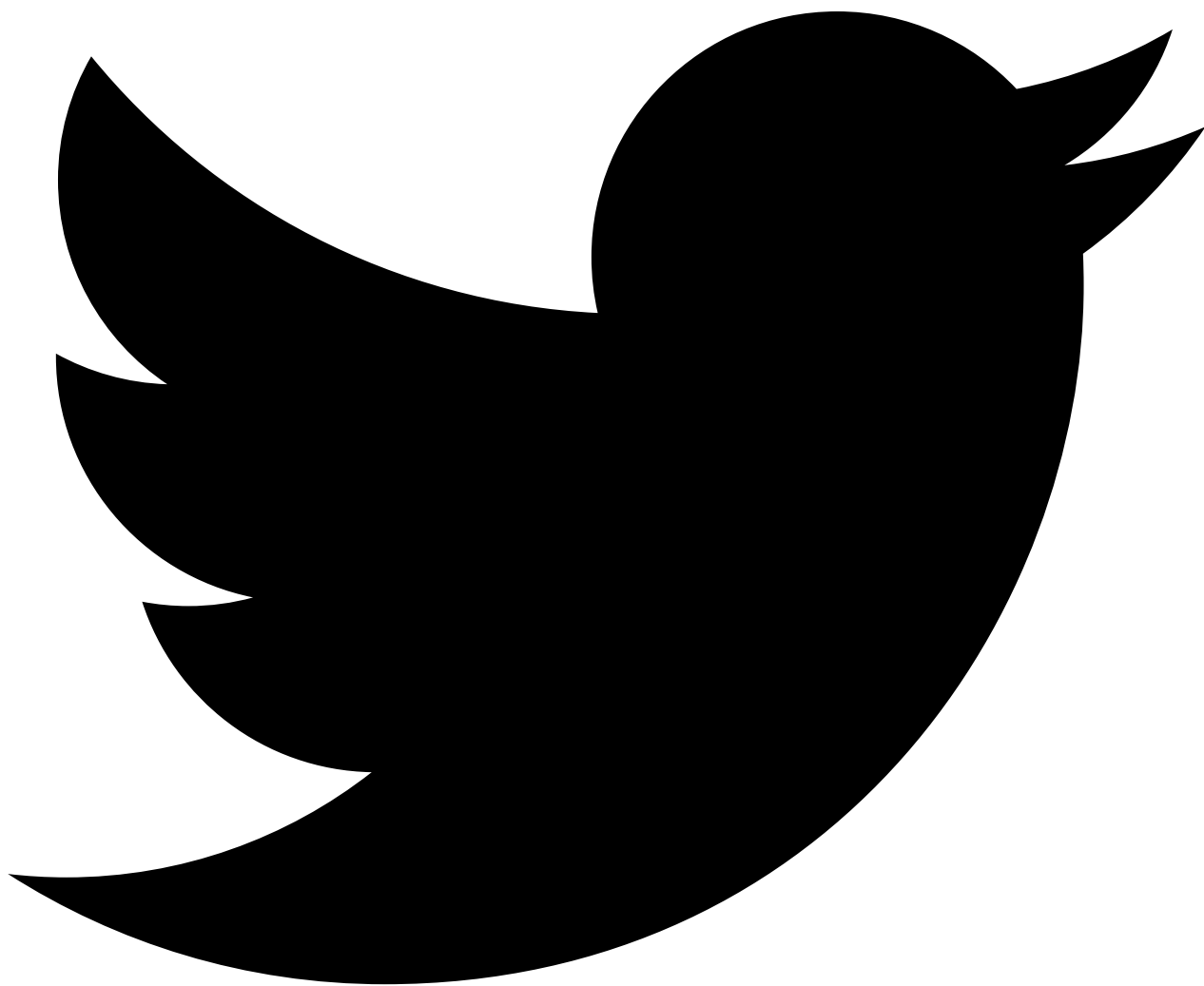
Ministro da Fazenda diz que governo não cometeu crime, ou seja, NÃO VAI TER GOLPE COXINHAS !!!!!!!!!!!!! NÃO VAI TER GOLPE !!!!!!!!!!!!! NÃO VAI TRE GOLPE !!!!!!!!!!!!!

42

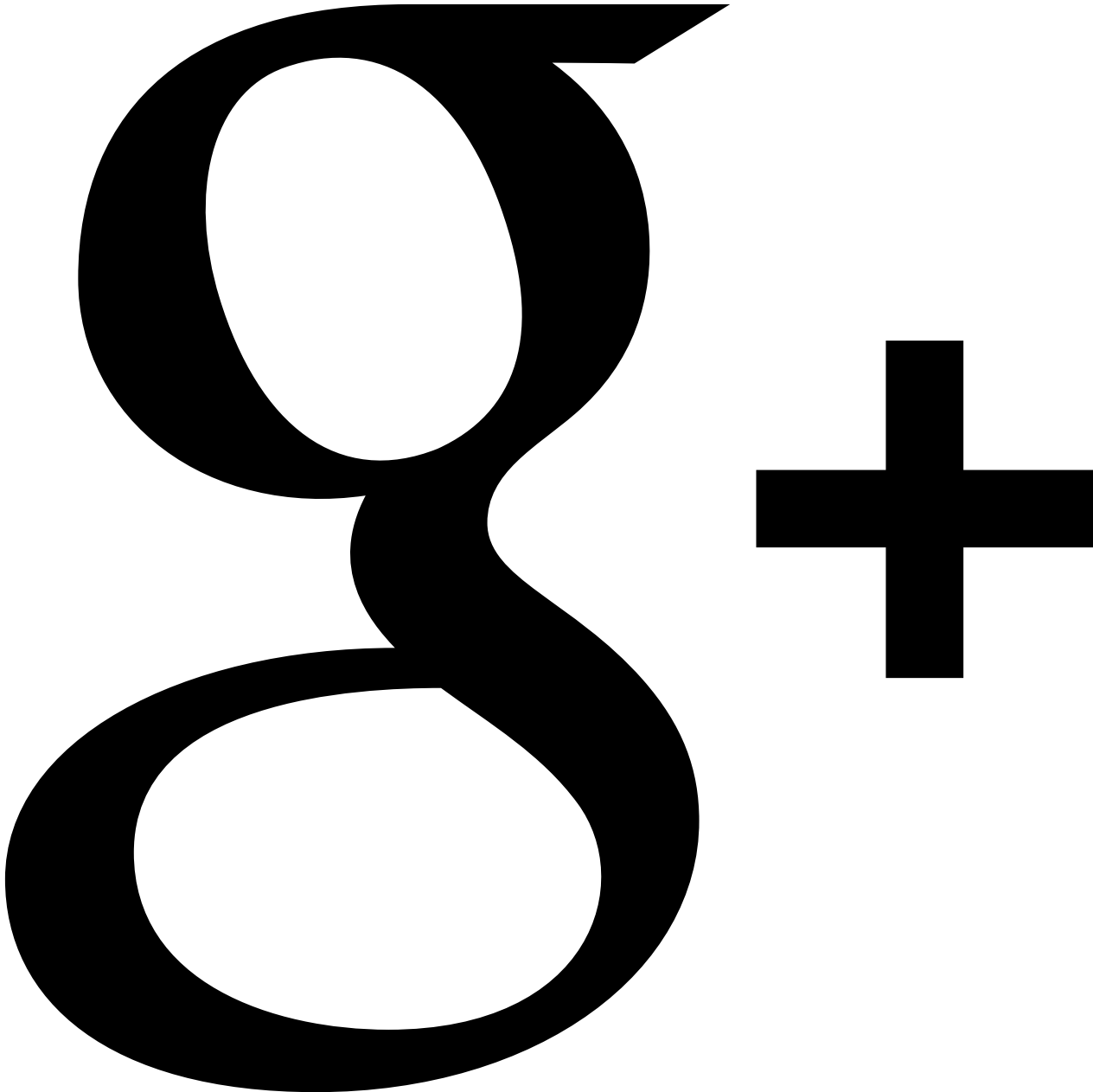
116



[Facebook](#)



[Twitter](#)



[Google+](#)
Ver Mais 10 comentários

◦
Rodrigo Ramos
denunciar ⓘ
há 8 meses ..

kkkkkkkkkk

1 0

◦
Cesar Damaceno
denunciar ⓘ
há 8 meses ..

Paulo Marcos, só porque o Ministro falou vocês podem ficar tranquilos. Claro. Nada vai acontecer. Podem dormir tranquilos. Sem pesadelos com a PF. Que bom! Se eu fosse a presidentA esqueceria esta questão do impeachment e is pedalar sem nenhuma preocupação. O Delcídio é louco. Nem pensem no Japonês porque ele foi transferido. O PMDB vai estar com vocês sempre. Tranquilo tranquilo.

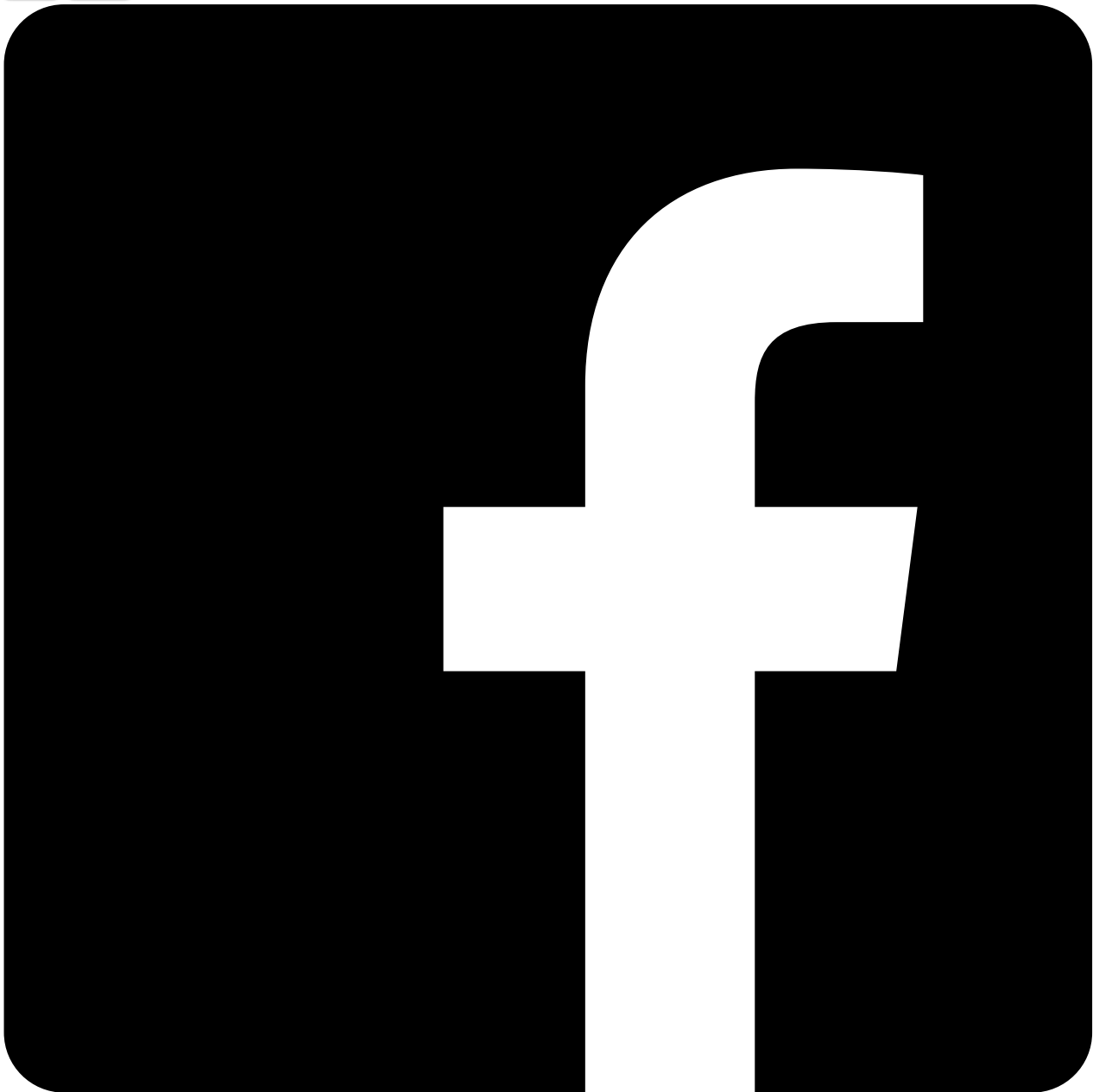
0 2

•
Julio
denunciar ⓘ
há 8 meses ..

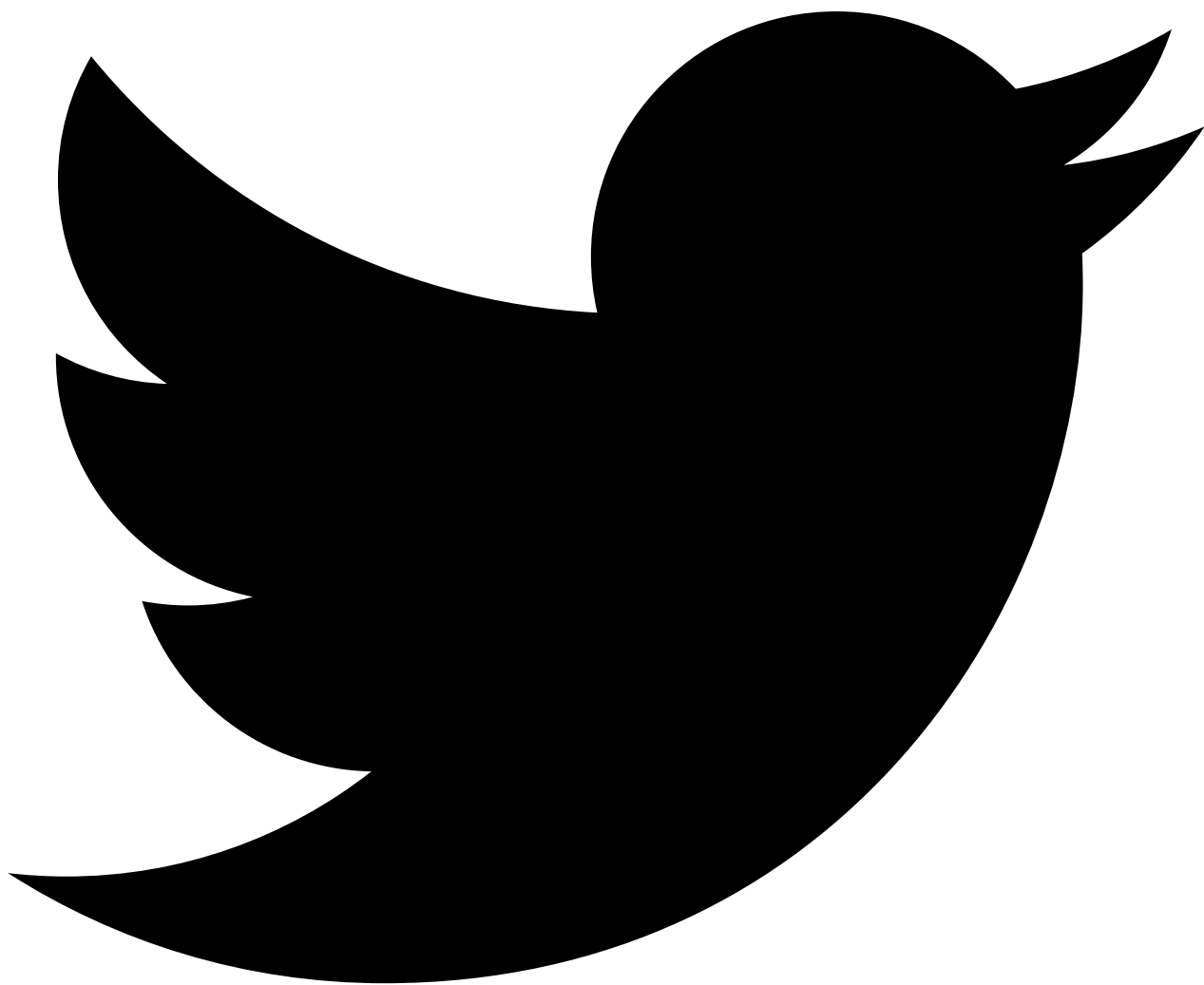
Globo quer derruba.

71

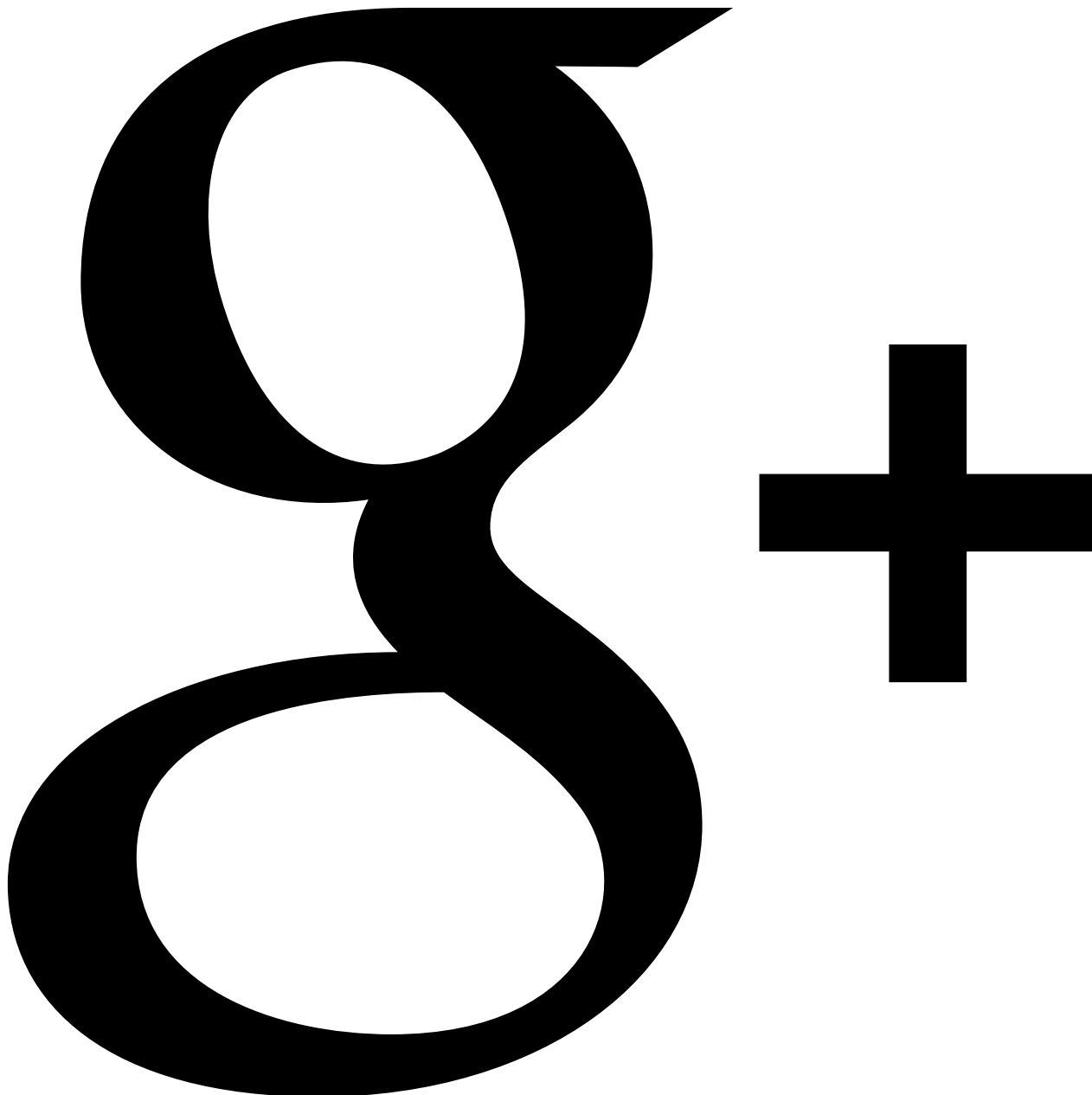
128



[Facebook](#)



[Twitter](#)



[Google+](#)

Ver Mais 30 comentários

o

Leo Costa

denunciar



há 8 meses ..

cometeu sim, encoberta bandidos e ladrões no seu governo.

3

0

o

Fabricio Salla

denunciar



há 8 meses ..

Quando me referi a série B não era a parte que seu time foi pra segunda divisão, mas sim a B de B.u.r.r.o que todo petista é.

3

1



Marconi Bezerra

denunciar



há 8 meses ..

Segundo um cientista alemão muito famoso - "é mais fácil decompor um átomo e fazer uma bomba atômica do que tirar o preconceito da

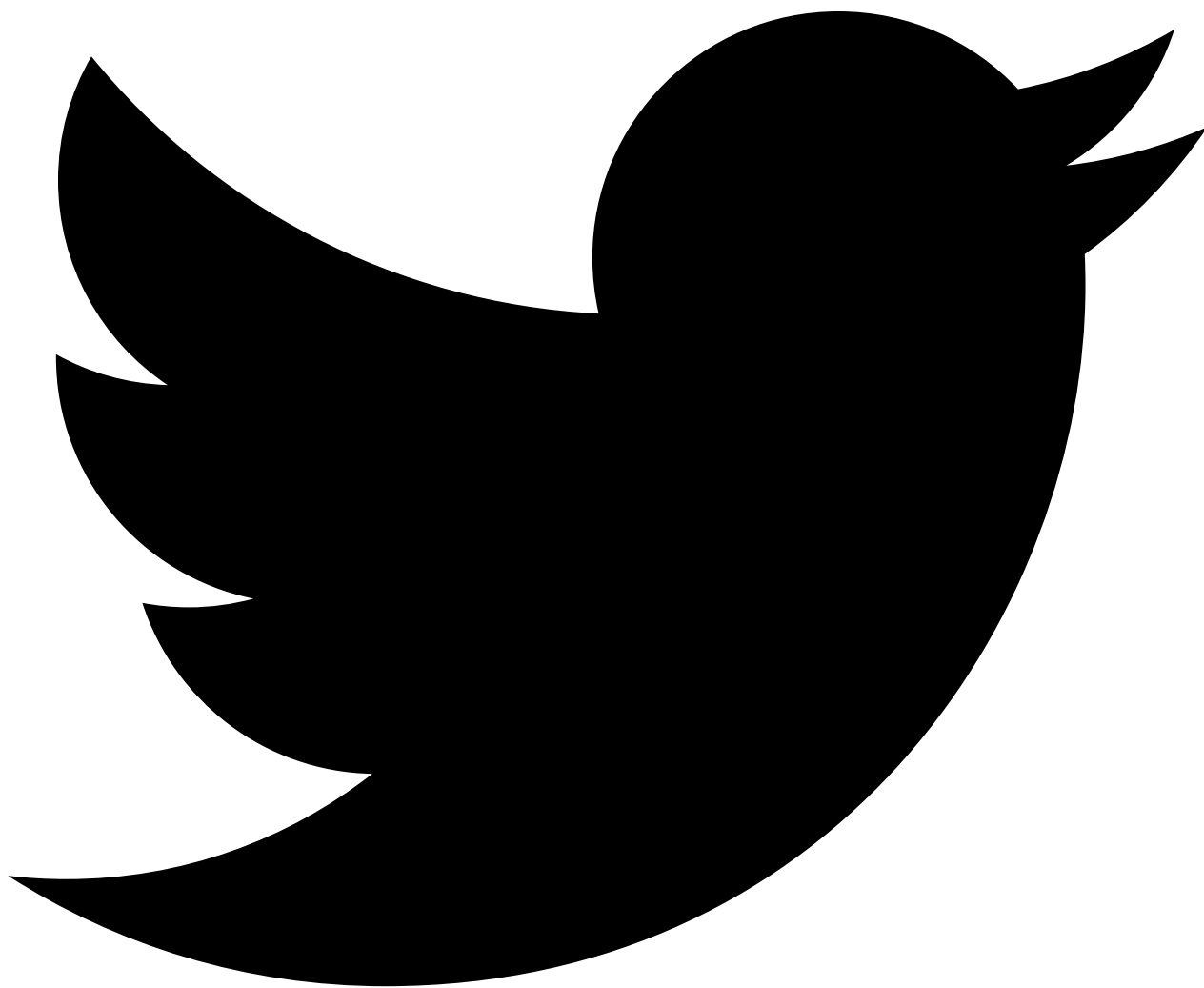
cabeça de uma pessoa" - isso vai para todos os coxinhas do meu Brasil...

34

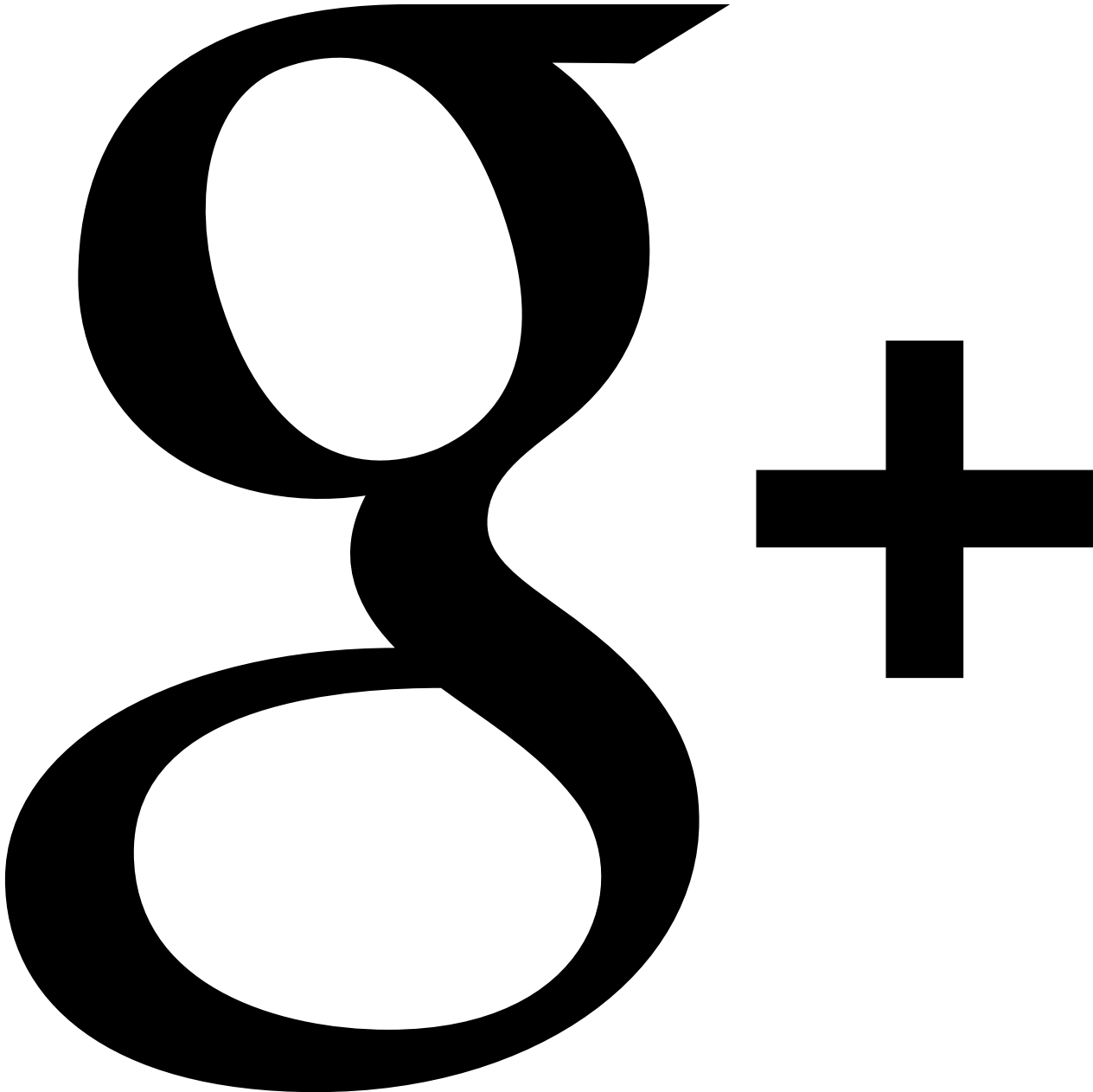
63



[Facebook](#)



[Twitter](#)



[Google+](#)
Ver Mais 7 comentários

- Juliano Lopes

denunciar

há 8 meses ..

O que o preconceito tem haver com crime de responsabilidade?? PT não pode ser criminalizado? Ou seja 90% do Brasil é coxinha?

0

0
- Elton Cambui

denunciar

há 8 meses ..

Esse Marconi está com medo de ficar sem os benefícios desse governo vai ter que trabalhar mortadela kkkk

0

0
- Jeferson Dias

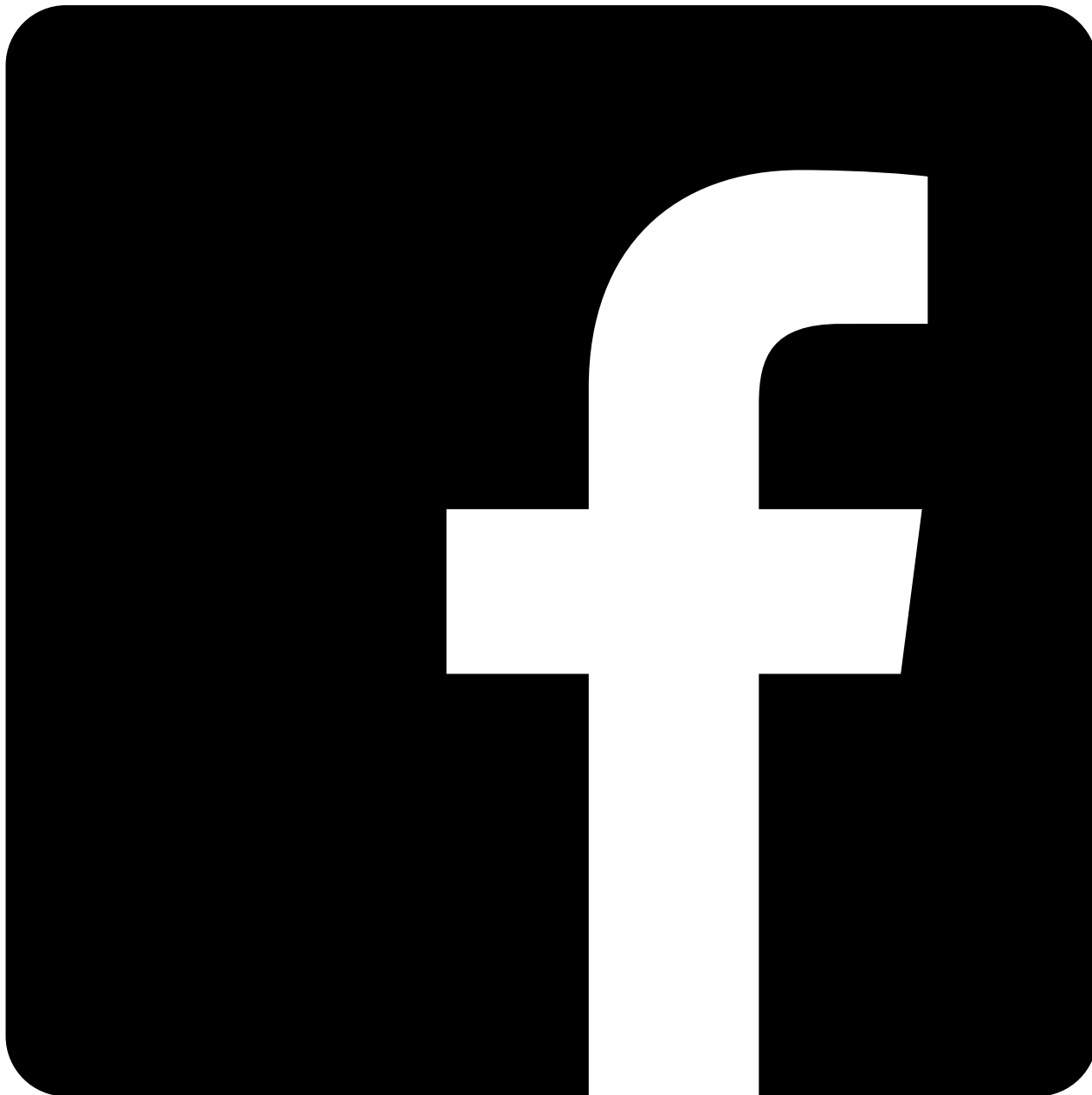
denunciar

há 8 meses ..

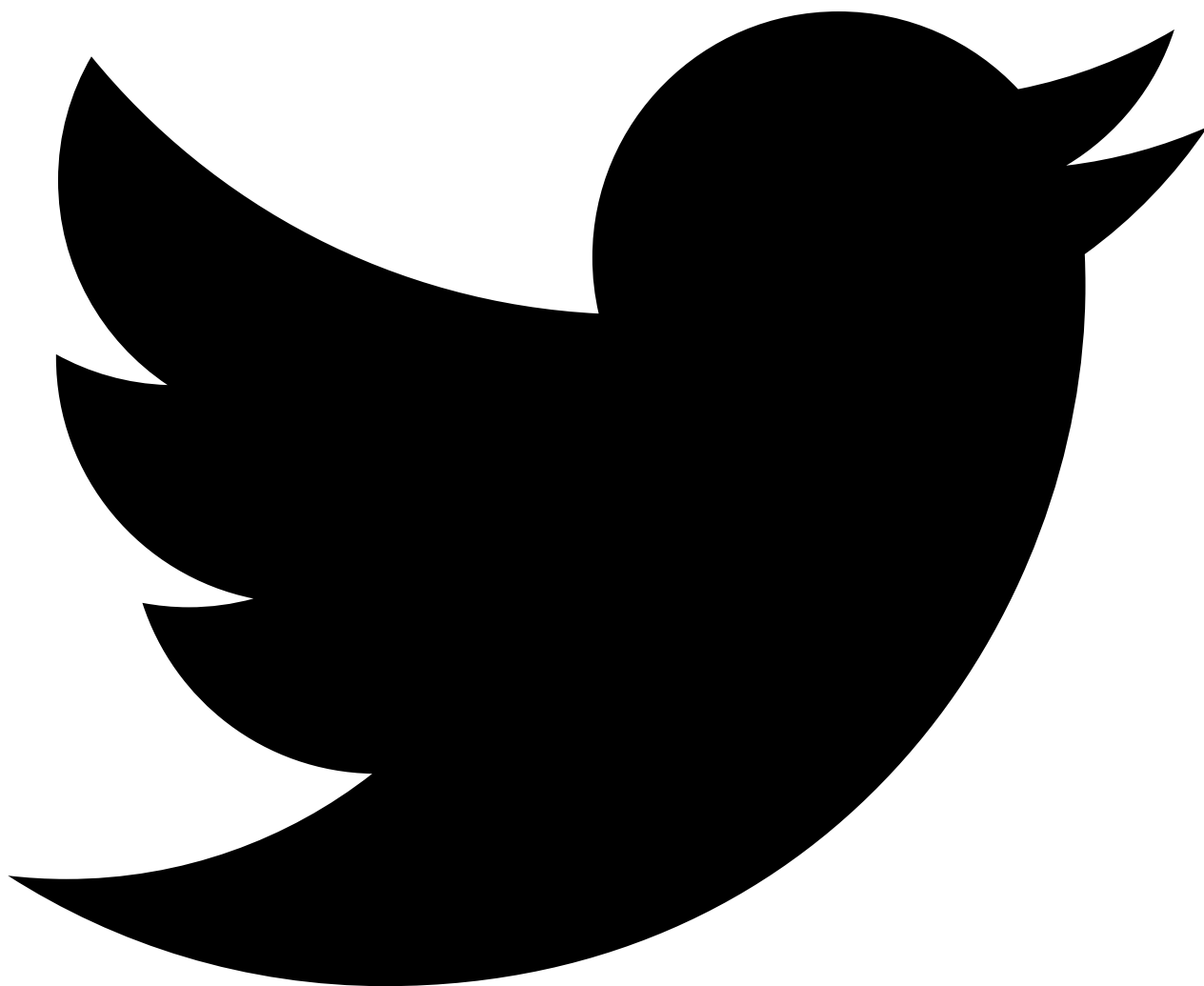
impeachment sem crime é golpe, diga não ao golpe !!!!

34

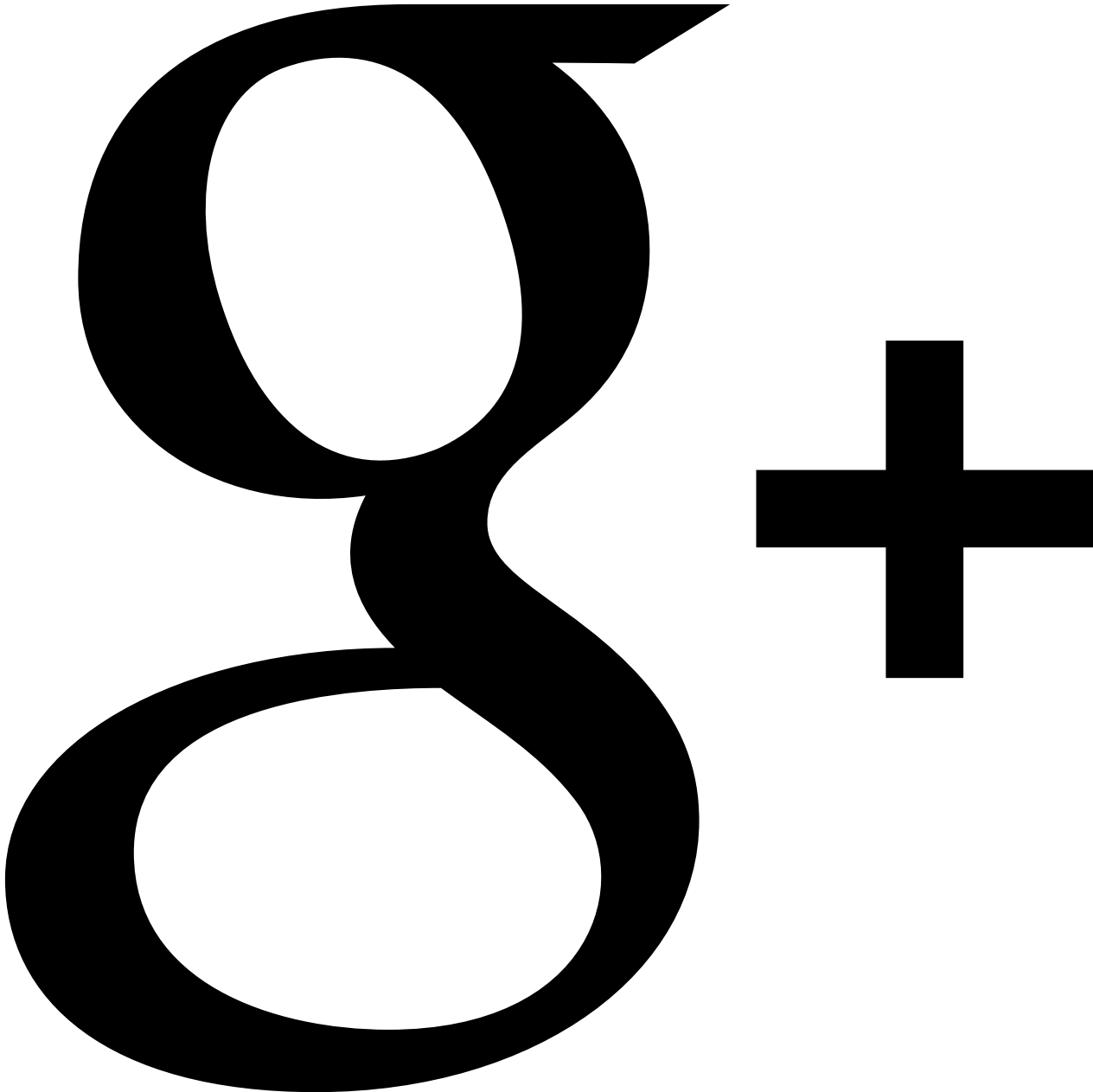
93



[Facebook](#)



[Twitter](#)



[Google+](#)

o

Plínio Lucas



há 8 meses ..

Realmente impedimento sem crime é golpe... Mas este governo praticou crime, então o processo de impedimento foi instaurado... E para finalizar, eu ACREDITO quando o governo fala em GOLPE... Afinal, foi isso que fez com a nação brasileira, com os bilhões e bilhões de reais tirados do nosso bolso sem permissão.

o

Linda Arreil



há 8 meses ..

Ô palmeirense, seu time foi HUMILHADO pelo ÁGUA SANTA! ÁGUA SANTA! E FOI DE 4! CALE A BOCA, E VAI LÁ NA RUA TURIASSÚ CUIDAR DO SEU TIMECO!

•

Claudio Filho



há 8 meses

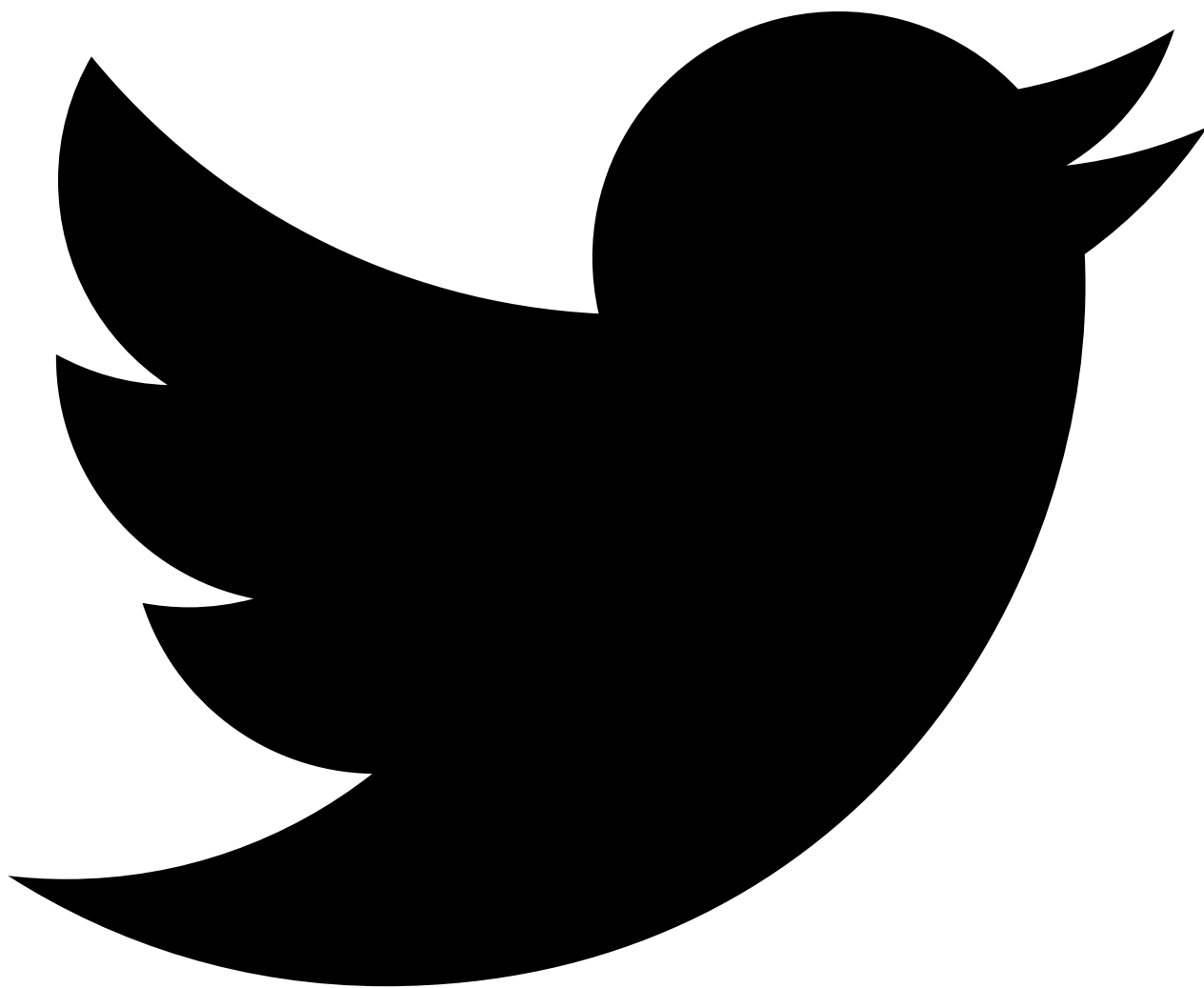
Você entra na reportagem para ver sobre a defesa. Então, vai ver o vídeo e é sobre a acusação. Imparcialidade passa longe da Globo.

5

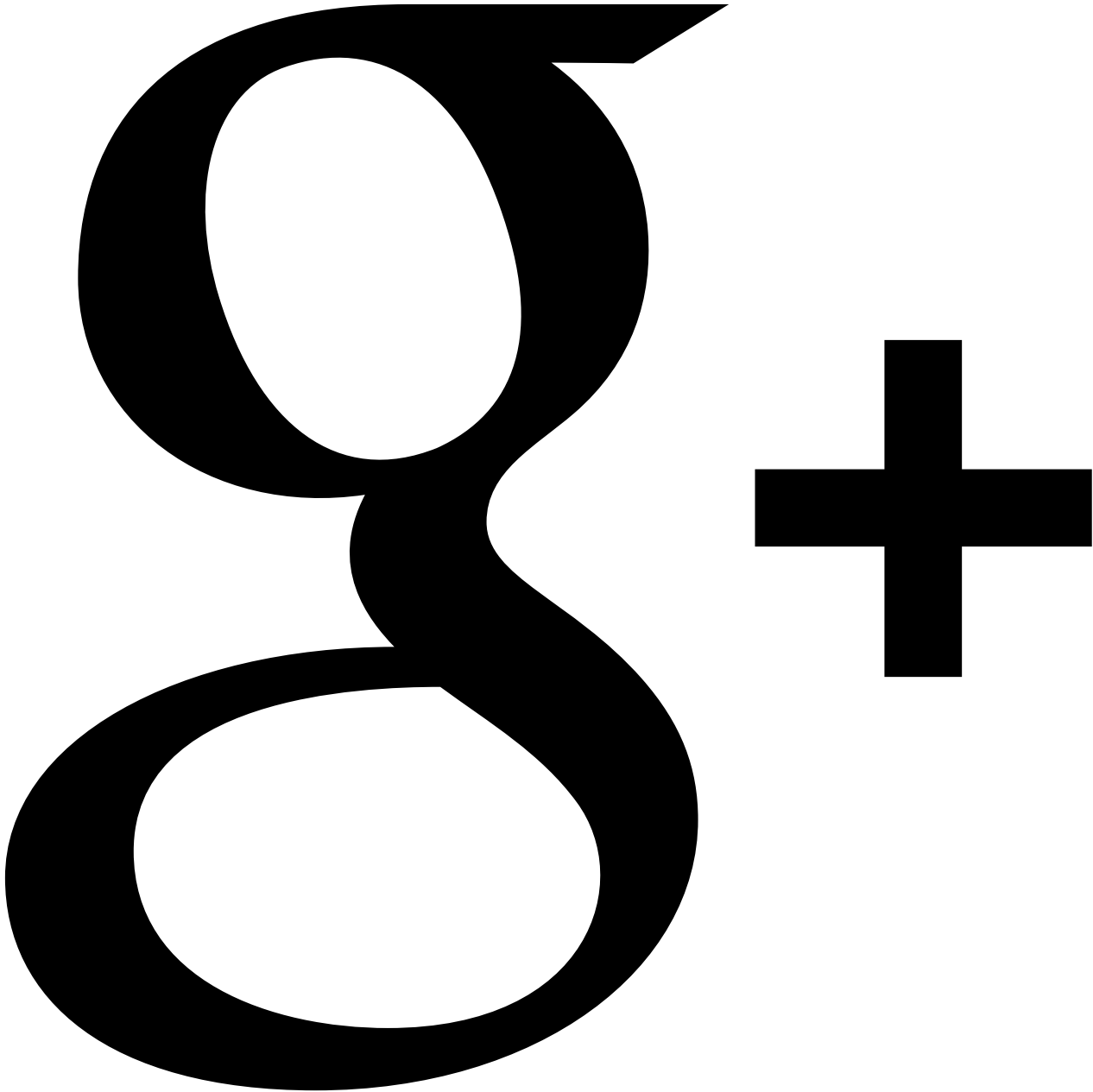
8



[Facebook](#)



[Twitter](#)



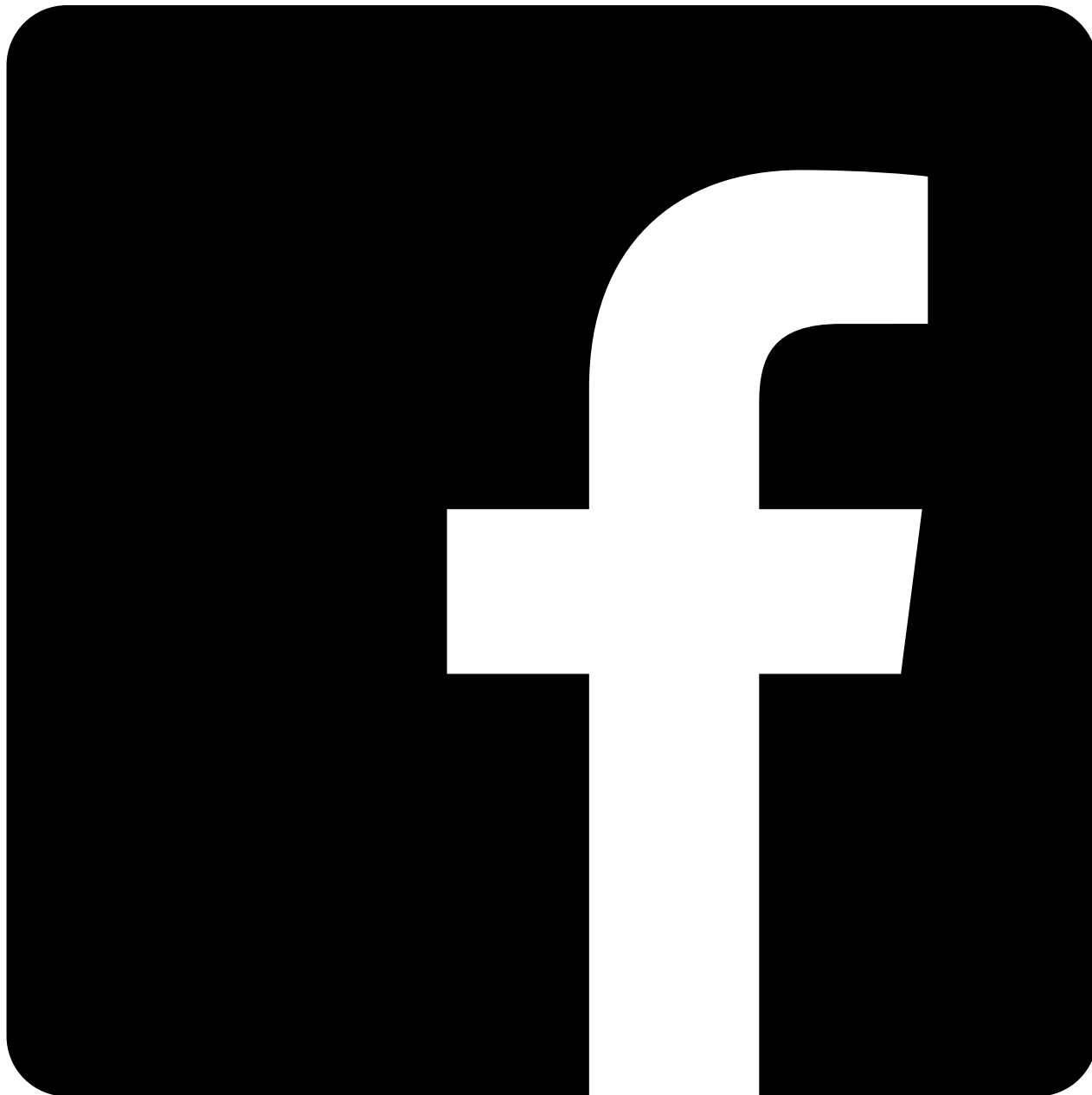
[Google+](#)

• **João Andrade**

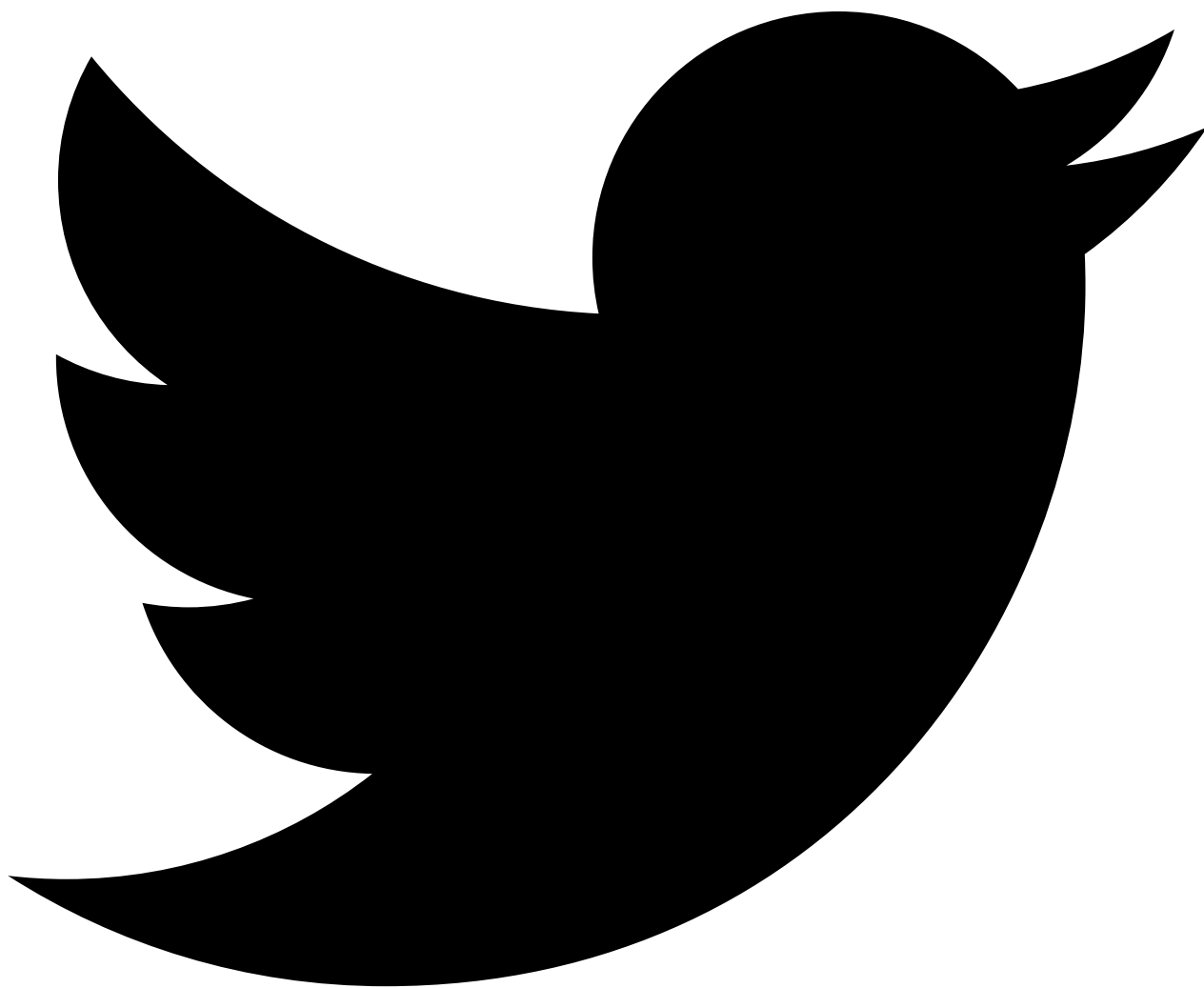


há 8 meses ..

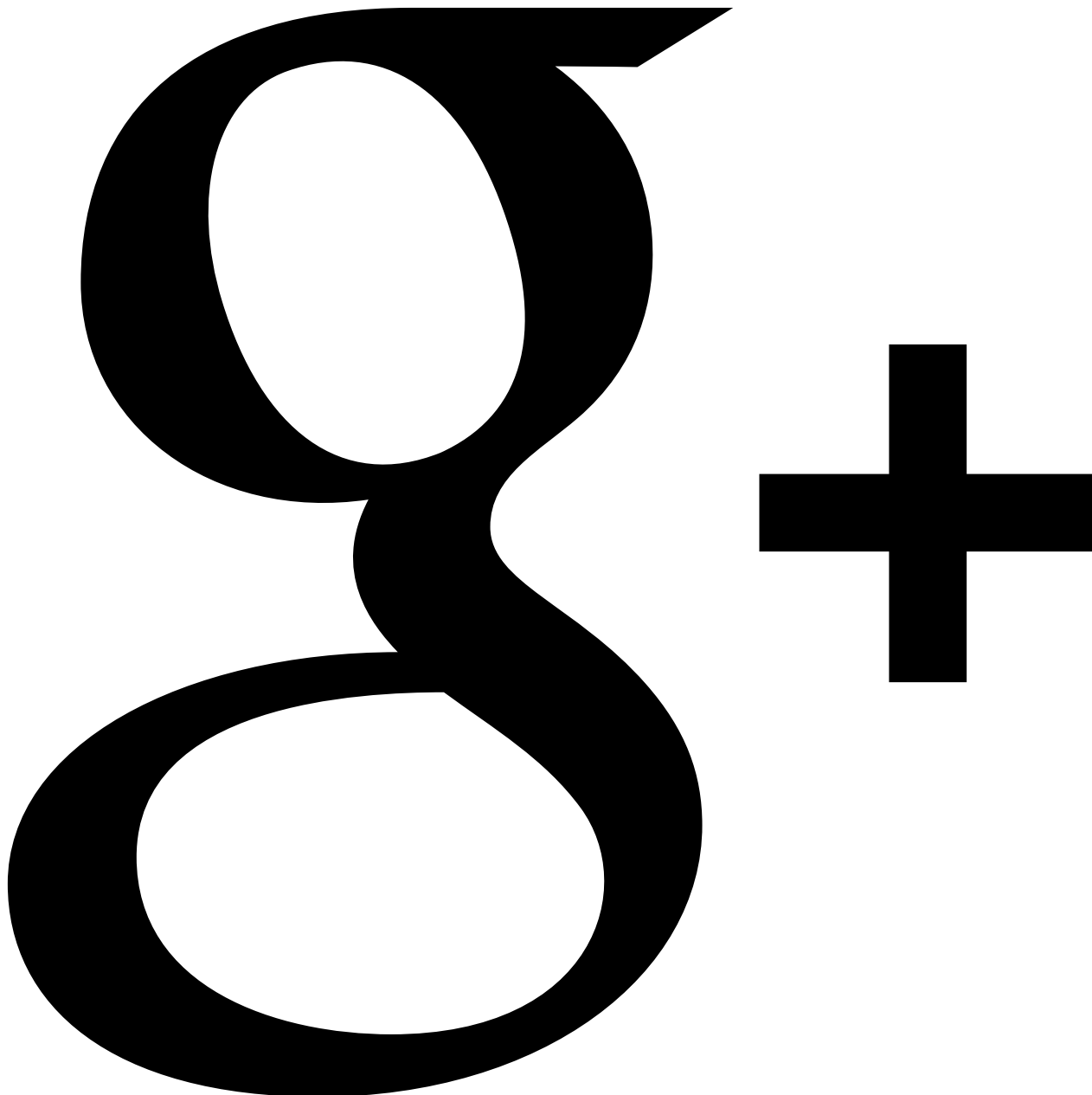
Os golpistas, muitos que apoiaram o golpe de 64, piram o cabeçaõ. Né globinho e coxinhas?



[Facebook](#)



[Twitter](#)



[Google+](#)

Ver Mais 5 comentários

◦

Marcos Raposo

denunciar



há 8 meses ..

Se há um golpe, por que é que a mandatária não aciona as forças armadas, instala estado de sítio e prende os golpistas?

2

0

◦

Maria Castro

denunciar



há 8 meses ..

Isso mesmo Gilberto Disciplina e Trabalho não faz mal a ninguém.

1

0

•

Edna Falcao

denunciar



há 8 meses ..

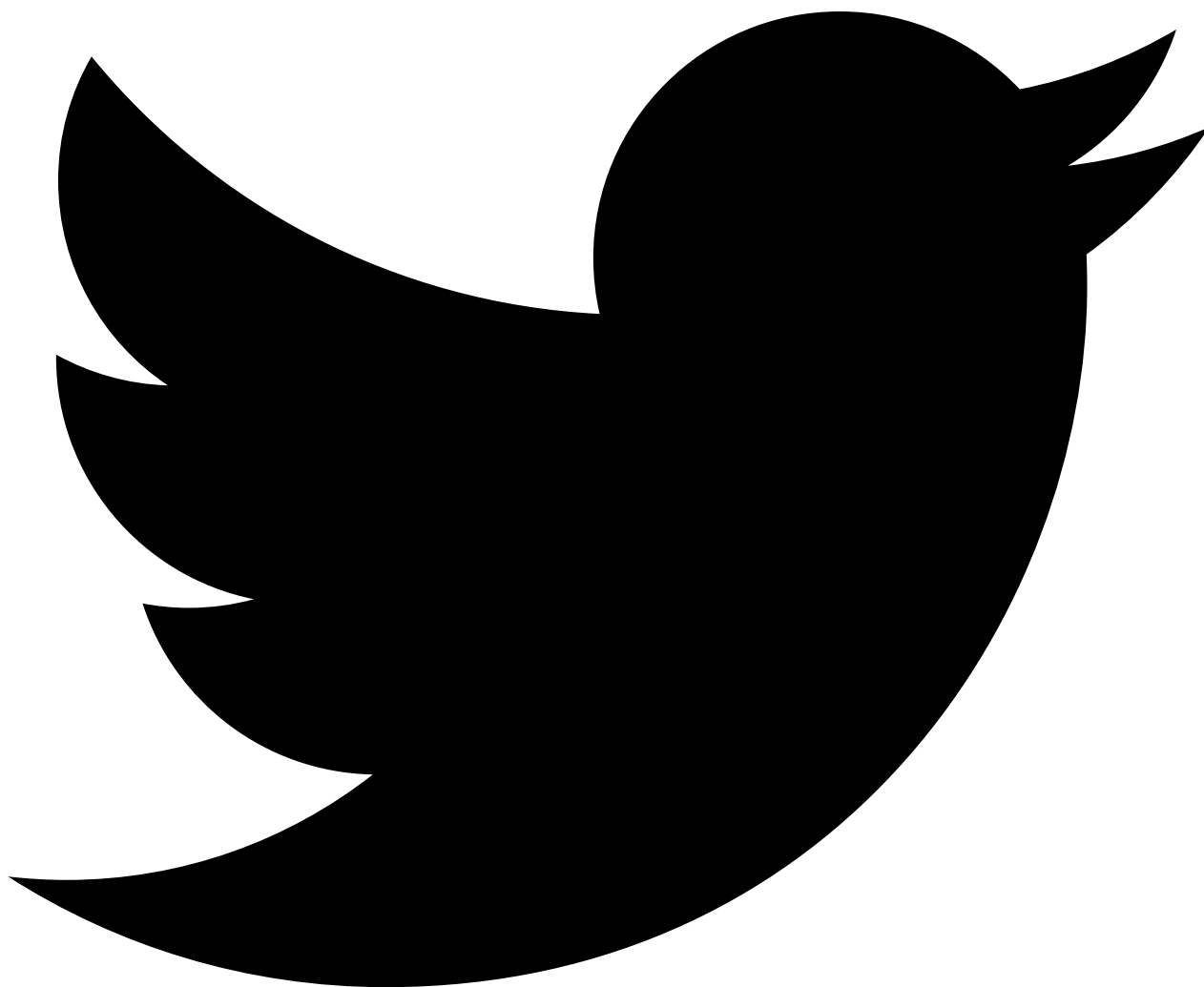
A verdade é uma só, estão forçando a barra para tirar a Presidente, se fosse do PSDB a própria mídia ignoraria esse fato, que é irrelevante para um impeachment

45

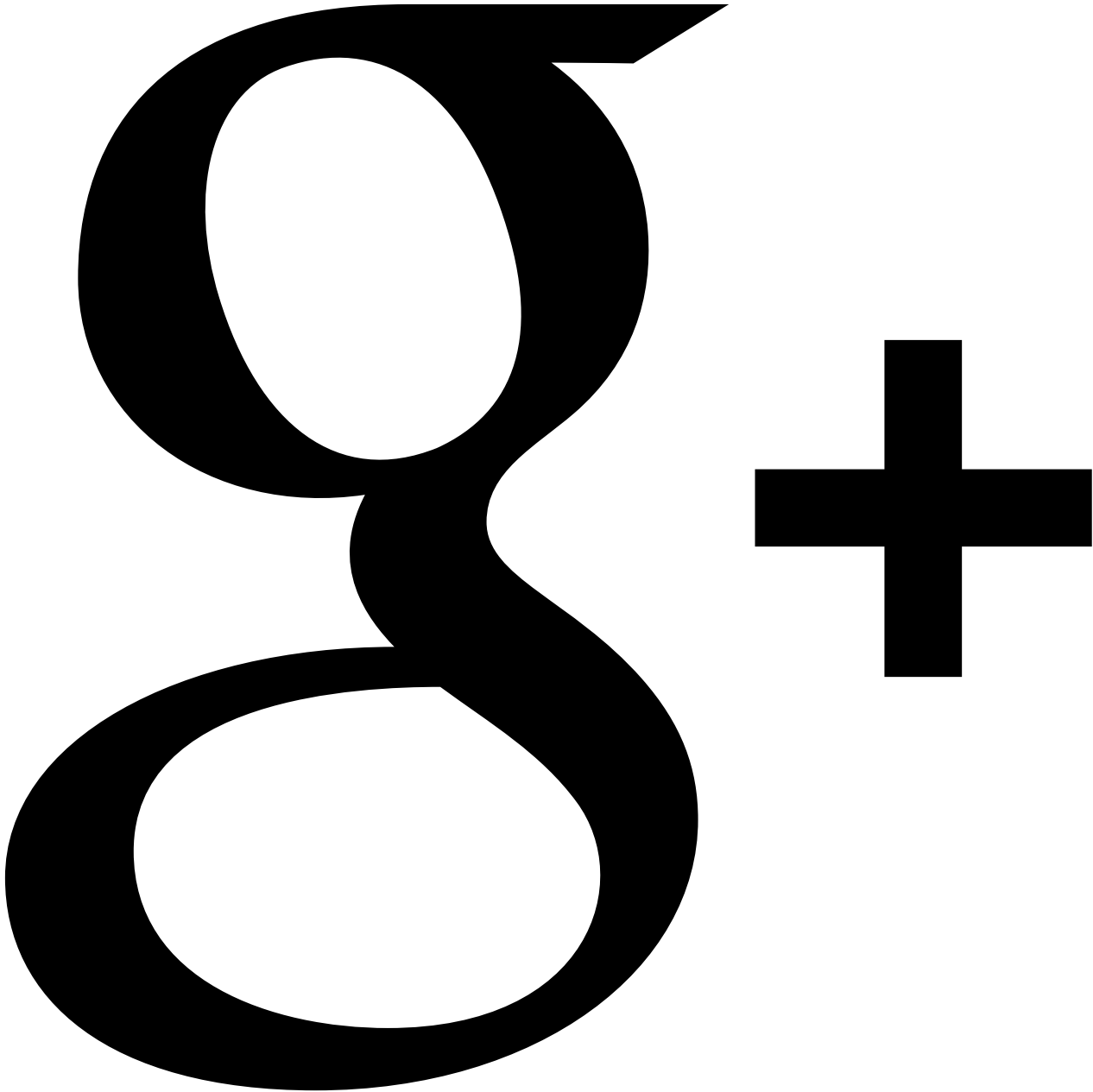
59



[Facebook](#)



[Twitter](#)



[Google+](#)
Ver Mais 3 comentários

- o

Meyre

denunciar

há 8 meses ..

Marcio xavier não adianta, eles não acompanham notícias, e os que acompanham dizem que tudo é mentira. São alienados e torcem pelo comunismo.

8

6
- o

Eduardo Lima

denunciar

há 8 meses ..

Edna Falcao, se fosse a 20 anos atrás, certamente abafariam o caso. Mas estamos em 2016, tudo mudou! A Lava jato está chegando de mansinho em todos os partidos, ou você por um acaso é uma isentona?

2

0
- Augusto Dornelas

denunciar

há 8 meses

Livre pensar... O depoimento da jurista Janaína Paschoal na Comissão do Impeachment, onde foi uma figura impar utilizada pela

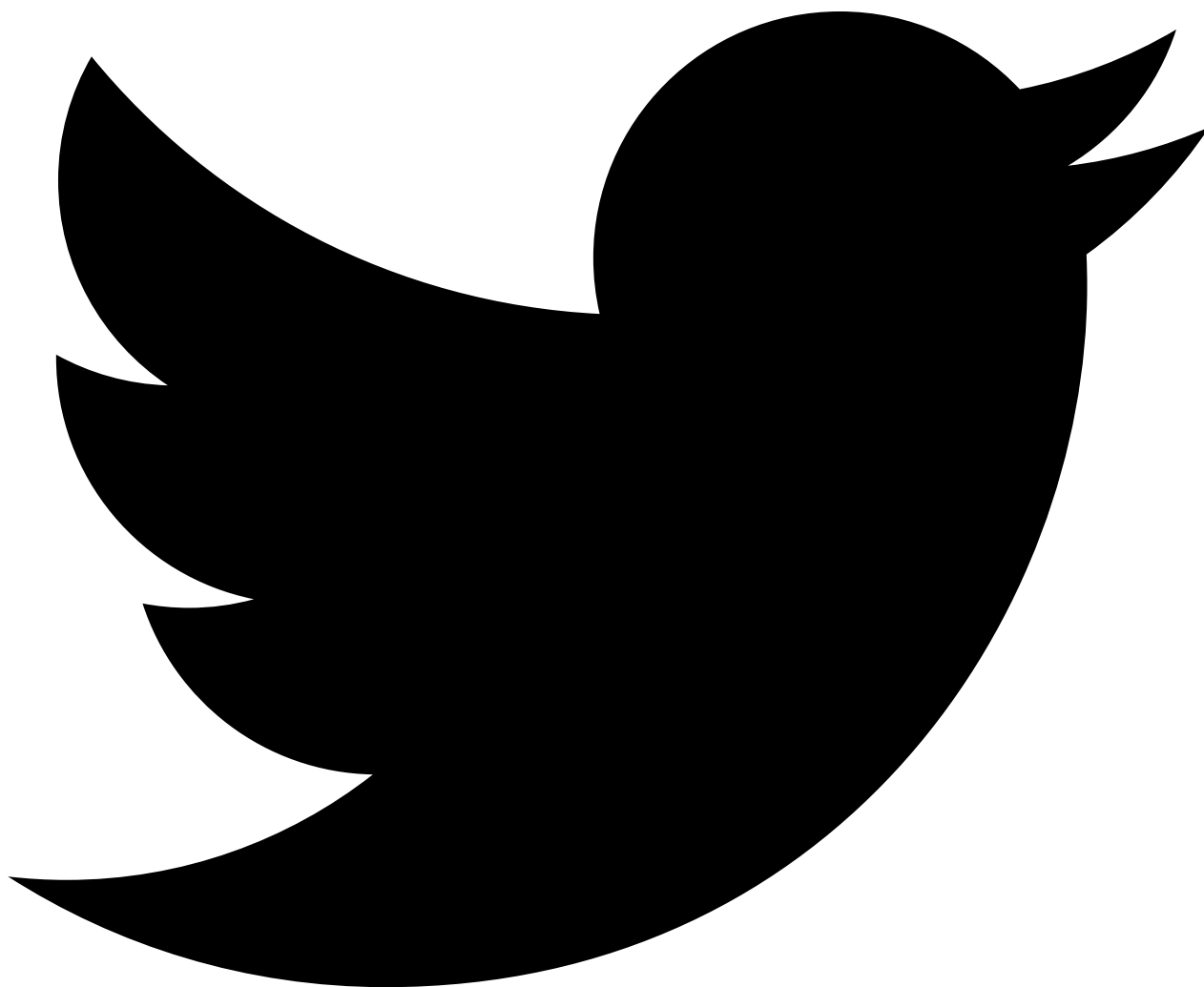
organização do golpe para justificá-lo, é uma construção baseada na falácia da composição e portanto seus argumentos não devem ser levados em consideração; pois, conduzem a um resultado verdadeiro baseando-se em premissas falsas. Deveria ter selecionado melhor os seus clientes...

0

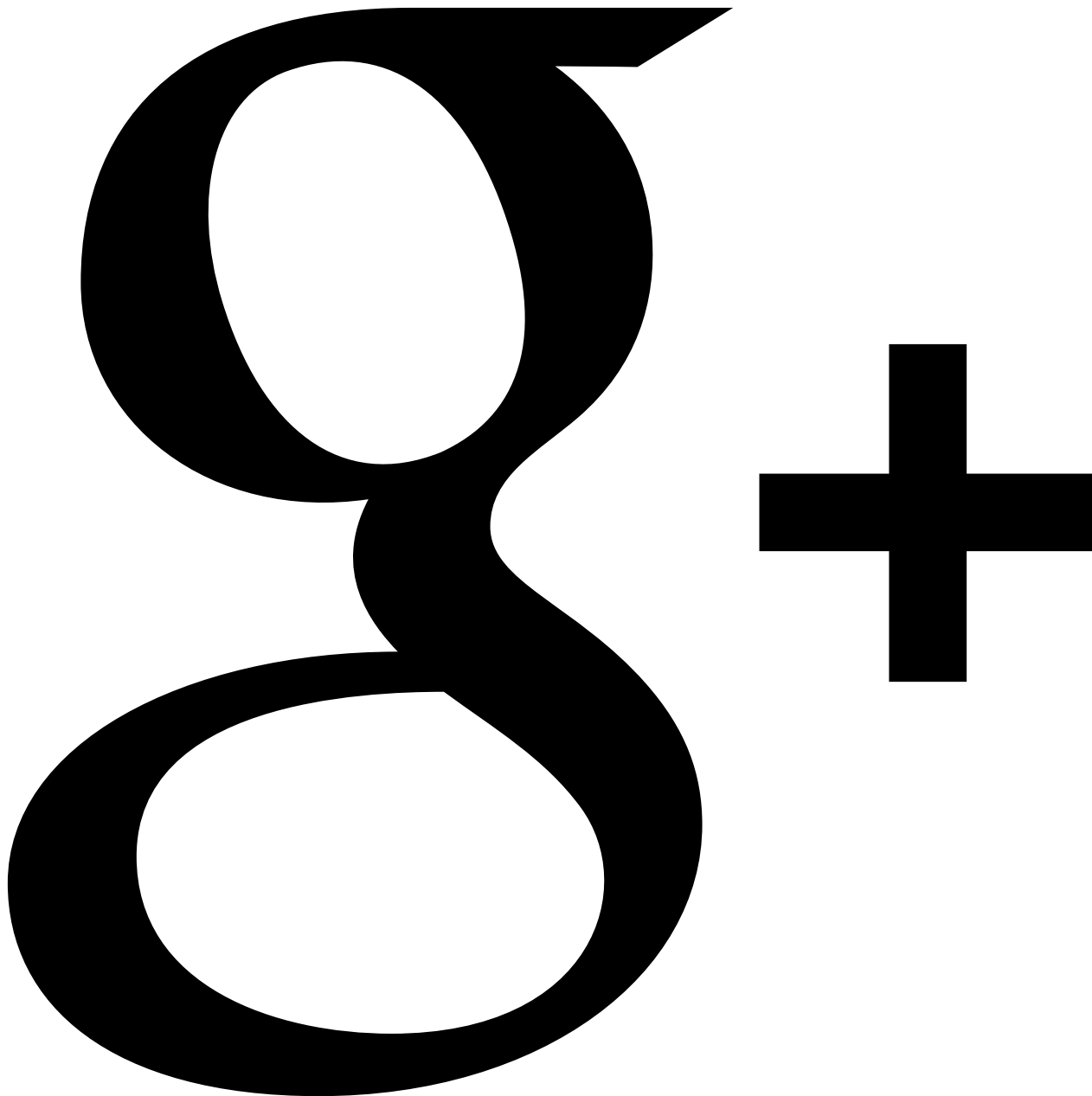
2



[Facebook](#)



[Twitter](#)



[Google+](#)

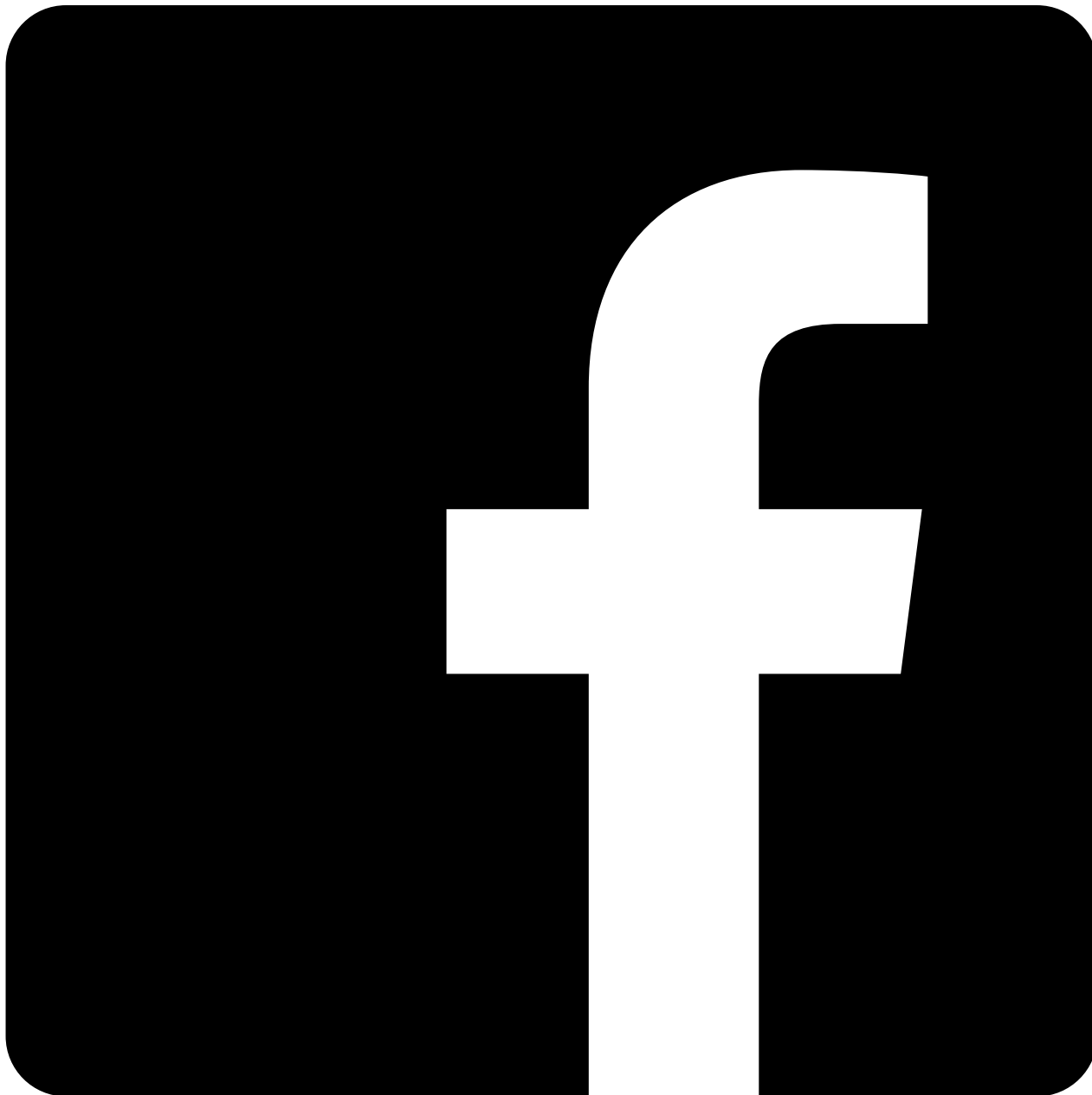
•

Augusto Dornelas

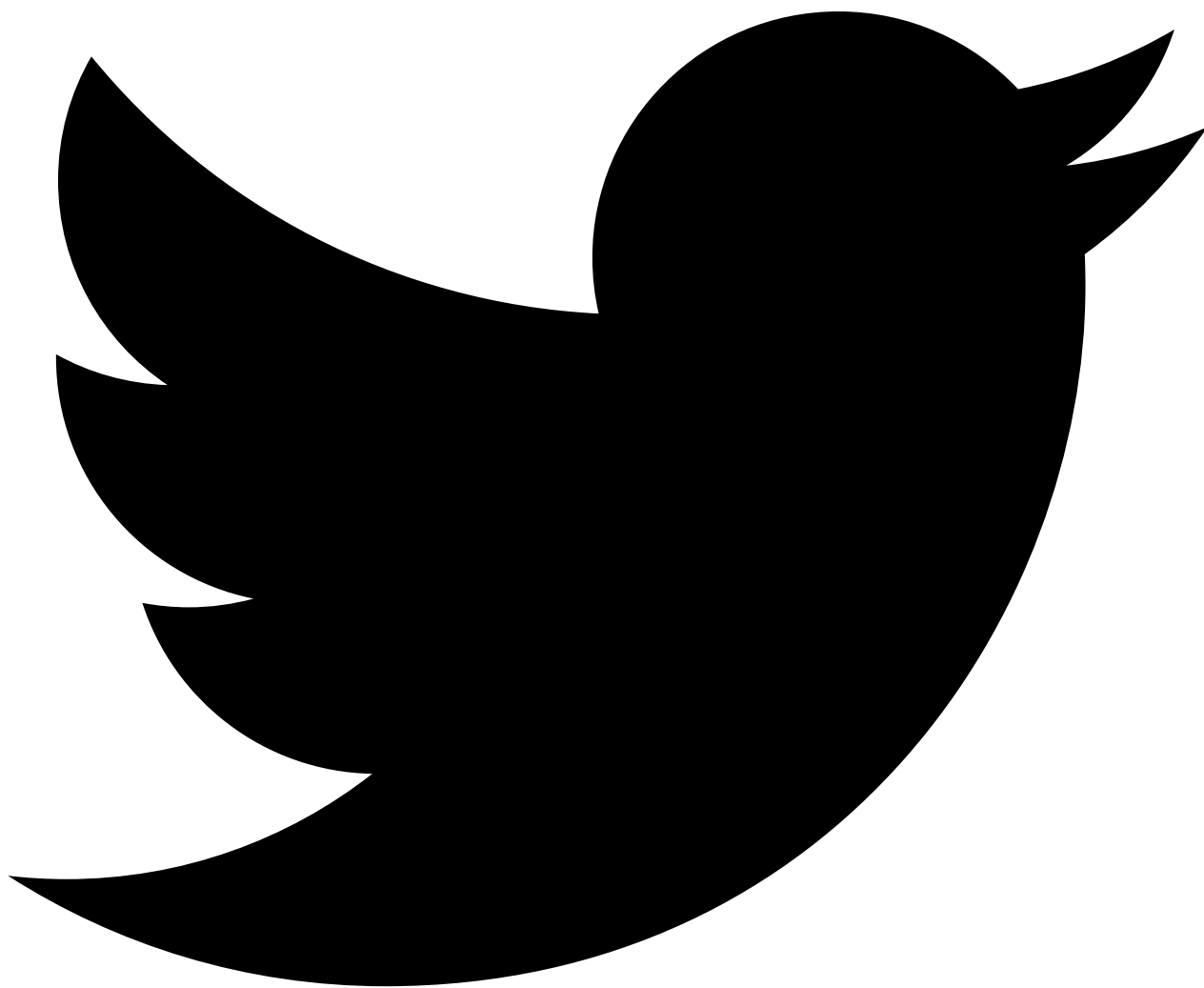


há 8 meses

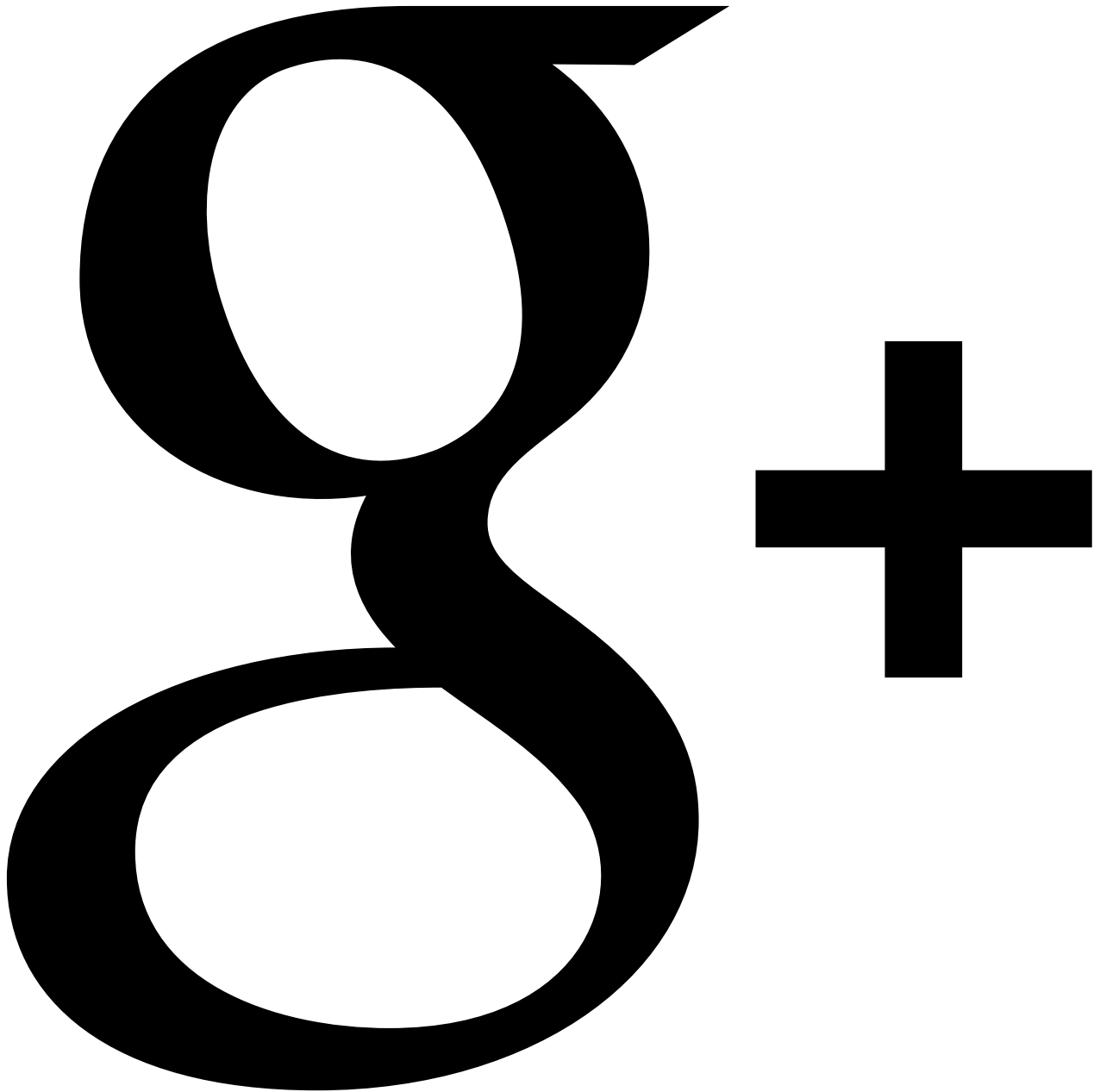
Espero que a jurista Janaína Paschoal tenha assistido à entrevista do ministro e ter escutado e anotado direitinho tudo que ele falou pra evitar voltar a defender causas sem fundamentos!!!



[Facebook](#)



[Twitter](#)



[Google+](#)



• **Edson Dário**

denunciar



há 8 meses

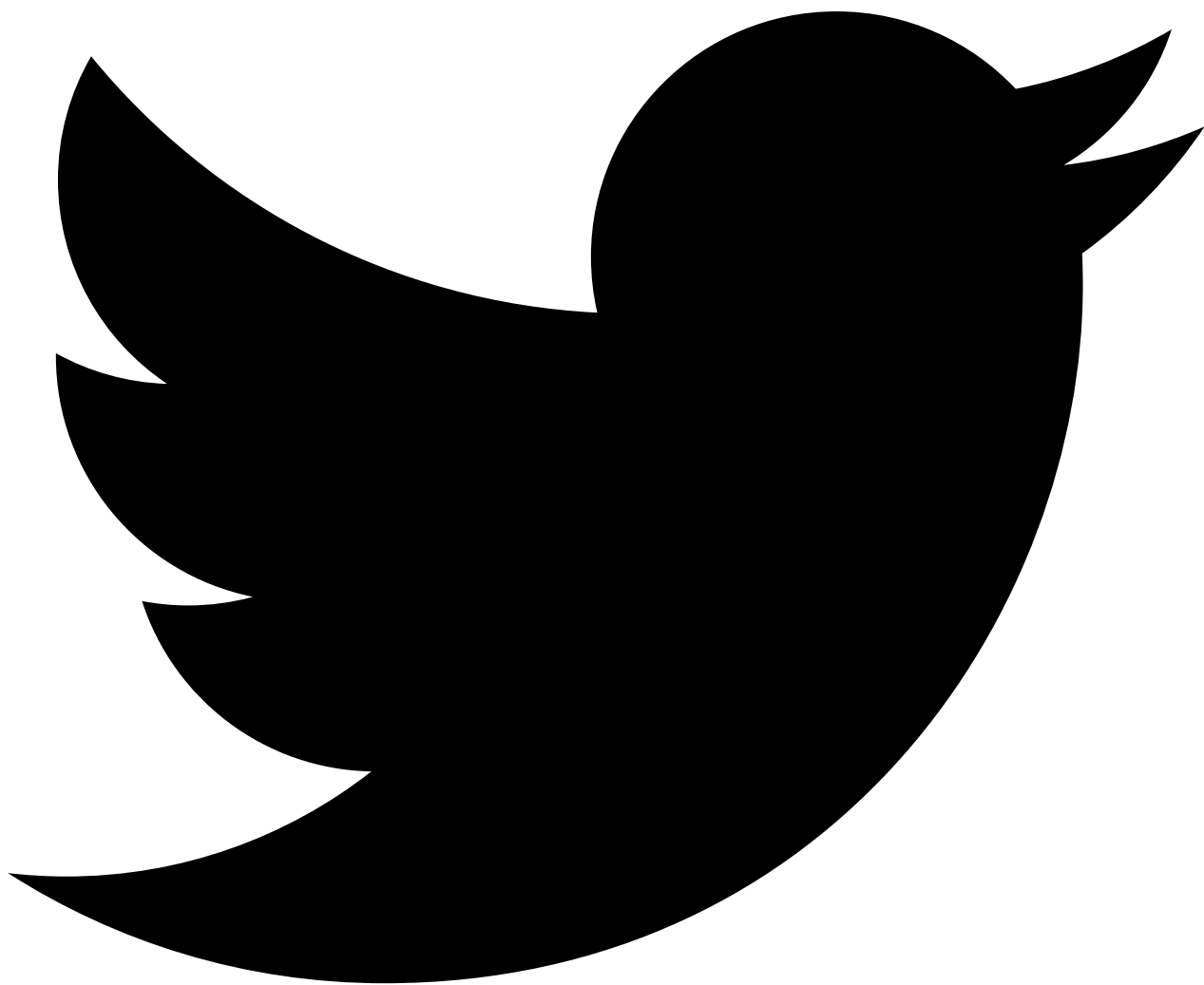
Eu quero a noticia e não a opinião, deixe que eu tenho as minhas próprias conclusões.

2

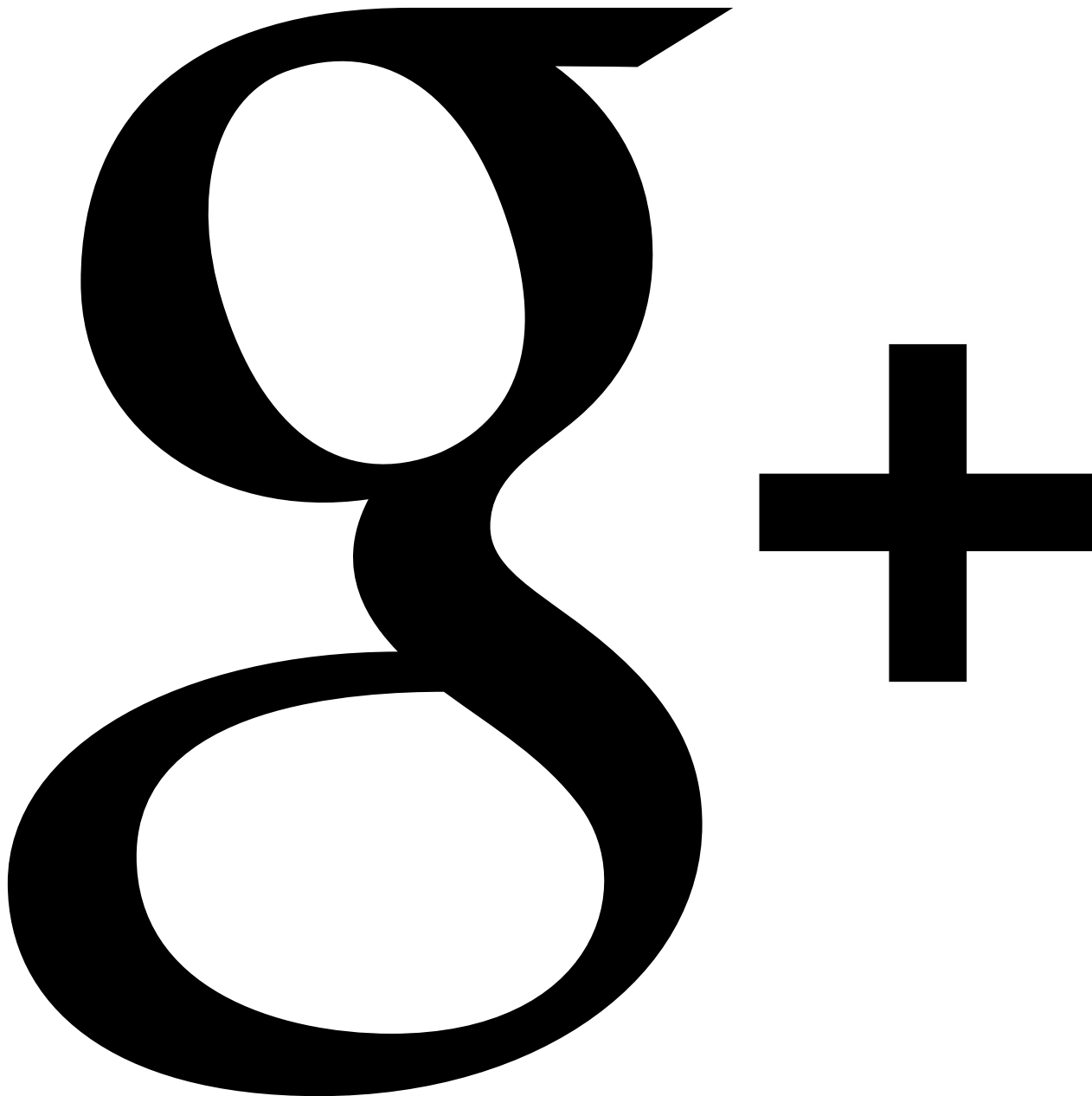
0



[Facebook](#)



[Twitter](#)



[Google+](#)

•

Nilton Mengao

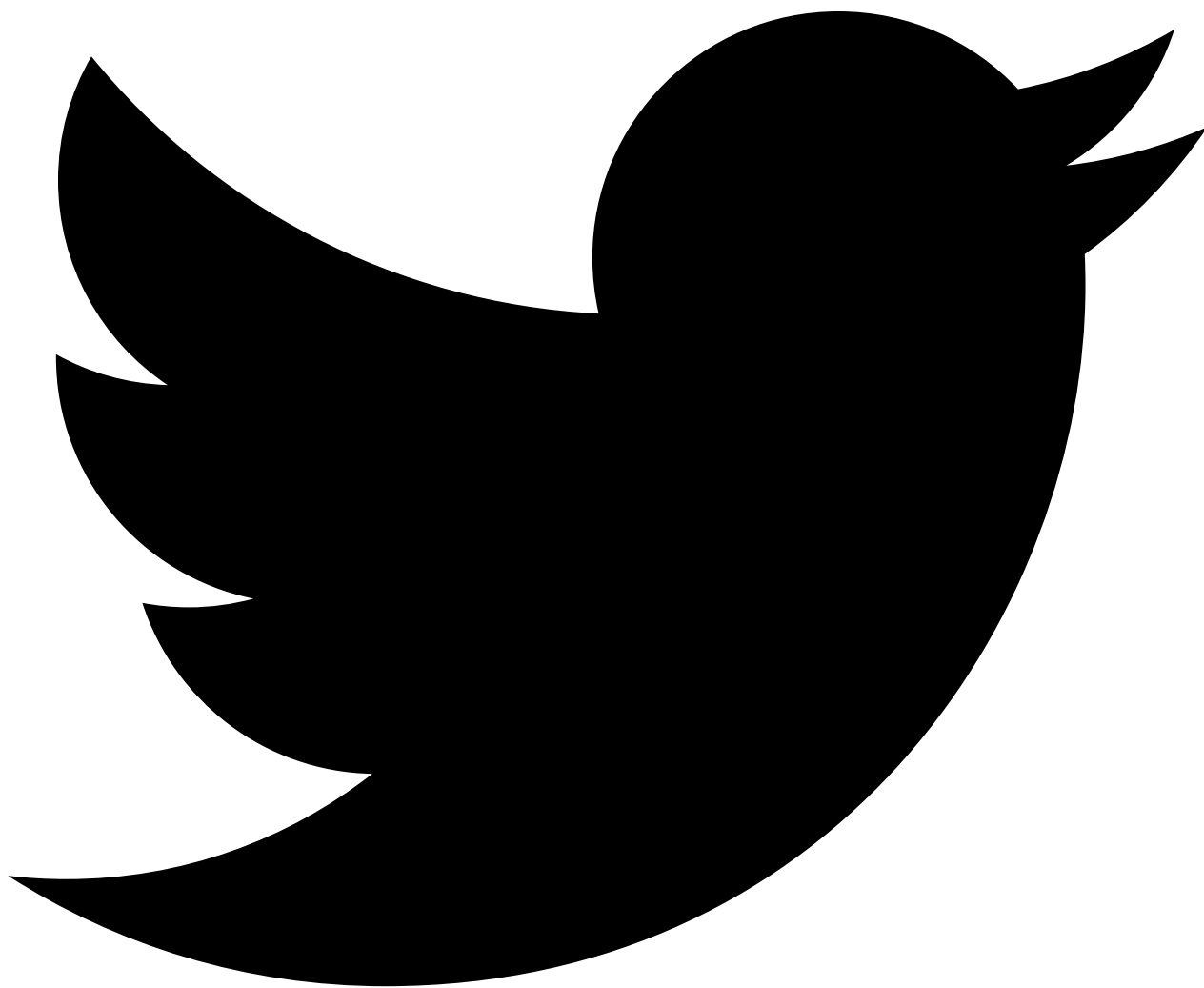


há 8 meses ..

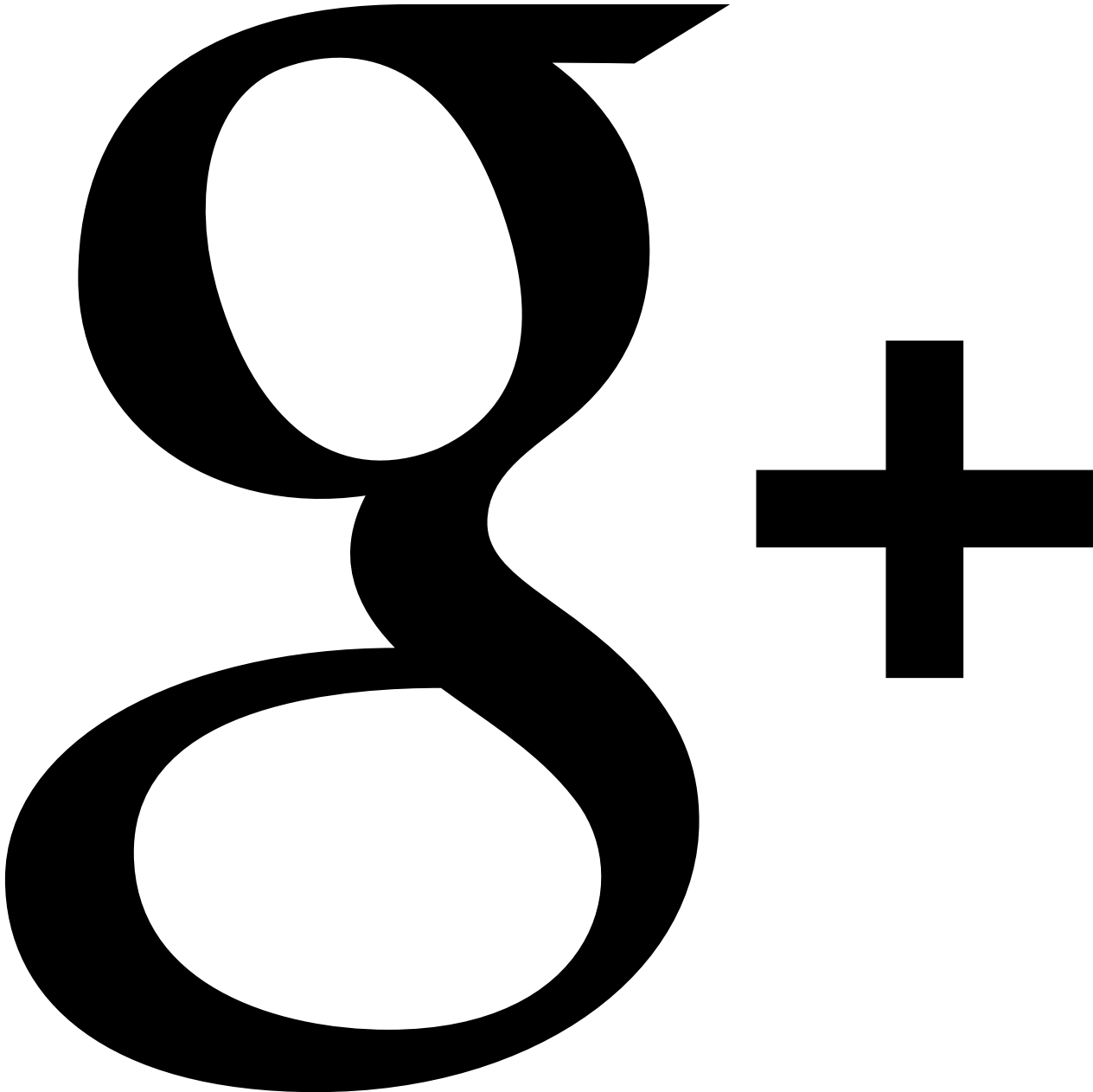
Aos dejetos petistas, Impedimento não é golpe, é legítimo e está na constituição. As pedaladas fiscais caracterizam crime de responsabilidade fiscal e cabe sim o impedimento. Sem mais!



[Facebook](#)



[Twitter](#)



[Google+](#)

Ver Mais 28 comentários

Rafael Queiroz

denunciar

há 8 meses ..

ai ai .. Os caras falam de Alienados... O orçamento foi aprovado sim. Ponto.

2

1

Nilton Mengao

denunciar

há 8 meses ..

Rafael, vc sabe a diferença entre orçamento e prestação de contas?

0

0

Eduardo

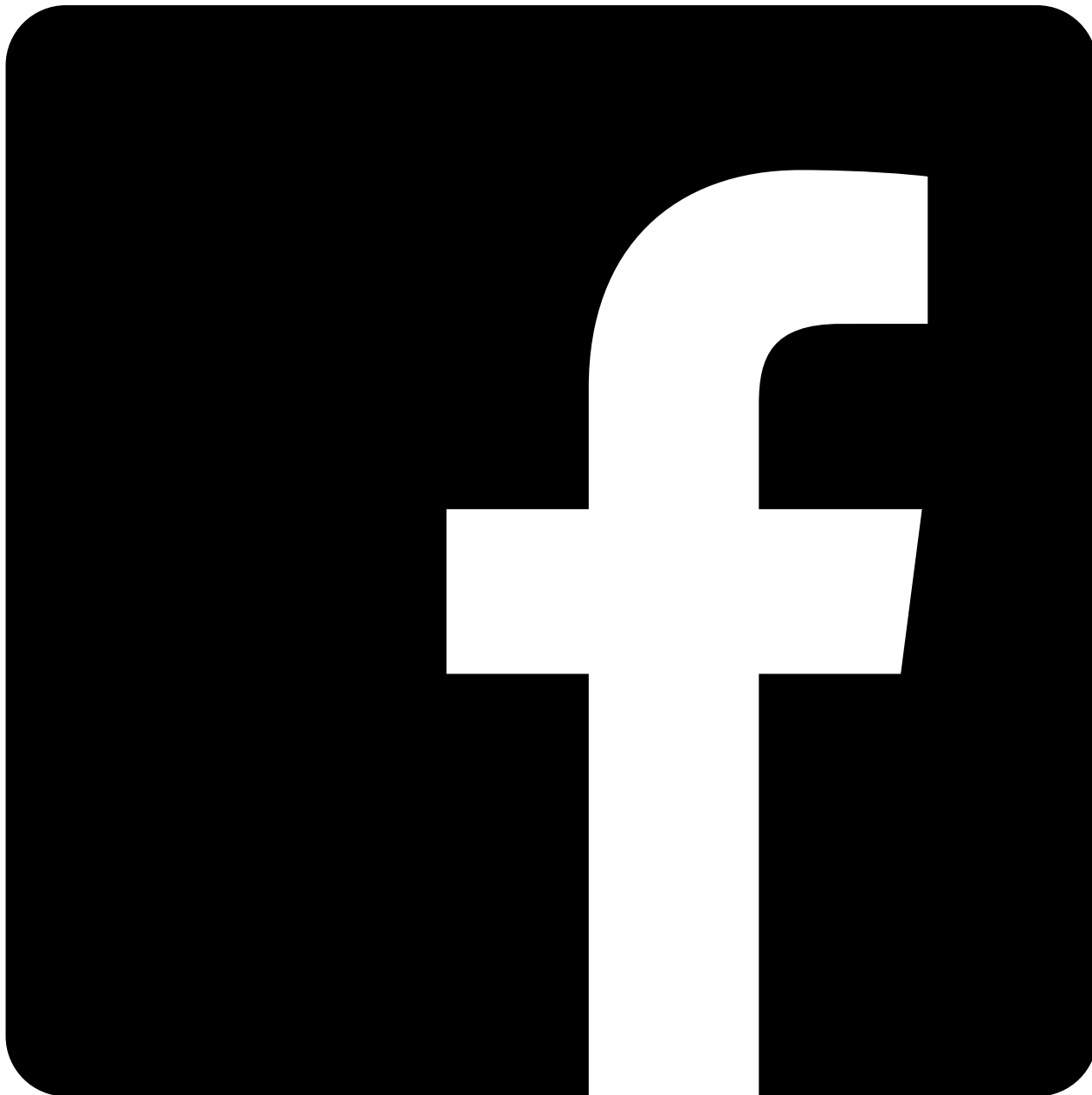
denunciar

há 8 meses ..

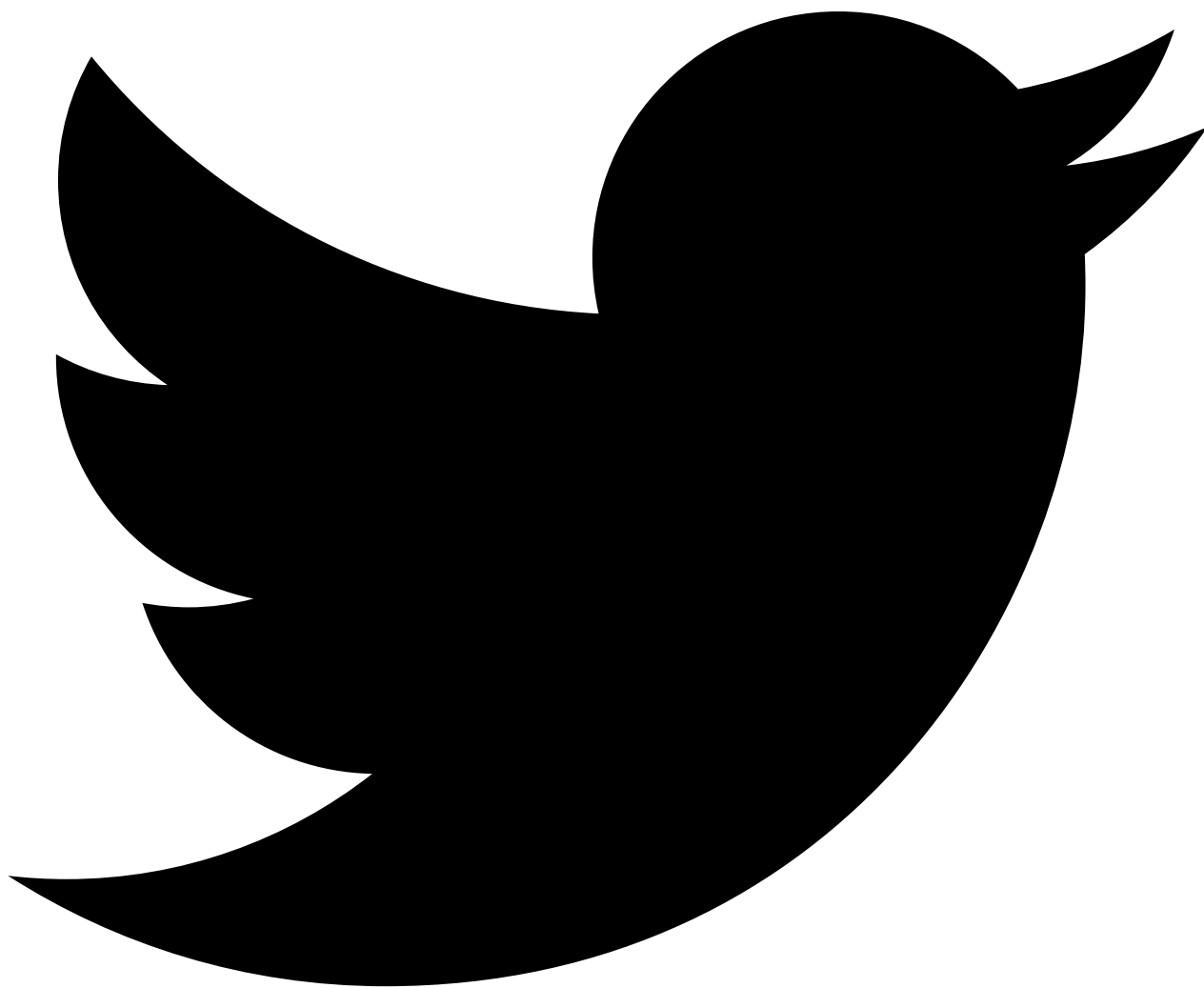
No geral, todo o desgoverno dos ladrões do PT já é um crime, fora Dilmetralha.

69

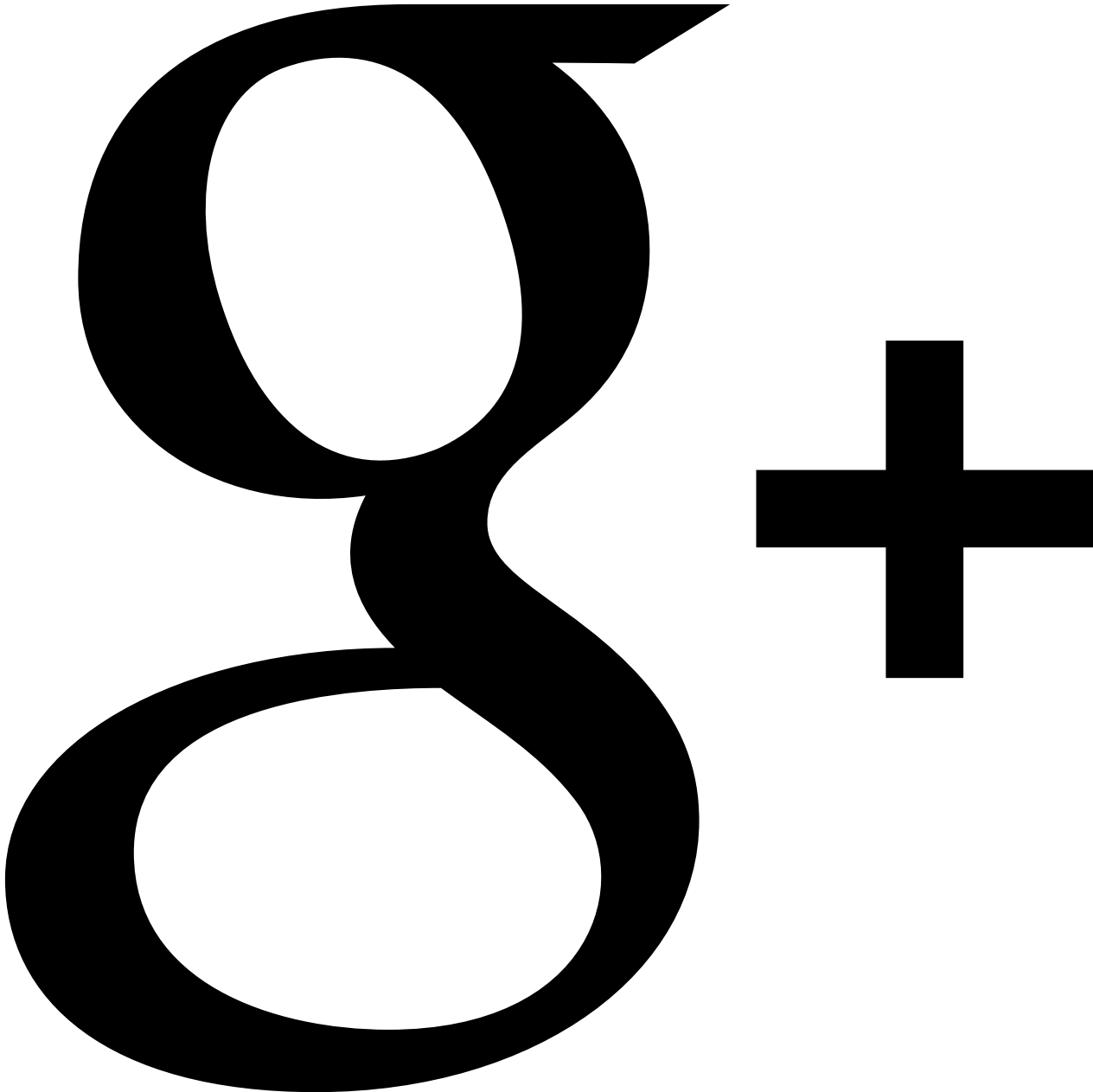
19



[Facebook](#)



[Twitter](#)



[Google+](#)
Ver Mais 5 comentários

◦
Marcio
denunciar
há 8 meses ..

Na verdade eram mais de 140 milhões de eleitores inscritos. 54/140 dá menos de 40% dos eleitores.

1 0

◦
Carlos Bento
denunciar
há 8 meses ..

tem voto branco, nulo e não comparecimentos considere votos válidos

0 0

•
João Barros
denunciar
há 8 meses ..

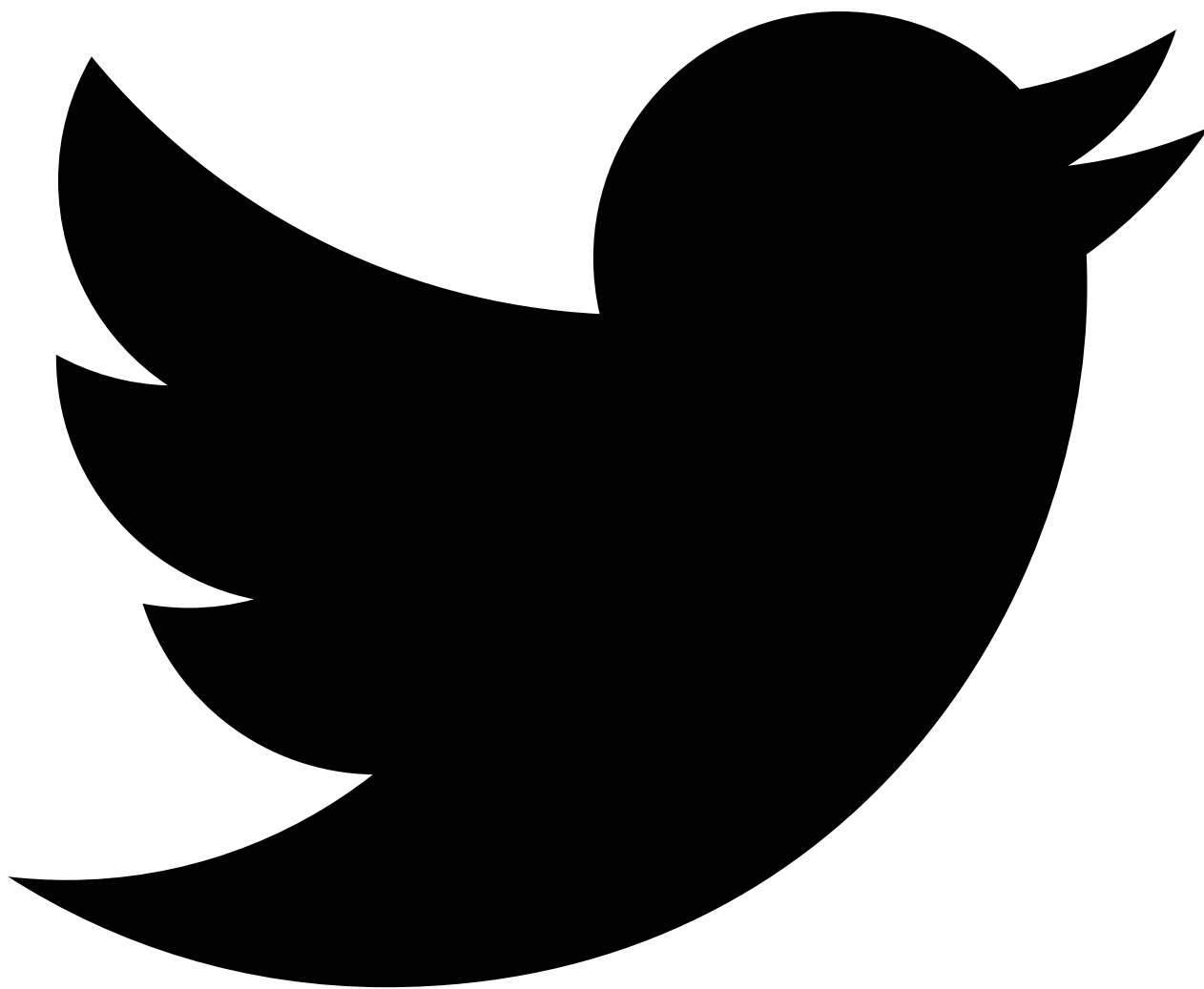
Operação de credito é utilizar recursos de terceiros com a criação de uma obrigação. Então as pedaladas são sim op. de credito. Maaaas, tudo bem, se eles não acham que seja, porque no item 1 do art 11 da Lei 1079 de 1950, há a previsão de crime de resp. de forma genérica, por despesa não regulada em Lei.....então tá errado de toda forma

38

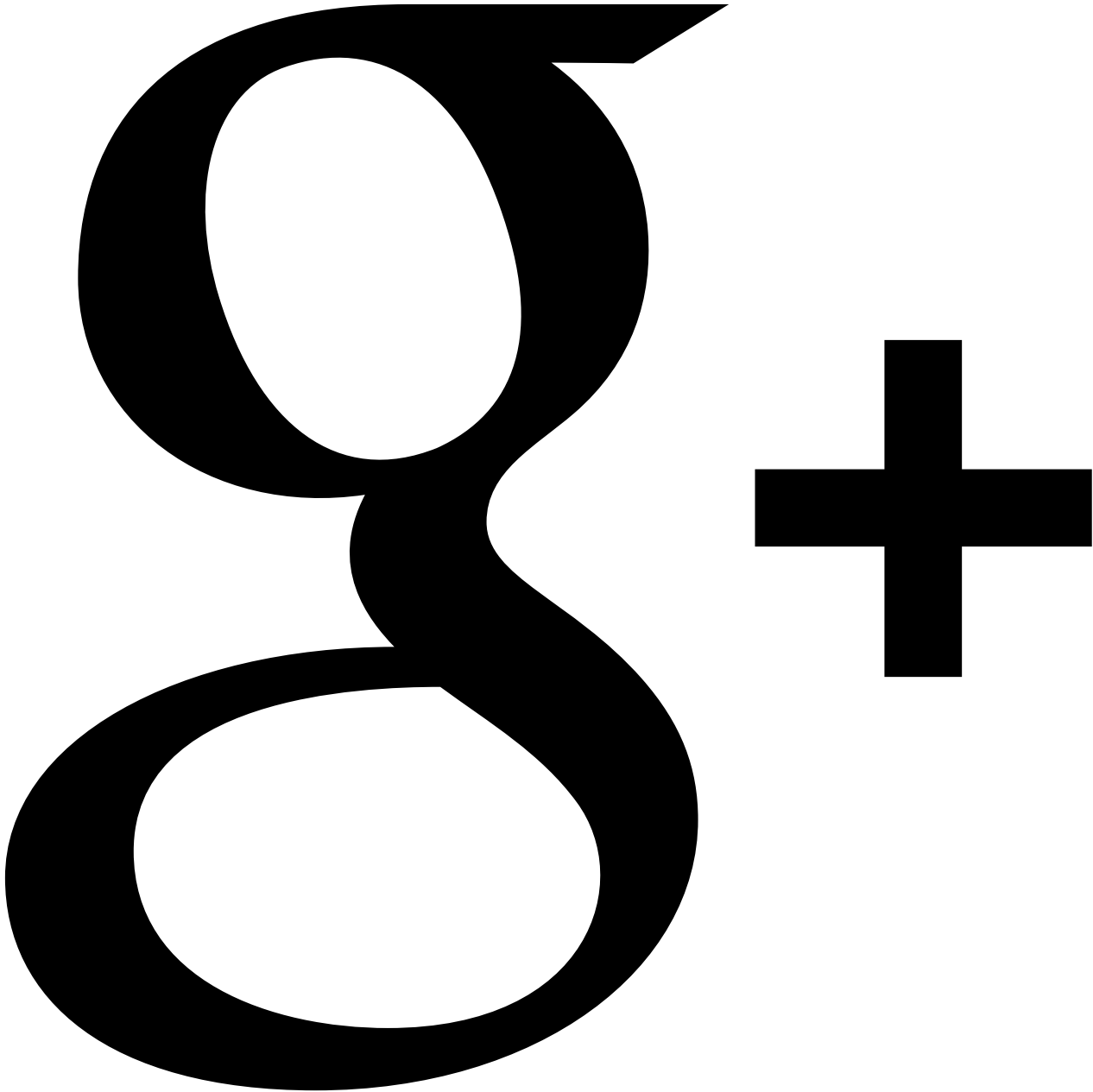
8



[Facebook](#)



[Twitter](#)



[Google+](#)

Ver Mais 11 comentários

o

Verdade Revelada

denunciar

há 8 meses ..

O engraçado é ver a mudança de discurso... Inialmente impeachment é golpe. Quando ficou claro que não é, passaram a dizer que impeachment sem provas é golpe... Agora que as provas apareceram eles estao confessando que fizeram tudo que estao sendo acusado, mas nao é crime... kkkkkkkkkkkk piada pronta!

40

o

João Barros

denunciar

há 8 meses ..

Com certeza Verdade Revelada.... continuam dizendo que é golpe, mesmo após assumirem que cometeram atos fora do que era permitido pela lei orçamentaria. Agora estão usando formas de desembaraço temporal....mas não vai funcionar, existem diversos itens da lei 1079 que podem ser utilizados

10

•

Maurício Barreto

denunciar

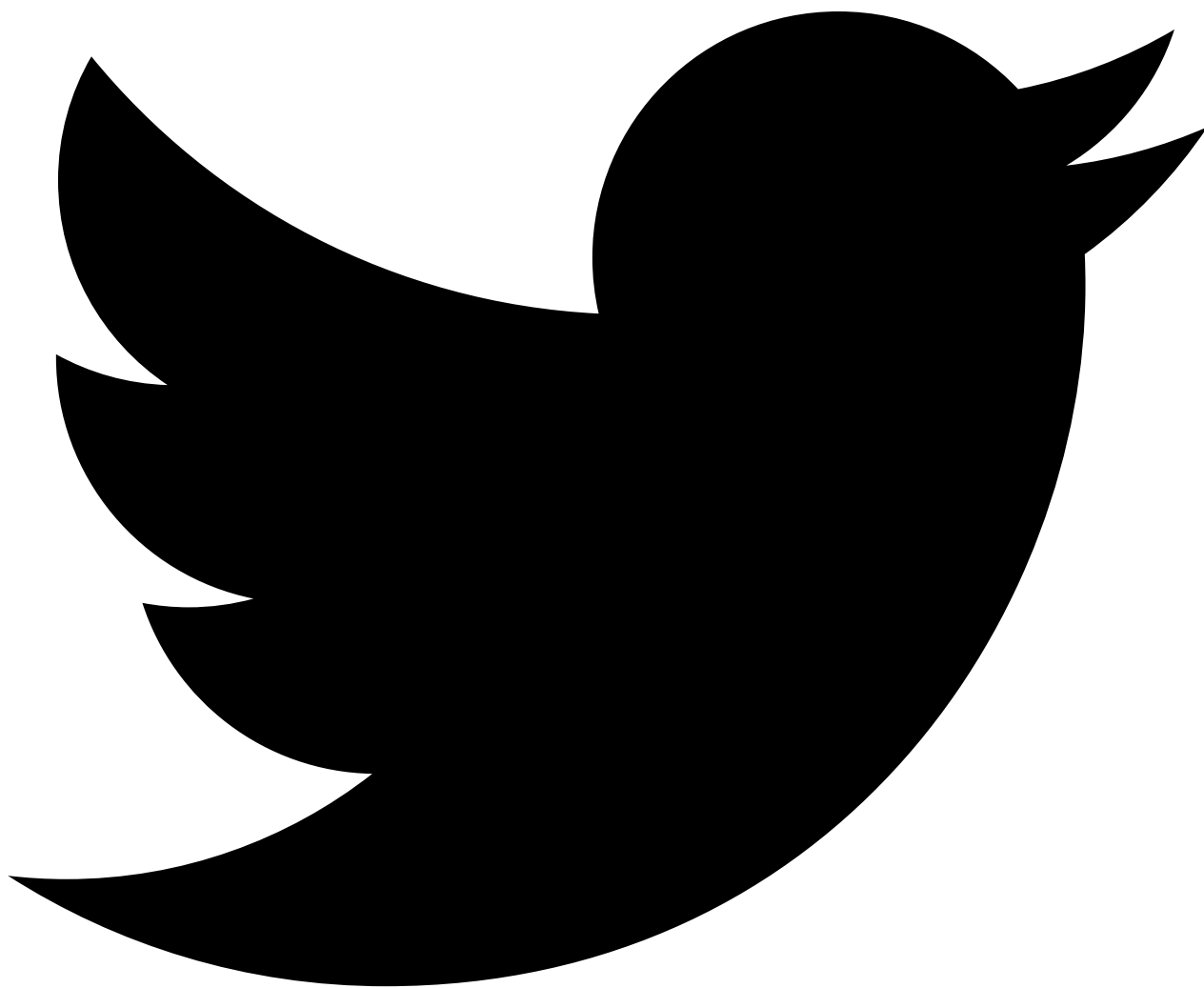
há 8 meses

Explicações limpas e cristalinas pra todo Brasil ver. Sou defensor da justiça e da democracia, não posso admitir esse jogo sujo de disputa de poder no parlamento brasileiro. Exijo desse parlamento, apesar de toda lama e criminalidade, uma atitude digna em prol da verdade dos fatos e respeito com a nação. Exijo que trabalhem honestamente e com interesse pelo bem estar do povo brasileiro. Exijo dedicação e patriotismo. Exijo defesa dos interesses da nação. O Brasil não quer golpe, o Brasil não quer corrupção, o Brasil não quer injustiça.

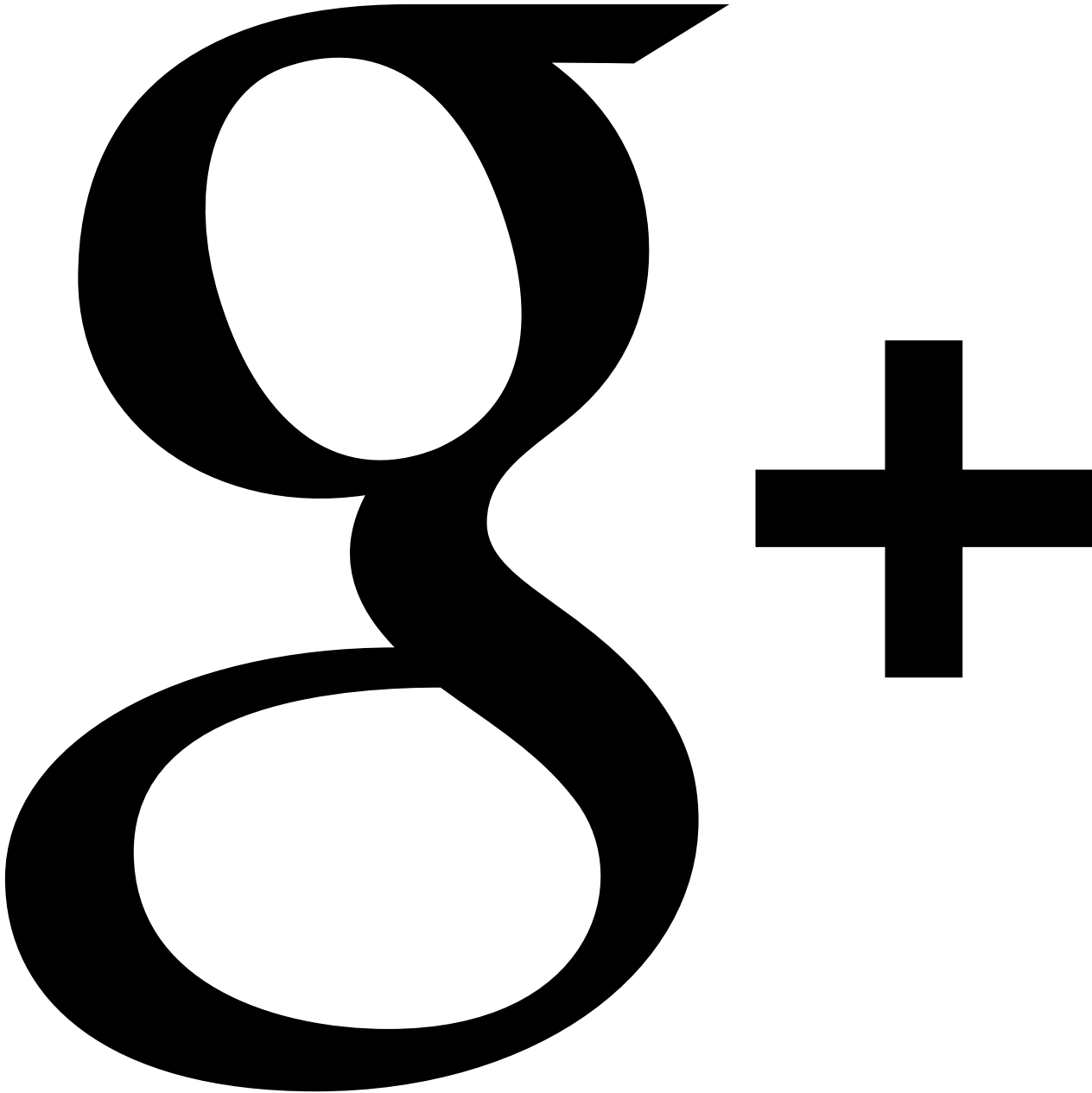
1

0

[Facebook](#)



[Twitter](#)



[Google+](#)

Rodrigo Salles

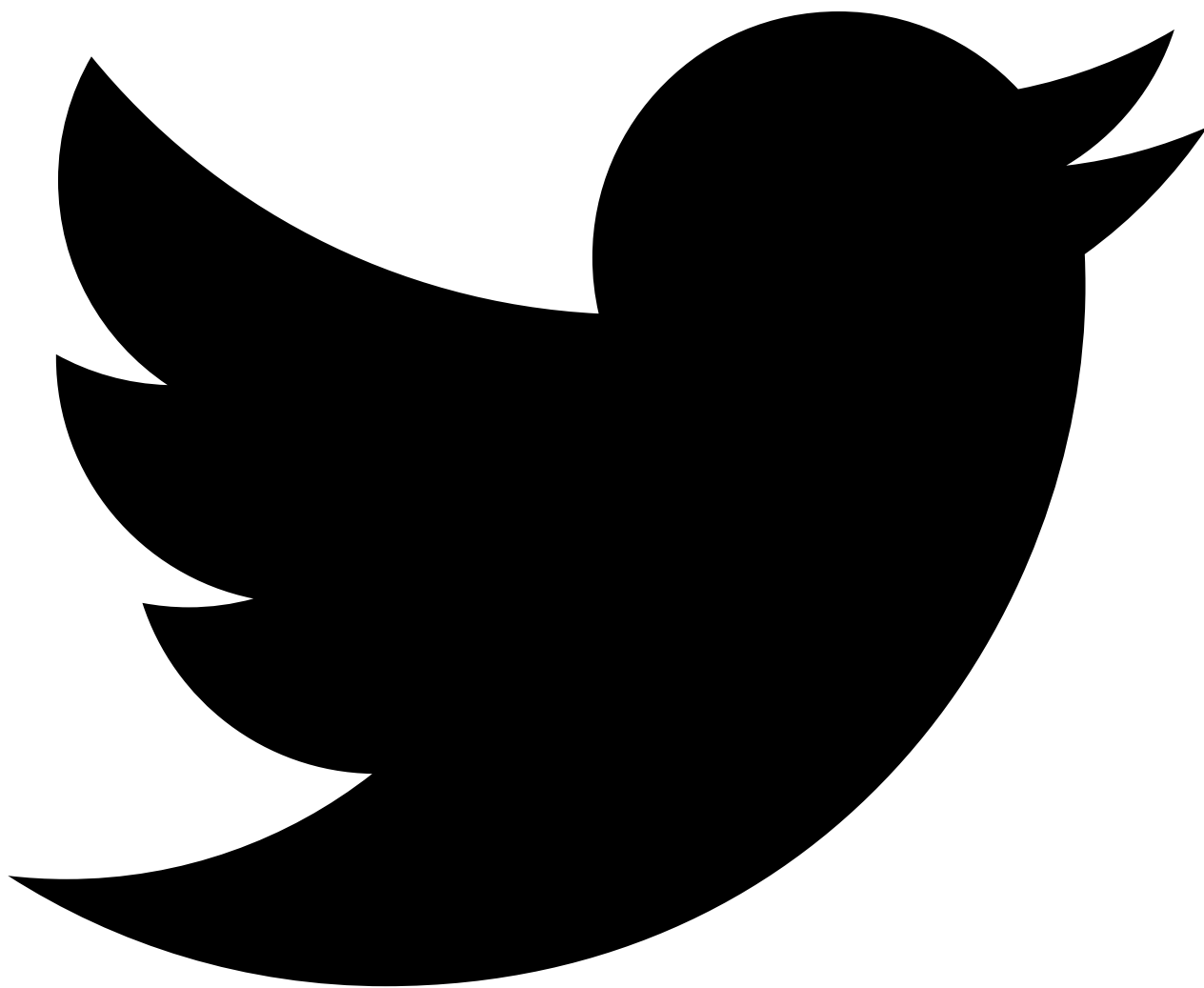


há 8 meses

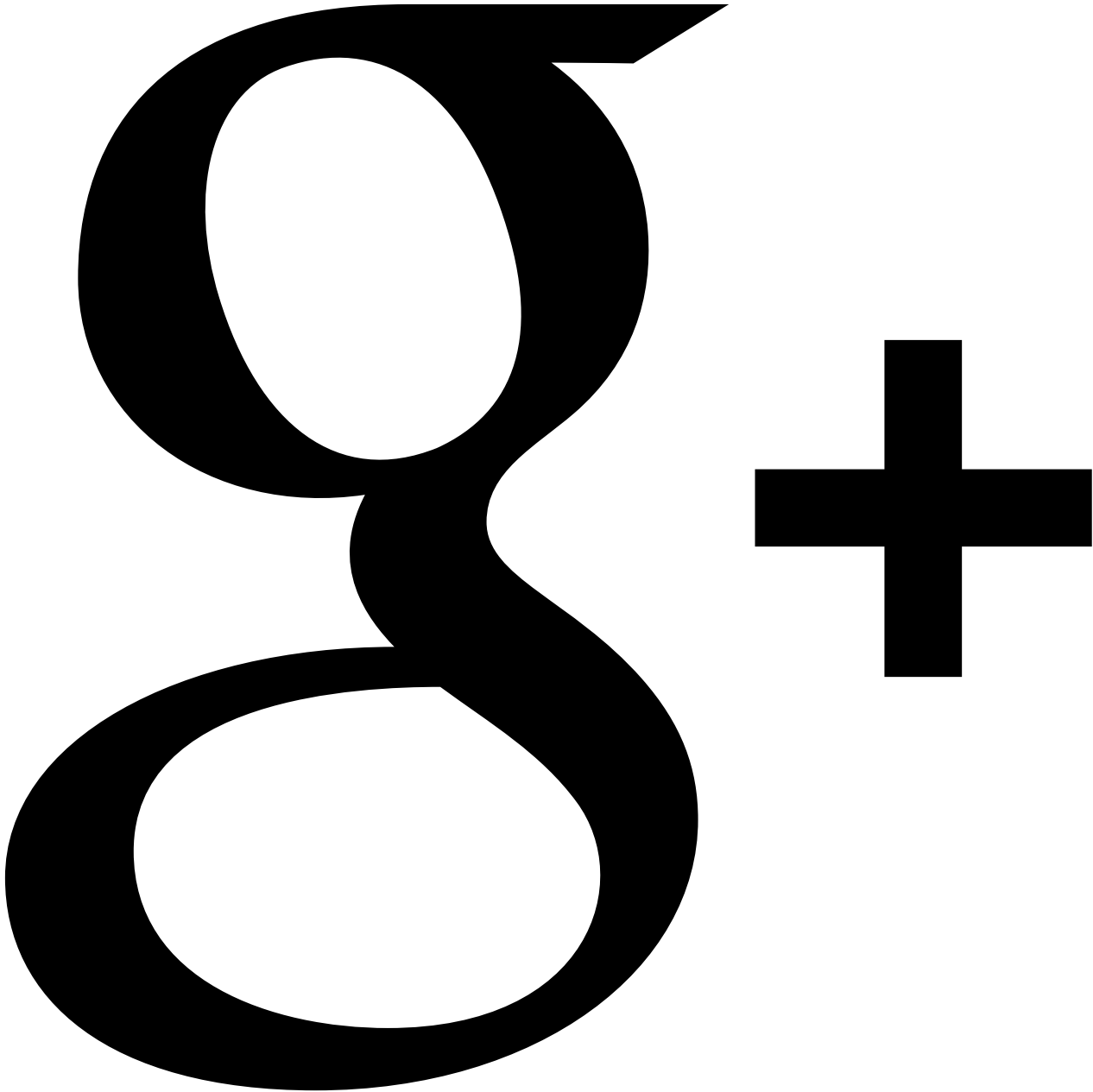
Ah, mas é claro que falsificar a contabilidade pública dando ideia de superávit onde há déficit, encobrimdo desvios bilionários pelo Governo não é crime, imagina, é conversa de coxinha golpista.



[Facebook](#)



[Twitter](#)



[Google+](#)

•

Bernardo Cabas

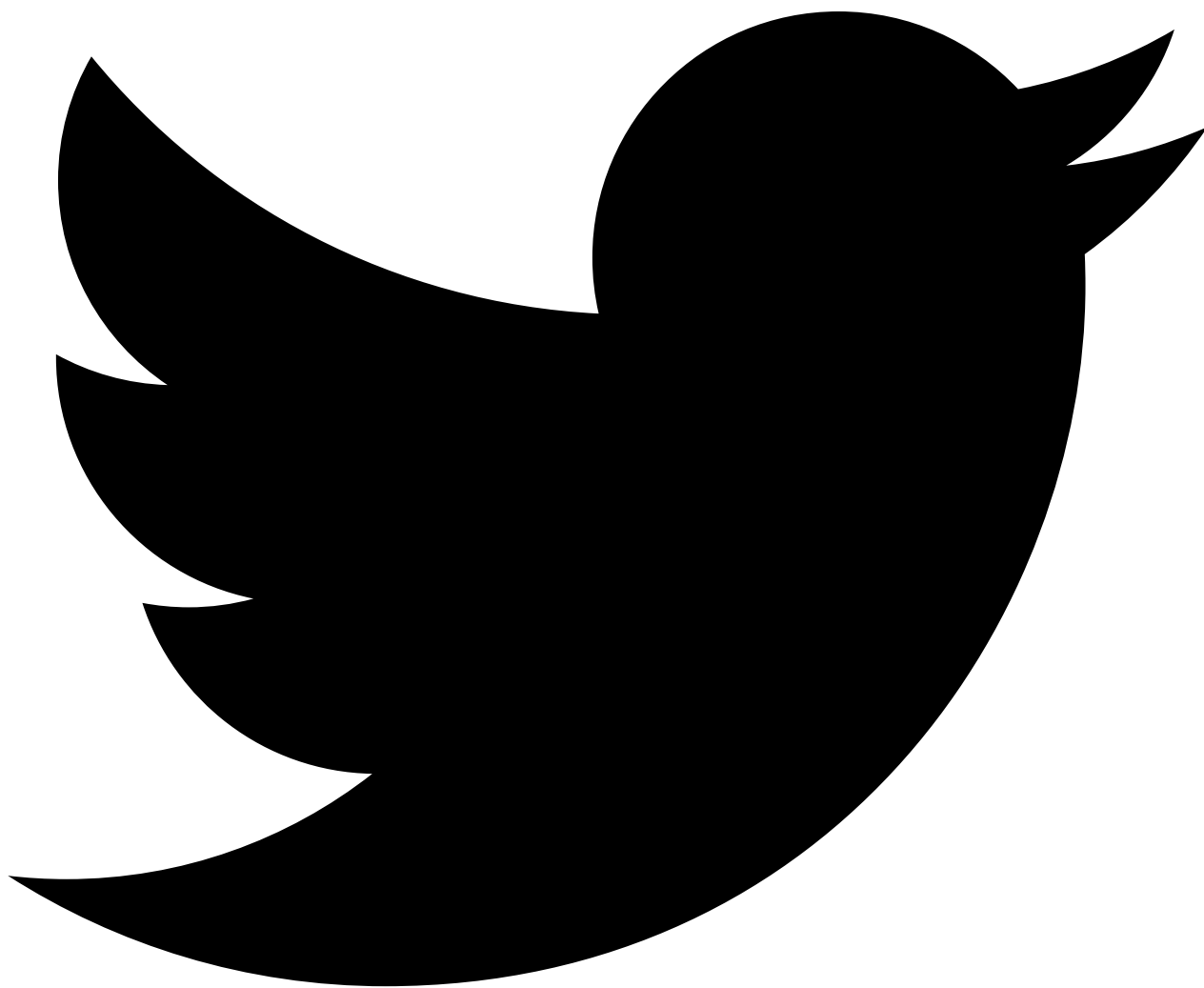


há 8 meses ..

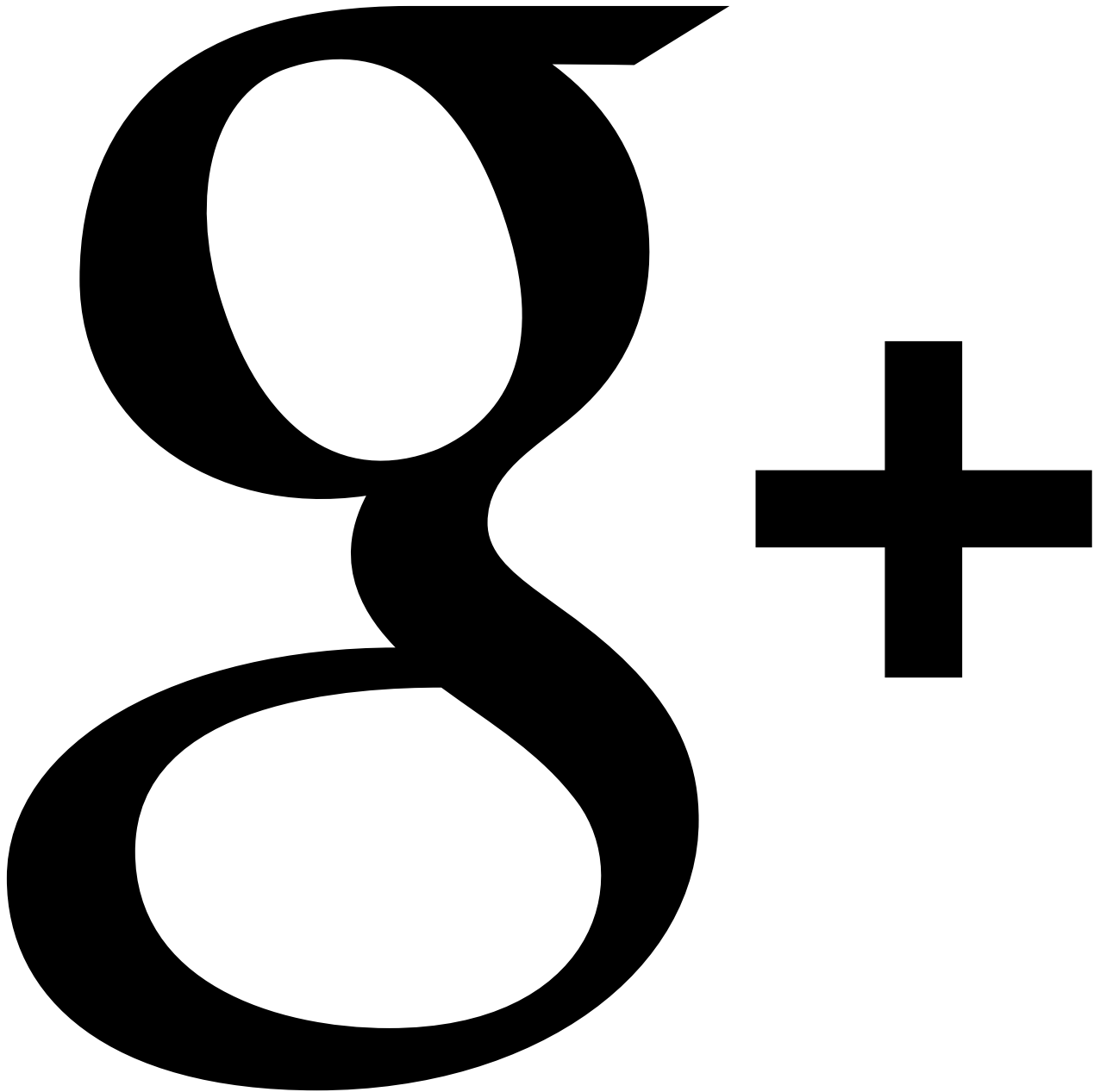
O governo não cometeu crime e a crise veio de onde do além



[Facebook](#)



[Twitter](#)



[Google+](#)

Ver Mais 37 comentários

◦

Elton Cambui

denunciar



há 8 meses ..

Parabéns Luciano pelos comentários se o elton Luís e o Antônio Moura prestarem para ler pelo menos saberão que a jumenta que eles defendem cometeu irregularidades.

3

0

◦

Ezequiel Dias

denunciar



há 8 meses ..

Tudo especulação...nada comprovado! É golpe!

0

1

•

Dargtanhan

denunciar



há 8 meses ..

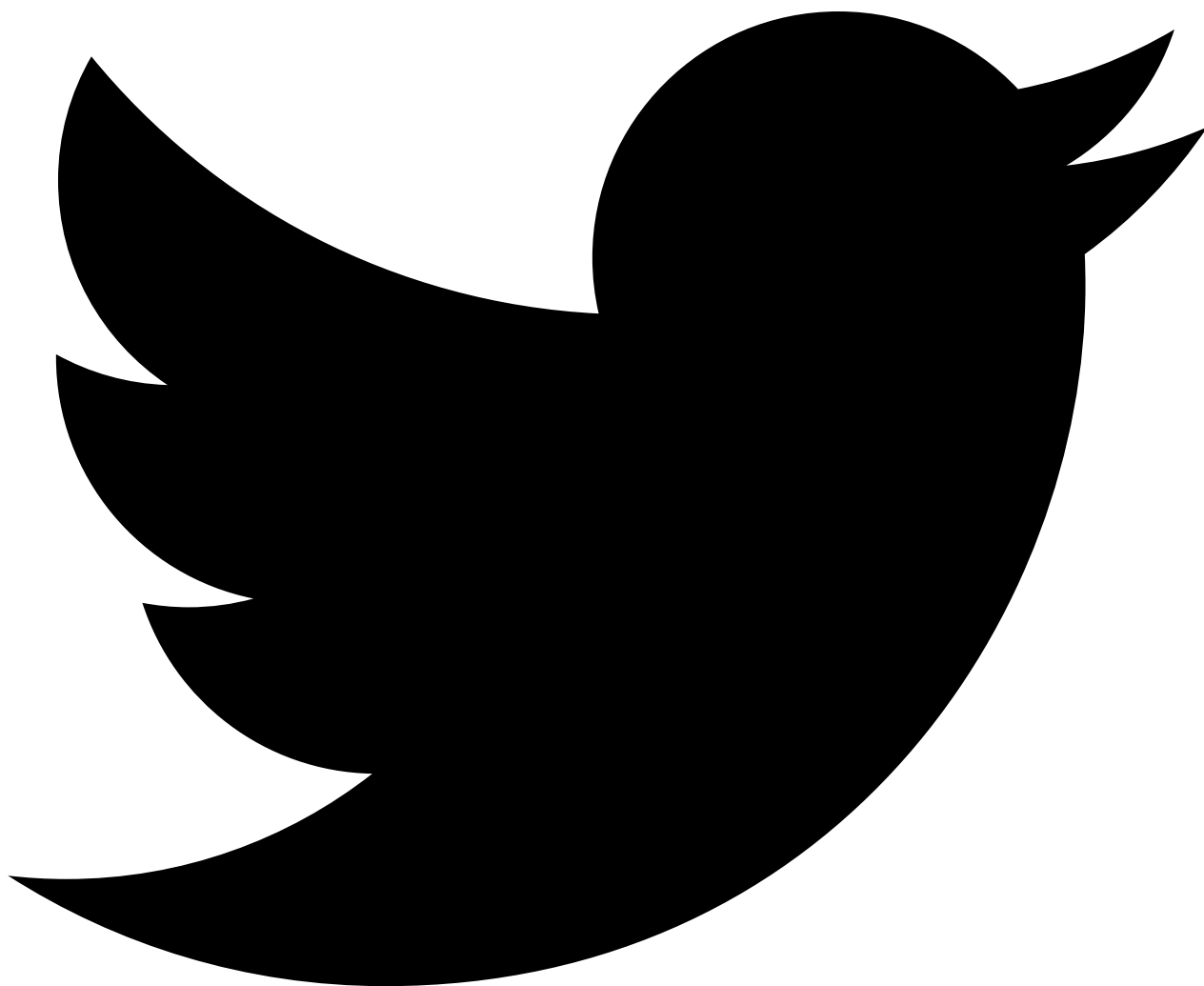
Ministro da Fazenda, vulgo PINÓQUIO kkkkkkkk

344

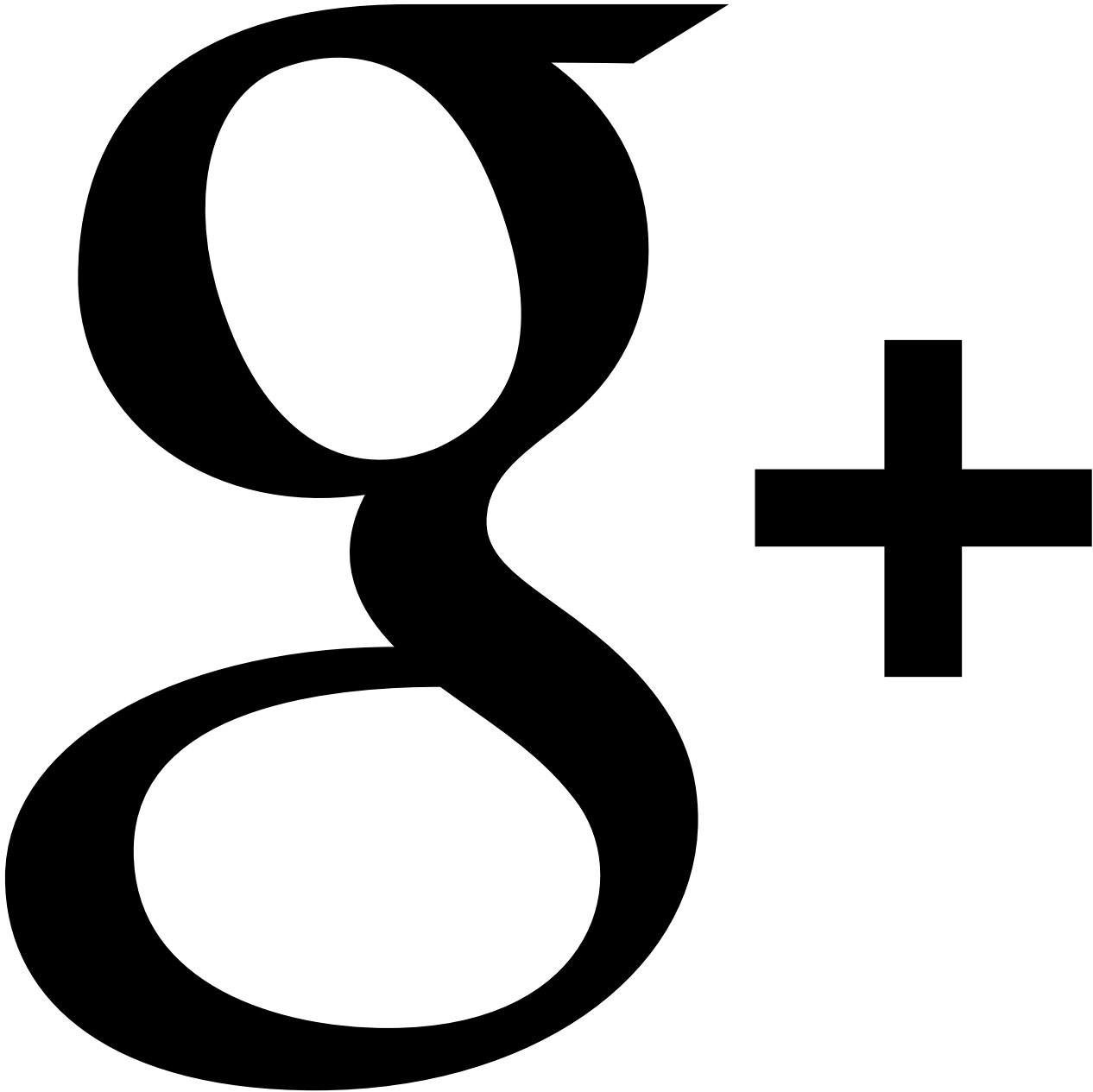
28



[Facebook](#)



[Twitter](#)



[Google+](#)

Ver Mais 10 comentários

o

Deivith Santos

denunciar

há 8 meses ..

Fica quietinho na tua mortadela com pão.

8 2



o

Tj Santana

denunciar

há 8 meses ..

Pronto! Agora é retirar a viseira imposta pela "Veja", enxergar só fatos reais e voltar ao trabalho. Coxinhas...

6 10

Carregar mais comentários

SHOPPING

Câmera Digital Sony H Series D... A PARTIR DE R\$ 91,66	Câmera Digital Sony H Series D... A PARTIR DE 12 x R\$ 91,66	Vivitar DVR-785 A PARTIR DE 6 x R\$ 61,65	Câmera Digital Canon PowerShot... A PARTIR DE 10 x R\$ 84,99	GoPro Hero4 Silver A PARTIR DE 10 x R\$ 239,90	West Purple A PARTIR DE 10 x R\$ 239,90
ELETRÔNICOS	ELETRÔNICOS	ESPORTE E LAZER	FOTOGRAFIA	GAMES	GAMES